

PLANO DE TRABALHO

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA A REPARAÇÃO INTEGRAL
DE DANOS AOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DA VALE

BACIA DO RIO PARAÓPEBA – REGIÃO 3

NACAB

NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS



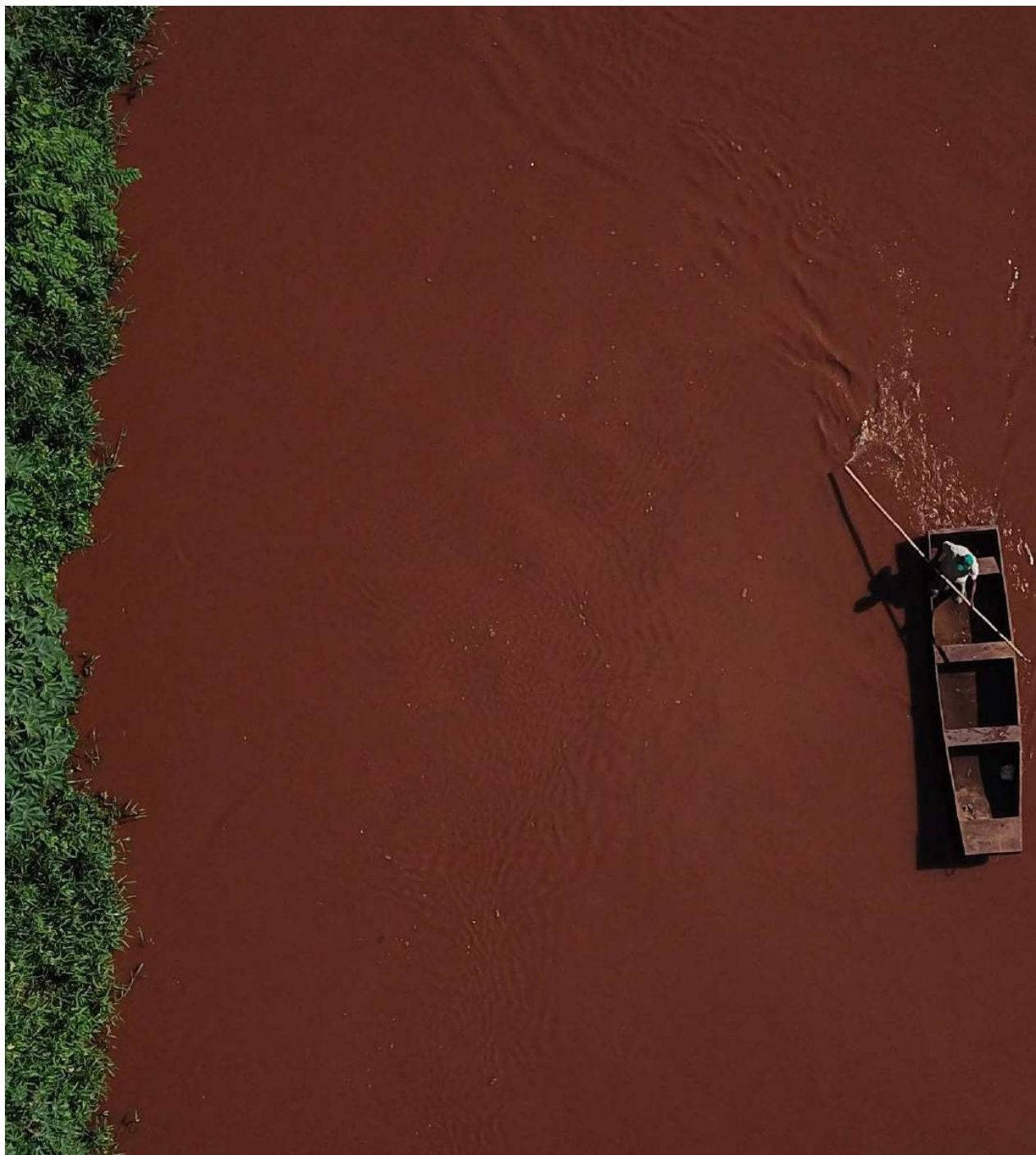


Foto: Douglas Magno / AFP - CC BY-SA 4.0.



PLANO DE TRABALHO

**ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA A REPARAÇÃO INTEGRAL
DE DANOS AOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DA VALE**

BACIA DO RIO PARAÓPEBA REGIÃO 3



NACAB

**NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS**



FICHA TÉCNICA:

Coordenação Geral

Luiz Eduardo Ferreira Fontes

Engenheiro Agrônomo (UFV, 1975). Especialização em Sensoriamento Remoto pela UNESP (1987). Mestrado em Solos (UFV, 1978). Doutorado em Solos (UFV, 1988).

Gumerindo Souza Lima

Engenheiro Florestal (UFV, 1984). Especialização em Primatologia (UNB, 1987). Mestrado em Engenharia Florestal (UFPR, 1991). Doutorado em Ciências Florestais (UFV, 2003).

Coordenação Técnica

Frederico Magalhães Siman

Cientista Social (PUC-MG, 2011). Especialização em estudos de Impactos e Licenciamento Ambiental em Mineração e Grandes Empreendimentos (PUC-MG, 2015). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (UFRRJ, 2015). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV).

Francisca Schaich Prates

Cientista Social (UFMG, 2003). Mestrado em Ciências da Educação (UFMG, 2006)

Irla Paula Stopa Rodrigues

Bióloga (UFMG, 2013)

Adriana Assunção de Carvalho

Bióloga (UFMG, 2013). Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (UFMG, 2016)

Equipe técnica multidisciplinar

Rafael Kopschitz Xavier Bastos

Engenheiro civil (UFJF, 1980). Especialização Engenharia Saúde Pública (1981) - Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. PhD (1992) e pós doutorado em Public Health Engineering (2009) - University of Leeds, UK.

Leonardo Pereira Rezende

Advogado (UFV, 2001) inscrito OAB / MG 82.289. Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2003).

Fabiano Rodrigues de Melo

Biólogo (UFV, 1995). Mestrado em Genética e Melhoramento (UFV, 1999). Doutorado em Ecologia (Conservação e Manejo da Vida Silvestre) (UFMG, 2004). Pós-doutorado em Antropologia (2013) (University of Wisconsin, 2013).

Leila Regina da Silva

Cientista Social (Puc Minas, 2011). Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento Local e Educação (UNA, 2018).

Manuela Isadora de Aguiar Mello

Engenheira Florestal (UFV, 2011). Especialização em Gestão de Negócios pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FACISA, 2013).

Clarissa Godinho Prates

Cientista Socioambiental (UFMG, 2014). Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/Unimontes, 2017).

Fábio Souza Meira

Engenheiro de Controle e Automação (UFMG, 2012). Mestrado em Engenharia Mecânica (Microalgas para biodiesel) (UFMG, 2015)



Julia Espeschit Rodrigues

Cientista do Estado (UFMG, 2015)

Luciano Marcos Pereira da Silva

Jornalista (UNI-BH, 2007). Especialização em Desenvolvimento territorial com ênfase em gênero (Centro Internacional de Formação para o Trabalho - OIT Itália, 2010).

Ângela Rosane de Oliveira

Psicóloga (FUMEC, 1993). Especialização em Educação ambiental (UEMG, 2002) Especialização em Gestão Pública e Sociedade (UF, 2012). Mestrado em Psicologia Social (UFMG, 2017).

Antônio Maria Claret de Souza Filho

Cientista Social (UFMG, 2008). Bacharel em Relações Internacionais (PUC-MG - 2007). Mestrado em Administração Pública (FJP, 2011). Doutorando em Ciências Sociais (PUC-MG).

Marcelo Scarpa Rennó

Turismólogo (Newton Paiva, 1999). Especialização em Ecoturismo e Interpretação Ambiental (UFLA, 2001). Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (UNA, 2015).

Lucas Grossi Bastos

Geógrafo (UFMG, 2015). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMG).

José Ignácio Esperança Fonseca

Advogado (UFV, 2014) inscrito na OAB / MG 158.690.690. Especialização em direito (UFV, 2014). Pós-graduando em Direito Processual Civil (Escola Paulista de Direito).

Roberta Neves Fontes

Bacharel em Direito (UFV, 2014). Mestrado em Extensão Rural (UFV, 2018).

Mauricio Botrel de Vasconcellos

Sociólogo (UFMG, 2011). Mestrado em Sociologia (UFMG, 2015). Doutorando em pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFMG).

Ramon Neto Rodrigues

Engenheiro Ambiental (UNIFEI, 2015). Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (UFMG, 2019).

Alessandra Giovanna

Comunicóloga com habilitação em Publicidade e Propaganda e duplo vínculo com Jornalismo (UFMG, 2016). Especialização em Administração Pública e Gestão Governamental (FJP).

Brígida Alvim e Araújo de Almeida Vilela

Jornalista (Uni-BH, 2006). Especialista em Gestão Estratégica da Comunicação (PUC MG, 2008).

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Divulga Science

Ficha catalográfica

Plano de trabalho: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 3. Coord.: Luiz Eduardo Ferreira Fontes e Gumerindo Souza Lima. NACAB, Belo Horizonte, 2019.

159 p. ; il; 21 x 29,7 cm



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Assessoria Técnica Independente a Atingidos: Não Pode Haver Retrocesso!

O Brasil passa por um momento tenso e delicado na seara dos Direitos Humanos – a questão das pessoas e comunidades atingidas e ameaçadas por barragens e empreendimentos minerários. Após o rompimento da barragem da Samarco (2015) muito se ouviu sobre “Mariana Nunca Mais...”. E veio o rompimento da barragem da Vale S.A., com absurdos e inexplicáveis 256 mortes confirmadas. E veio Itatiaiuçu... E Macacos... E Barão de Cocais...

Em momento tão crítico, a Assessoria Técnica Independente (ATI) é conquistada como direito, fruto de lutas históricas de movimentos sociais. As ATIs encontraram nas instituições de justiça o respaldo fundamental e necessário para sua implantação. As pessoas e comunidades da Região 3 da bacia do rio Paraopeba escolheram o NACAB para ser sua ATI. É uma região extensa, com cerca de 180 km de calha de rio, com população total de mais de 250.000 habitantes, em dez municípios.

O investimento de R\$ 8.279,50 para cada atingido da Região 3 ter, durante quatro anos, garantida a Assessoria Técnica é essencial para o resgate da dignidade das pessoas e comunidades que vêm sofrendo, continuamente, os efeitos perversos de um dos maiores desastres socioambientais da história do país. Este Plano de Trabalho (PTr) foi construído a centenas de mãos de Pessoas, Comunidades e Comissões da Região 3, além de mais de duas dezenas de técnicos de diversas formações e áreas do conhecimento. Foram cerca de tres meses de intensas atividades, estudos, reuniões e discussões, num amplo processo participativo. Busque ler este PTr a partir da ótica dos atingidos. Com a certeza de que as ATIs vieram para ficar e necessitam ser aprimoradas a cada dia. Sem retrocessos, pelo direito à Assessoria Técnica Independente.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	17
O NACAB	19
<i>Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens</i>	
JUSTIFICATIVA	24
OBJETIVOS DA ASSESSORIA TÉCNICA	25
Objetivo geral	25
Objetivos específicos	25
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	27
DANOS APONTADOS PELOS ATINGIDOS DURANTES O CAMPO DE ESCUTA	37
Água e Meio Ambiente	37
Socioeconômico	38
Sociocultural e Psicossocial	40
Saúde Coletiva	40
Medidas e Problemas relacionados à reparação ambiental	41
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO 3	44
Aspectos sociodemográficos dos municípios	44
Aspectos socioeconômicos dos municípios	46
Povos e comunidades tradicionais	48
PÚBLICO-ALVO POTENCIAL DA ATI	50
ESCOPO E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	53

Continua ...



BLOCO UM : AÇÕES PREPARATÓRIAS **57**

1. Mobilização da Equipe Técnica Permanente	57
2. Mobilização de Estrutura Operacional do Plano de Trabalho da ATI	59
3. Definição da estrutura de participação comunitária nos trabalhos da ATI	62
4. Realização de um Workshop de Trabalho com a Vale S.A e Instituições de Justiça	62

BLOCO DOIS : AÇÕES EMERGENCIAIS **64**

1. Diagnóstico Emergencial	65
2. Construção de Critérios para Recebimento do Auxílio Emergencial	67
3. Acolhimento de demandas emergenciais	68
4. Articulação Interinstitucional	68
5. Orientação Jurídica	68
6. Atenção Psicossocial e em Saúde	69
7. Comunicação e Qualificação dos Fluxos e Informação	69
8. Plano de Reparação Emergencial	69

BLOCO TRÊS : AÇÕES PERMANENTES **70**

1. Relacionamento com Pessoas e Comunidades Atingidas	70
2. Articulação Institucional	76
<i>Relação com o Comitê Técnico Científico - Universidade Federal de Minas Gerais</i>	76
<i>Relação com o Setor Público</i>	76
<i>Relação com a Vale S.A</i>	77
<i>Relação com os Movimentos Sociais e Outras Organizações do Terceiro Setor</i>	77
3. Construção participativa de reparação para o Desenvolvimento Territorial	78
4. Acompanhamento Psicossocial e Saúde	80
5. Assessoria Jurídica	86
6. Formações e Capacitações	91

BLOCO QUATRO : AÇÕES TRANSVERSAIS **93**

1. Monitoramento e Avaliação Participativa	93
2. Ações de Comunicação	95
3. Gestão do Projeto e das Informações	99
4. Pesquisas Diagnósticas, monitoramento e avaliação	100
5. Auditorias e Relatórios para Acompanhamento Externo	110

Continua ...



PARCERIAS INSTITUCIONAIS **111**

A Equipe 114

Equipe de Atuação Transversal: Coordenação Geral e Gerentes 117

APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA **129**

APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO **133**

Sugestão para Negociação (Gatilhos) 133

1. Orçamento Global 135

2. Custo Global Resumido por Município 137

3. Custos com Recursos Humanos 138

4. Produtos e Consultorias. 142

5. Valores de Infraestrutura e Custeios 143

6. Custos com Comunicação 145

7. Composição da Taxa de Administração 146

8. Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico 146

9. Desembolso Semestral 147

CONTA BANCÁRIA **148**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **149****ANEXOS** **153**



ÍNDICES

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa de Localização da Bacia do Rio Paraopeba .

Figura 2 : Etapas de construção do plano de trabalho para a Região 3.

Figura 3 : Registro de discussão com os atingidos e construção do painel de danos.

Figura 4 : Construção de um mapa participativo pelos atingidos em uma das comissões da Região 3.

Figura 5 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Valentin, Ribeirão do Ouro e Marinheiros em Florestal, Minas Gerais.

Figura 6 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão do Chacreamento Vargem Grande em Pará de Minas, Minas Gerais.

Figura 7: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Padre João, Vinhático e Bambus em Esmeraldas, Minas Gerais.

Figura 8: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Córrego do Barro em Pará de Minas, Minas Gerais.

Figura 9 : A bomba d'água à direita foi retirada do rio Paraopeba (município de Papagaios) no mês de maio/2019 e observa-se que todo o seu revestimento externo foi corroído pelo contato direto com a água do rio. A bomba à esquerda, utilizada no rio Paraopeba antes do rompimento da barragem B1, apresenta revestimento intacto, servindo como base de comparação.

Figura 10 : Exemplo de mapa de Georreferenciamento das edificações a 1km do leito do Rio Paraopeba para o Município de Esmeraldas, Minas Gerais.

Figura 11: Localização das estruturas operacionais do Plano de Trabalho de Assessoria Técnica.

Figura 12: Proposta de fluxo de comunicação para gestão e tratamento de demandas.

Figura 13 : Trajetória Metodológica do Eixo de Desenvolvimento Territorial.

Figura 14 : Estruturação Organizacional da Equipe



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 : Cronograma e o número de participantes das reuniões de escuta por município e comissões

Tabela 2 : Cronograma e o número de participantes nas reuniões para apresentação e validação do plano trabalho por comissão

Tabela 3 : Dados sociodemográficos dos municípios que compõe a Região 3

Tabela 4 : Dados socioeconômicos dos municípios que compõe a Região 3

Tabela 5 : Estimativa de público que será atendido por município.

Tabela 6 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Pará de Minas.

Tabela 7 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Esmeraldas.

Tabela 8 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Paraopeba

Tabela 9 : Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (IDCRAS) – Municípios Região 3

Tabela 10 : Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (IDCREAS) – Municípios Região 3 com presença de CREAS

Tabela 11 : Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS) – Municípios Região 3.

Tabela 12 : Cronograma dos produtos a serem entregues pela ATI em cada uma das etapas de trabalho previstas



LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AP	Áreas Protegidas
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ATI	Assessoria técnica independente
BI	Business Intelligence
CAR/MMA	Cadastro Ambiental Rural
CadÚnico	Cadastro Integrado de Programas Sociais do Governo Federal
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CPB	Câmara de Proteção à Biodiversidade
CODEMA	Conselho Conservação e Defesa do Meio Ambiente
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
DN	Deliberação Normativa
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
DPU	Defensoria Pública da União
Epamig	Fundação de apoio à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FACEV	Fundação FACEV
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCRAS	Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social
IDCREAS	Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSUS	Índice de Desempenho do SUS
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
ISAB	Internações sensíveis à atenção básica
LAS	Licença Ambiental Simplificada
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
M&A	Monitoramento e Avaliação



NACAB	Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDEs	Pilhas de Estéril
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RLs	Reservas Legais
RPCC	Regulamento de Princípios, Compras e Contratações
SIGEF/INCRA	Sistema de Gestão Fundiária
SUS	Sistema de Único de Saúde
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais



INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho visa apresentar às linhas de atuação do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB – para a Região 3, definida para fins de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem B1 e soterramento das barragens B IV e BIV A da Mina Córrego do Feijão em 25 de janeiro de 2019. A Região 3 abrange dez municípios: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba.

O rompimento da barragem B1 da Minas Córrego do Feijão tem sido considerada por analistas e entidades sociais como o maior desastre socioambiental em termos de perdas de vida humana e o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. Nos instantes seguintes ao rompimento, 13 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro ocasionaram uma devastação que se iniciou na estrutura administrativa e operacional da Vale S.A, atingindo e soterrando comunidades, casas, fazendas e diversas estruturas até chegar no rio Paraopeba. A tragédia ceifou a triste soma de 270 vidas, cuja a confirmação, mutante a cada dia de busca, já atingiu 255 pessoas, entre trabalhadores da mina e moradores do entorno. Cerca de vinte municípios banhados pelo rio Paraopeba e vários ecossistemas foram atingidos por danos de natureza diversa, provocando interrupções de projetos de vida e econômicos, empobrecimento e desvalorização imobiliária, incertezas de futuro, transtornos psicológicos e estigmatização material e simbólica da região e seus produtos.

Estas profundas marcas exigiram imediata ação do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPMG), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública Estadual (DPMG). Foram inúmeras audiências com a Advocacia Geral da União, Vale S.A. e com o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Essas audiências resultaram em acordos que buscaram garantir provimento jurisdicional que assegurasse a responsabilidade civil da empresa determinando a reparação integral referente aos danos sociais, morais e econômicos provocados às pessoas, comunidades e outras coletividades atingidas[2]. Além da determinação do bloqueio de um bilhão de reais, a empresa foi responsabilizada pelo acolhimento e abrigamento das famílias que tiveram comprometidas sua condição de moradia, disponibilização de transporte, fornecimento de água potável, alimentação adequada, assistência e custeio de funerais e sepultamentos, apoio logístico e financeiro, entre outros. Essas medidas foram definidas como parte do escopo de medidas emergenciais. Dentro deste escopo, as instituições de justiça, comprometidas com a salvaguarda e defesa de Direitos Humanos, buscaram garantir aos atingidos uma integral assistência e acolhida, por meio da presença de uma equipe multidisciplinar.

Ao curso do tempo, muitas outras necessidades e danos se apresentam exigindo ações efetivas de reparação, e, em muitos casos de compensação, determinando a necessidade, junto aos atingidos, de uma



Assessoria Técnica Independente qualificada e implicada com os múltiplos e complexos processos no curso de uma reparação integral.

Conforme observado na Ação Civil Pública ajuizada pelo o Ministério Públicos do Estado de Minas Gerais – MPMG, a Assessoria Técnica Independente (ATI) é um direito que deve ser garantido aos atingidos localizados ao longo do curso da bacia hidrográfica do rio Paraopeba. Esse direito é essencial devido às múltiplas transformações sofridas em seus meios e modos de vida após o rompimento da barragem B1, e do desastre que se instaura enquanto um processo complexo em curso. Ainda de acordo com MPMG, esse direito é necessário para garantir a participação ampla e informada dos atingidos nos processos decisórios e equilibrar a correlação de forças desiguais no campo dos conflitos ambientais. Visando a garantia desses direitos para os atingidos via assessoria técnica, o MPMG apontou na ACP três premissas necessárias para essa efetivação: os atingidos escolherem a entidade que irão lhe assessorar, uma equipe multidisciplinar e a vinculação da entidade aos interesses e direitos das pessoas e famílias atingidas.

A escolha da entidade pelos atingidos visa balizar o princípio da participação e o da livre escolha das comunidades e/ou grupos sociais atingidos. Nessa escolha, não é permitido nenhum tipo de interferência da Vale S.A., que é ré no processo, já que os sujeitos necessitam construir relações de confiança com a entidade selecionada. Além disso, na ACP, o MPMG aponta que o único papel da ré é custear o projeto da ATI.

A equipe multidisciplinar se faz necessária diante de um cenário diverso de relações e contextos nas dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais nas comunidades e grupos sociais atingidos. Essas variedades de situações necessitam de atenções e tratamentos iguais e concomitante, com equipes capazes de atender todas essas dimensões de forma satisfatória. Por fim, ainda de acordo com o MPMG, a instituição a ser escolhida precisa possuir uma vinculação histórica com os interesses e direitos dos atingidos.

A fim de resguardar essas premissas, as Instituições de Justiça (Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais) lançou o termo de referência para o cumprimento das ações estipuladas na audiência realizada na 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte no bojo dos autos nº 5010709-36.2019.8.13.0024 no dia 20/02/2019. Esse termo teve como objetivo regular o processo de escolha das assessorias e estipular às instituições passíveis de credenciamento.

Em abril de 2019 as Instituições de Justiça realizaram, por meio de um Edital, o chamamento público para credenciamento de entidades sem fins lucrativos para a prestação de assessoria técnica independente às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, organizadas espacialmente em 5 regiões, a saber:



- a) Região 1 - Brumadinho;
- b) Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba;
- c) Região 3 - Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba;
- d) Região 4 - Pompéu e Curvelo;
- e) Região 5 - Demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias)

Após o credenciamento das instituições, no dia 27 de junho de 2019, as Instituições de Justiça divulgaram a convocatória de eleição prevendo a assessoria técnica para a Região 3, conforme agrupamento estabelecido pela Instituição de Justiça. Nesta região foram mobilizadas 21 comissões compostas pelos atingidos dos 10 municípios¹ de abrangência. No dia 07 de julho, no município de Pará de Minas, em amplo processo de participação, houve a eleição da ATI e o NACAB e seus parceiros foram escolhidos por maioria dos votos das comissões para atuar na região. Imediatamente após a conclusão do procedimento de escolha, a assessoria iniciou o processo de construção do presente Plano de Trabalho.

Assim apresentamos, juntamente com as comissões de atingidos e atingidas articuladas na Região 3, este Plano de Trabalho.

¹ Nesse documento o município de Caetanópolis foi incorporado ao agrupamento da região 3.



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho ora apresentado tem como princípio a garantia dos direitos a um processo de reparação integral e justo, e a participação ampla e informada dos atingidos. Para tanto, esse documento apresenta ações que buscam um controle social qualificado e o equilíbrio da correlação de forças entre atingido e empresa no processo de reparação e compensação dos danos decorrentes do destastre.

Como formato estruturante, o plano foi dividido em quatro conjuntos de ações que expressam, de forma articulada, a metodologia de atuação da Assessoria Técnica Independente do Nacab: Ações Preparatórias, Ações Emergenciais, Ações Permanentes e Ações Transversais.

AS AÇÕES PREPARATÓRIAS

Compreendem a estruturação da assessoria técnica e organização da base operacional e executiva.

AS AÇÕES EMERGENCIAIS

Tem por objetivo evidenciar os problemas do processo emergencial de reparação e propor soluções urgentes às falhas identificadas.

AS AÇÕES PERMANENTES

Apresentamos propostas de garantir a participação das pessoas e comunidades no desenho, implementação e efetivação de programas e ações pela reparação.

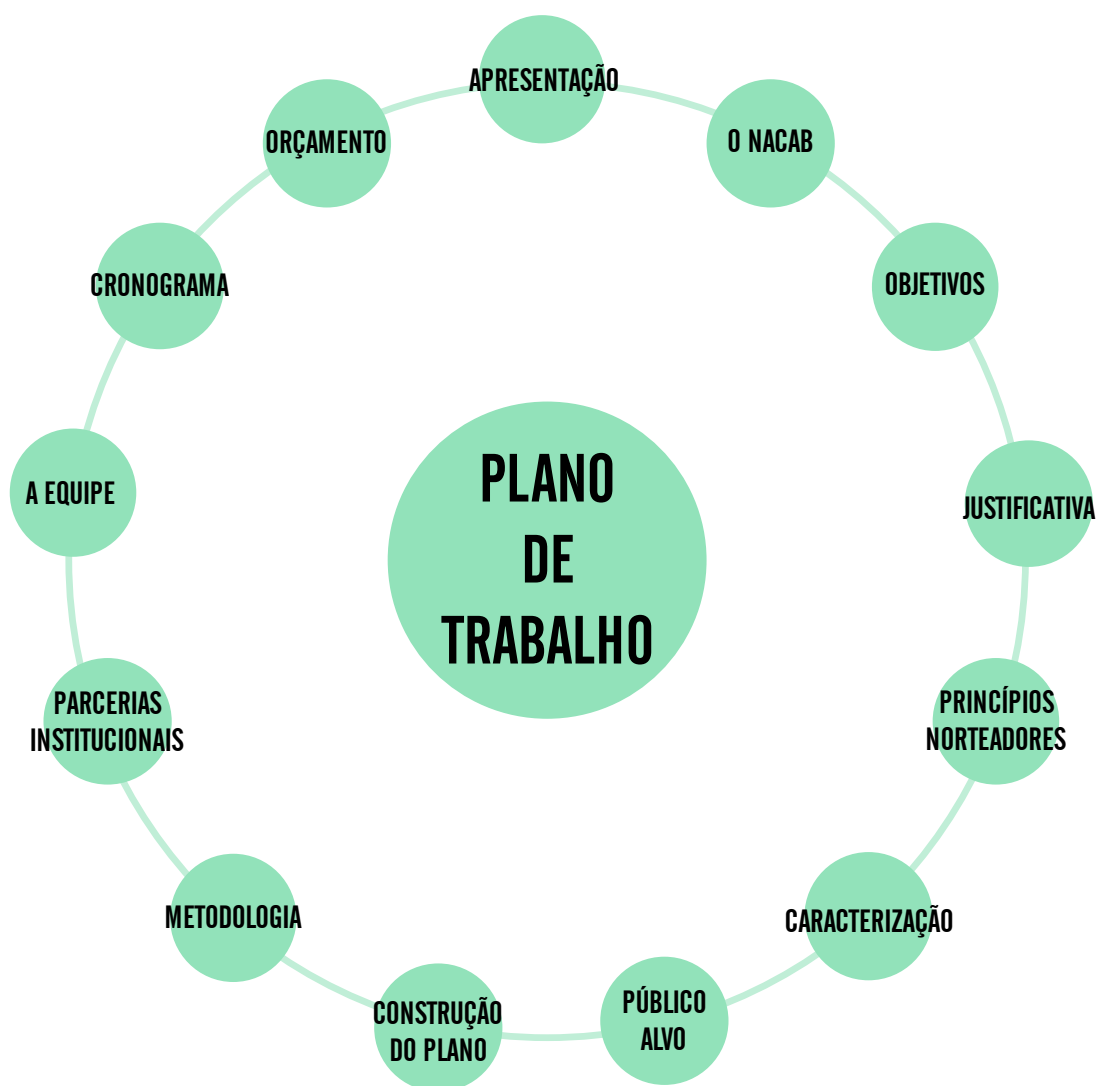
AS AÇÕES TRANSVERSAIS

Estão previstas ações de pesquisa e de monitoramento e a avaliação participativas, além das ações de comunicação e gestão do projeto.

São nesses quatro eixos de ações, que compreendem escopo e temporalidades distintas, que os processos, práticas e técnicas de intervenção e mobilização social e ambiental do Nacab estão descritos de forma pormenorizada.



O plano de Trabalho está organizado em 13 sessões, conforme esquema abaixo:



O NACAB

O NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - é uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, criada com os objetivos, entre outros, de:

- Promover, como fins específicos, a defesa judicial e extrajudicial dos direitos humanos, da saúde pública, da educação, da qualidade de vida, do meio ambiente, da proteção ao consumidor de bens e serviços, do patrimônio histórico e artístico, bem como do patrimônio público;
- Promover a justiça social, a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável
- Fortalecer a organização e promover o empoderamento de agricultores de base familiar, de comunidades ribeirinhas, comunidades tradicionais e comunidades atingidas por atividades de impacto socioambiental e por desastres ambientais, com especial atenção às comunidades atingidas por barragens e atividades de mineração.
- Propiciar apoio e assessoria a essas comunidades na luta por seus direitos e por melhores condições de vida, no enfrentamento de forças políticas e econômicas adversas, bem como combater a fome e a pobreza.
- Promover a formação e capacitação dessas comunidades nas mais diversas áreas do conhecimento, com especial atenção à agroecologia, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e educação ambiental.

O NACAB tem origem em meados dos anos 1990, por iniciativa de um grupo multidisciplinar de professores da Universidade Federal de Viçosa, na forma de núcleo interdisciplinar de pesquisa, extensão e assessoria a comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata - MG. Ao longo de suas atividades, o NACAB foi incorporando também em seus quadros estudantes das mais diversas formações e representantes das comunidades atingidas. Nesta época destaca-se a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades ameaçadas / atingidas pelos projetos da usina hidrelétrica (UHE) de Pilar, no rio Piranga, nos municípios de Ponte Nova e Guaraciaba; da UHE do Emboque no rio Matipó, nos municípios de Raul Soares e Abre Campo.

Em 2002 o NACAB se reorganiza na forma de Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, tendo como fundadores o grupo original do Núcleo da UFV. A organização se fortaleceu então e ampliou sua margem de ação, tendo, em toda sua trajetória, atuado em cerca de 20 municípios da bacia do rio Piranga, sub-bacia do Alto Rio Doce, da bacia do Paraíba do Sul. Além das já referidas experiências de UHE Pilar e Emboque, podem ser citadas a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades em meio a conflitos socioambientais decorrentes da instalação de barragens nos seguintes



empreendimentos: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Fumaça e Covanca, no rio Gualaxo do Sul; de Emboque e Granada, no rio Matipó; da Cachoeira da Providência, Cachoeira Grande e Cachoeira Escura, no rio Casca; de Pontal e Brito, no rio Piranga, além das Usinas Hidrelétricas (UHEs) da Brecha, Pilar, Jurumirim, Baú I, Candonga, todas no rio Piranga e da Barra do Braúna, no rio Pomba.

Mais recentemente, o NACAB atuou na assessoria técnica aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra do Braúna, em Laranjal (MG). A partir de acordo entre a Comissão de Atingidos e a empresa empreendedora Brookfield Energia Renovável, o NACAB foi convidado a assumir a administração do Programa de Reativação Econômica, que já estava em andamento.

Em maio de 2019 o NACAB, por escolha das comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio da empresa Anglo American, assinou contrato de Assessoria Técnica Independente (ATI-39) para as comunidades Beco, Cabeceira do Turco, Sapo e Turco, no município de Conceição do Mato Dentro (MG). Neste mesmo contexto, em outubro e novembro do mesmo ano, outras sete comunidades, a saber, São José do Jassém, Itapanhoacanga, Água Quente, Passa Sete, São José da Ilha, São José do Arruda e Taporoco, escolheram o núcleo para assessorá-los. Assim, em mais de duas décadas de atuação, o NACAB tem estado presente na defesa de direitos e no fortalecimento de comunidades atingidas por empreendimentos de impactos socioambientais e por desastres ambientais, tanto em etapas de participação em audiências públicas, de negociação de indenizações, de inventário de bens e avaliação de imóveis, quanto na criação de reassentamentos e na reativação econômica das populações afetadas.

Os aprendizados adquiridos pela entidade, por meio do uso de metodologias participativas, apontam para a necessidade de intervenções que vão além da resolução de problemas socioeconômicos e ambientais. A heterogeneidade dos sujeitos atingidos por grandes empreendimentos exige, antes de tudo, a compreensão dos significados culturais compartilhados em cada território, o que abarca os usos e costumes tradicionais, as formas de aproveitamento dos recursos naturais, a compreensão da configuração político e econômica da comunidade entre outros aspectos socioeconômicos e antropológicos. Nosso modo de atuação tem por princípio o empoderamento das comunidades para a participação, seja nas várias etapas de processos de licenciamento ambiental, seja em processos de negociação para reparação de danos.

O NACAB, como demonstra sua história, traz em seu modo de ação o diálogo, bem como o rigor e a qualidade técnica de seu trabalho, mas também o compromisso claro e incontestável com a defesa dos direitos das comunidades atingidas. Estas são nossas marcas e nossa razão de ser.

Pensando a Governança dos Projetos desenvolvidos institucionalmente, o NACAB criou o Comitê Gestor de Projetos (Comitê Gestor NACAB), integrado por três associados fundadores, que façam parte do Conselho Deliberativo da Instituição. Com a criação do “Comitê Gestor NACAB”, busca-se viabilizar projetos institucionais e garantir a governança, visando estabelecer uma relação otimizada e harmoniosa entre a Instituição, seus parceiros e colaboradores na execução dos projetos, seus contratantes e as comunidades beneficiadas pelas atividades e ações destes projetos. Ao Comitê Gestor NACAB cabe acompanhar o trabalho executado pelos parceiros e pelos colaboradores garantindo a qualidade dos serviços prestados e a certeza de que os projetos desenvolvidos pelo NACAB estão em



consonância com seus objetivos e missão institucional e cabe, ainda, organizar, consolidar, atualizar e disseminar informações necessárias ao acompanhamento dos projetos.

Ao Comitê Gestor NACAB, cabe também reportar as ações dos Projetos ao Conselho Deliberativo do NACAB, mantendo os sócios fundadores devidamente informados sobre as ações destes projetos.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Todos os processos e ações a serem realizados no contexto da ATI seguirão os seguintes pilares:



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

A realização de processos participativos durante a execução do Plano de Trabalho se mostra decisiva e estruturante para o sucesso das atividades planejadas. Verifica-se que o envolvimento dos interlocutores nos processos de planejamento e implantação das atividades é a forma mais efetiva de se atingir os objetivos estratégicos do plano. O NACAB aposta que o engajamento das pessoas e comunidades aumentará na medida em que se tornarem coautores da reparação, além de agentes fiscalizadores do processo, por meio do controle social. Nesse sentido, propõe-se que as ações coletivas sejam planejadas e executadas em parcerias com grupos e instituições comprometidas com a proteção e garantia de direitos das populações atingidas a serem mobilizadas pela ATI, como o setor público, o legislativo, as organizações da sociedade civil (Oscs) e empresas.



COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

A comunicação e a produção de informação são pilares metodológicos estratégicos para a participação das populações locais nas ações de reparação. Diante da heterogeneidade social e das situações de afetação, o processo de comunicação será desenvolvido de maneira particularizada para cada território e utilizando-se recursos e ferramentas diversificadas, tornando compreensível para as comunidades a importância do planejamento e do acompanhamento. Será realizado o compartilhamento contínuo de informações, de forma transparente e acessível aos diferentes públicos envolvidos. Para tanto, serão desenvolvidas formas diversas de abordagem e estratégias distintas de acolhimento e inclusão. Os métodos de abordagem devem ser propostos de forma singular, considerando-se as demandas apresentadas por cada público envolvido e as particularidades destes grupos.



VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS E TRADICIONAIS

Partimos do pressuposto de que quem mais conhece do passado, do presente e do futuro da realidade socioambiental das comunidades e pessoas atingidas são elas mesmas. Isso porque os conhecimentos sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos territórios atingidos são experienciados e construídos pelos grupos sociais que nele vivem. Nesse sentido, acreditamos que a compreensão dos danos e possíveis soluções relativas à reparação integral devem partir do território



atingido, o que envolve o reconhecimento e valorização dos saberes locais e tradicionais sobre a vida comunitária, as relações de parentesco, os usos e apropriações dos recursos naturais, os regimes de propriedade, as relações com o rio, as manifestações religiosas e lúdicas, e as adaptações ambientais desenvolvidas historicamente.



BUSCA POR EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

O NACAB acredita na realização de um trabalho eficiente, utilizando o investimento da melhor forma possível, reduzindo desperdícios de recurso e tempo, alcançando com sucesso os objetivos propostos, cumprindo as metas, obedecendo os prazos e entregando resultados. Para tanto é preciso uma equipe efetiva que tenha como características a proatividade, boa comunicação, sinergia, busca contínua pela melhoria, bom relacionamento interpessoal, senso de responsabilidade com a reparação integral, alinhamento de ideias e liderança.



TROCA DE EXPERIÊNCIA E SABERES

O NACAB buscará apreender e aprender sobre reparação com organizações e pessoas comprometidas com o processo de reparação. A busca por métodos e lições aprendidas será uma constante em territórios que já foram atingidos não só por barragens, mas por danos e riscos de grandes empreendimentos. Concebemos que conhecimento dos danos e suas complexas formas de incidência, bem como das potencialidades e ativos territoriais para reabilitação econômica, partem, sobretudo, das pessoas e comunidades atingidas. Acreditamos que a troca de experiências e saberes nos permitirá contruir soluções eficazes com as pessoas e comunidades atingidas.



MULTIDISCIPLINARIEDADE

Devido à diversidade de atingidos presentes na Região 3, à complexidade dos danos existentes e às diferentes medidas de reparação que deverão ser encaminhadas, é imprescindível que o trabalho da assessoria técnica seja realizado de forma multidisciplinar. Assim, o NACAB irá trabalhar com uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas que realizarão suas ações com qualidade e de maneira integrada. A visão sistêmica, participativa, humanística deste Plano de Trabalho está referenciada na compreensão de que as comunidades atingidas possuem potencialidades em exercer outras funções para além do potencial produtivo, tais como: promoção da conservação dos recursos naturais, distribuição mais efetiva da renda, aumento do emprego no campo, contribuição para segurança e soberania alimentar e a manutenção da família no meio rural.





ECONOMIA DE RECURSOS/CONSUMO CONSCIENTE E RESPONSÁVEL

A garantia do direito à qualidade de vida passa, entre outros aspectos, pelas práticas de consumo e o equilíbrio ambiental como forma de preservar e manter um meio social com maior qualidade. Ao encontro desse princípio, todas as ações realizadas pelo NACAB serão alicerçadas nas dimensões da responsabilidade ecológica e economia de recursos, orientadas pelos valores da preservação, conservação e não desperdício.



NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS



JUSTIFICATIVA

Com base nas conclusões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em conflitos ambientais, há um enorme desequilíbrio entre empresas (poluidoras) e pessoas e comunidades afetadas, o que, como evidenciada por literatura científica diversa e a experiência do NACAB, tende à um aprofundamento das desigualdades e injustiças socioambientais, potencializando as vulnerabilidades dessas populações. Em geral, as empresas, pelo seu poderio econômico, simbólico e político, possuem condições favoráveis à contratação de um corpo técnico que trabalha a partir de suas demandas e necessidades, situação pouco comum às populações atingidas, geralmente situadas em condições de desfavorecimento em termos de aparato técnico, de comunicação, político e jurídico. Portanto, a viabilização do instrumento “Assessoria Técnica Independente” passa a ser recomendado por dito Conselho a fim de favorecer o paridade de forças no processo de reparação dos danos.

Nesta seara, este Plano de Trabalho se justifica pela intencionalidade da busca **pela paridade de forças através da garantia dos direitos de participação informada e controle social das pessoas e comunidades atingidas no processo de reparação de danos, o que requer práticas de pesquisa, para qualificação do contraditório em defesa dos atingidos, estrutura adequada e equipada para atendimento e acompanhamento das vítimas, além da formação e instrumentalização técnica para proposições estratégicas à retomada de projetos de vida, sejam eles coletivos ou individuais.**



OBJETIVOS DA ASSESSORIA TÉCNICA

OBJETIVO GERAL

Assessorar pessoas e comunidades dos 10 municípios da Região 3, para que possam participar qualificadamente do processo de definição e implantação monitorada dos planos, programas e ações necessária à reparação integral das perdas e danos que sofreram em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da Assessoria Técnica Independente, são:

- 1) Mapear, mobilizar e engajar pessoas e comunidades atingidas no processo de reparação integral.
- 2) Identificar espaços tradicionais de participação social e política.
- 3) Construir, com as pessoas e comunidades atingidos, novos espaços de participação social e política.
- 4) Promover construção de conhecimento coletivo junto às comunidades para que possam participar dos processos de negociação por direitos de forma qualificada e com consciência ampla de suas reivindicações.
- 5) Identificação e caracterização dos danos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão através de pesquisas diagnósticas quantitativas e qualitativas, de monitoramento e avaliação.
- 6) Promover processos formativos envolvendo as pessoas, comunidades da região 3, assim como a equipe da ATI, com foco na organização e fortalecimento das comissões e grupos locais, contemplando assuntos jurídicos, ambientais e demais demandados ao longo do processo de reparação integral.
- 7) Comunicar de forma eficaz todos os fatos e processos que influenciam o processo de reparação integral dos danos sofridos. Garantir o direito a informação qualificada e o protagonismo das pessoas, comunidades na produção, interpretação e compartilhamento de conteúdos informativos.
- 8) Garantir orientação e assessoria jurídica, em dimensões coletiva e individual, para todos aqueles que se sentem atingidos.
- 9) Construir de forma participativa, com as pessoas, comunidades e comissões da região 3, estratégias e programas de desenvolvimento local voltadas para recuperação econômica dos seus territórios, visando a geração de trabalho e renda, a qualidade ambiental e a retomada dos modos de vida.



10) Contribuir com as instituições públicas locais no processo de implantação de políticas públicas que possuem interface com as medidas de reparação integral.

11) Monitorar e avaliar de forma participativa o processo de reparação integral.

12) Em permanente diálogo com o poder público, desenvolver ações permanentes e transversais que visam assegurar o apoio ao acompanhamento psicossocial das pessoas e comunidades da região 3 nas ações de reparação integral dos danos relacionados à saúde.

13) Produzir parâmetros de avaliação e valoração de danos.

A relação entre os objetivos específicos e das ações concretas previstas pelo Plano de Trabalho estão detalhadas na planilha Cronograma.



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE TRABALHO

Imediatamente após a conclusão do procedimento de escolha, a assessoria iniciou o processo de construção do presente Plano de Trabalho, feito com a participação das comissões articuladas na Região 3, que abrange dez municípios: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba.

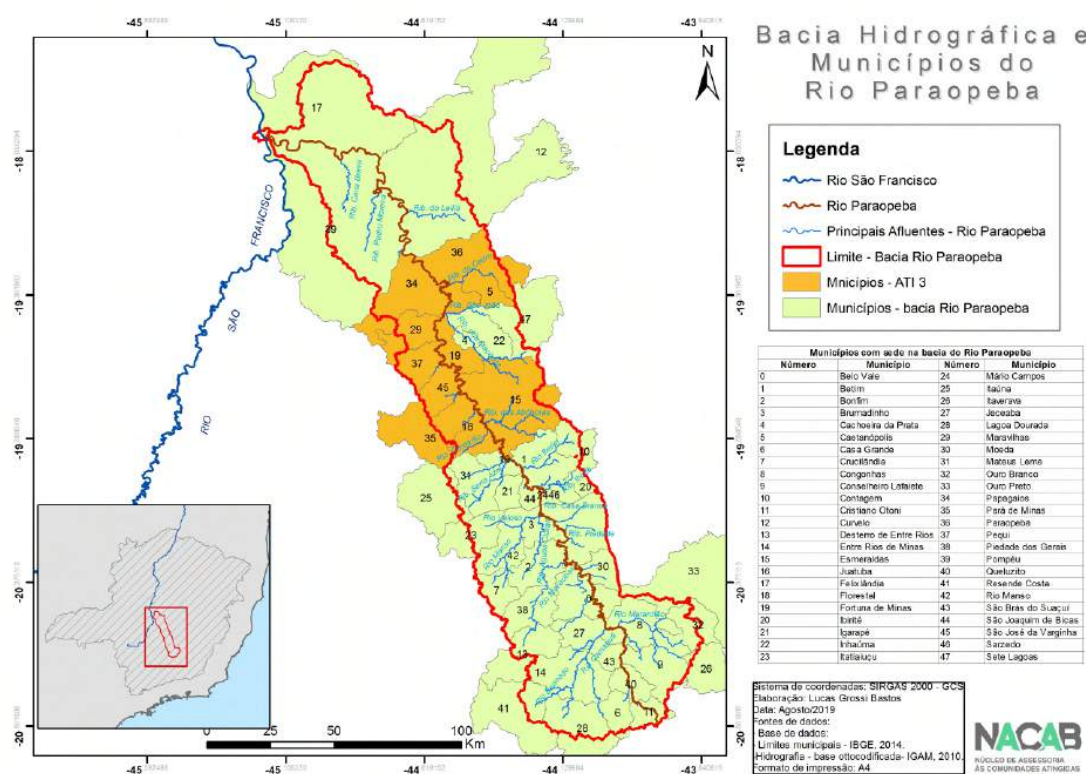


Figura 1 : Mapa de Localização da Bacia do Rio Paraopeba .

Os procedimentos metodológicos do processo de construção deste plano foram construídos a fim de garantir direitos de pessoas e comunidades atingidas à participação social e à informação. A partir deste propósito central, a equipe técnica responsável definiu as seguintes etapas de construção, cujo cronograma, objetivos e resultados - quando pertinentes - serão descritos a seguir:



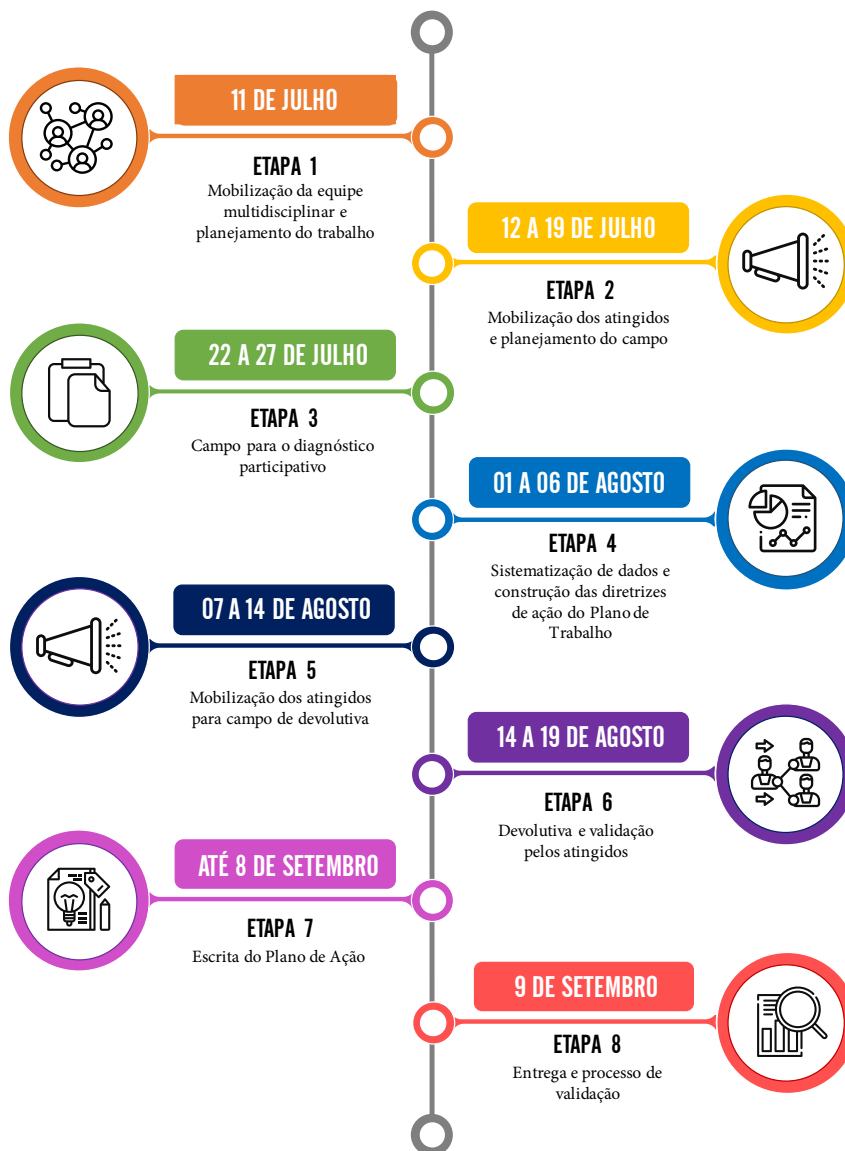


Figura 2 : Etapas de construção do plano de trabalho para a Região 3.

ETAPA 1

Mobilização de equipe multidisciplinar, planejamento do trabalho

O NACAB contou com a participação ativa de parceiros estratégicos para mobilização de equipe multidisciplinar experiente e profissionalmente competente para construção deste Plano de Trabalho. Ao todo, o NACAB mobilizou quase duas dezenas de profissionais das diversas áreas: ciências sociais, direito, assistência social, psicologia, engenharia florestal, engenharia agrônoma, biologia, ciências socioambientais, administração e comunicação social.



ETAPA 2

Mobilização dos atingidos, planejamento do campo e construção da metodologia do campo

Nessa etapa, o NACAB entrou em contato pela primeira vez com os atingidos após os procedimentos de escolha. As mobilizações das comissões foram orientadas pela lista de nomes e contatos repassados pelo MPMG. Destaca-se o fato de que os membros das comissões se organizaram de forma célere e eficiente para participarem das reuniões com a ATI. Durante as reuniões buscou-se os seguintes objetivos:

1. Contextualizar os atingidos sobre a Vale S.A., o rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão;
2. Apresentar o papel da assessoria técnica e o NACAB;
3. Apresentar uma linha do tempo contendo os principais acontecimentos e marcos desde o rompimento da barragem até o início previsto para o trabalho da ATI;
4. Realizar o levantamento participativo dos danos e medidas de reparação emergencial executadas;
5. Conhecer possíveis alternativas econômicas dos territórios;
6. Entender a dinâmica socioespacial no território;
7. Entender as preferências relacionadas a meios de comunicação;
8. Compreender aspectos relativos à composição das comissões.
9. Refletir coletivamente sobre o papel das comissões, assessoria técnica, instituições de justiça e Vale S.A.

Durante o campo, as seguintes perguntas foram centrais no debate:

1. Quais são os problemas gerados pelo rompimento?
2. Estes problemas estão sendo resolvidos?
3. Como estes problemas estão sendo resolvidos?
4. Existem outras atividades econômicas aqui que não dependem da qualidade da água do Rio Paraopeba?
5. O que não tem aqui e poderia ter para gerar renda?



As respostas a todas as perguntas foram listadas pelos próprios atingidos e validadas em plenária. Os resultados estão descritos no Item Ações Emergenciais, quando apresentamos os danos e as sugestões de medidas emergenciais.



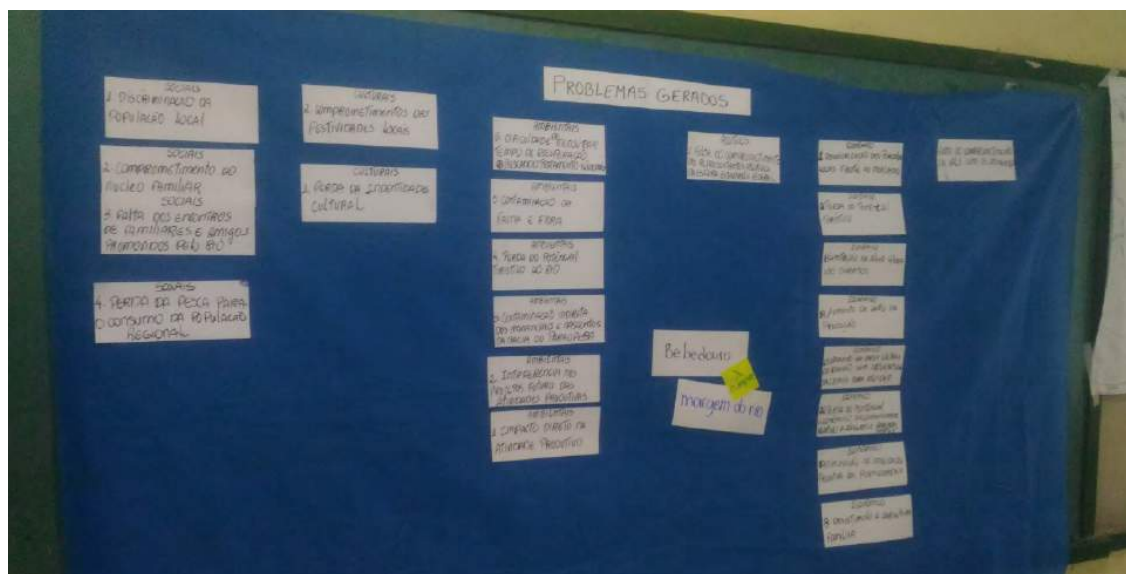


Figura 3: Registro de discussão com os atingidos e construção do painel de danos.

Ao refletirem sobre a formação das comissões e da importância dessa estrutura, os membros das comissões se apresentaram e relataram um pouco sobre seu papel durante esse processo e a realização de algumas ações. Discorreram sobre o nível de adesão ao processo, o desafio relacionado à participação e sobre a necessidade de mudança e reorganização do grupo. Um ponto importante a se destacar é o incômodo relacionado ao trabalho voluntário e a necessidade de investimento monetário e em infraestrutura para viabilizar os encontros das comissões e dela com a comunidade.

Para compreender a espacialização dos territórios dentro dos municípios, foi projetado um mapa simplificado com o contorno de cada município correspondente a cada comissão. A partir dessa projeção, os atingidos indicaram a localização aproximada de seu território e algumas referências espaciais relacionadas a locais de reuniões e festas comunitárias.



Figura 4: Construção de um mapa participativo pelos atingidos em uma das comissões da Região 3.



ETAPA 3

Campo de Escuta

No Campo de Escuta trabalharam sete profissionais, divididos em duas duplas e um trio para atendimento às 21 comissões da Região 3. As equipes presentes em campo foram responsáveis pela mediação e relatoria das reuniões. Abaixo segue cronograma de reuniões e o número de participantes (listas de presença em anexo).



Figura 5: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Valentin, Ribeirão do Ouro e Marinheiros em Florestal, Minas Gerais.



Figura 6: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão do Chacreamento Vargem Grande em Pará de Minas, Minas Gerais.



Abaixo segue cronograma de reuniões e o número de participantes (listas de presença em anexo).

Tabela 1 : Cronograma e o número de participantes das reuniões de escuta por município e comissões.

CAMPO DE ESCUTA (22 A 27 DE JULHO)				
MUNICÍPIO	COMISSÕES	DATA DA REUNIÃO	HORÁRIO	NÚMERO DE PESSOAS
Caetanópolis	Minhoca	22/07/2019	14 horas	75
Paraopeba	Pontinha	22/07/2019	19 horas	20
	Paraopeba	22/07/2019	19 horas	18
Pequi	Pindaíbas	25/07/2019	19 horas	21
	Soledade			
Fortuna de Minas	Beira Córrego e Retiro dos Moreiras	24/07/2019	17 horas	11
	Córrego de Areia	26/07/2019	18 horas	08
	Três Barras	26/07/2019	18 horas	25
São José da Varginha	Povoado Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas	26/07/2019	9 horas	12
Esmeraldas	Taquara	27/07/2019	15 horas	86
	Padre João, Bambus e Vinhático	24/07/2019	19 horas	38
	Cachoeirinha	22/07/2019	18:30 horas	29
	São José	25/07/2019	18:30 horas	23
	Vista Alegre	23/07/2019	18:30 horas	27
	Riacho	22/07/2019	14 horas	22
Papagaios	Papagaios	26/07/2019	13 horas	10
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros	22/07/2019	14 horas	09
Maravilhas	Maravilhas	23/07/2019	19 horas	10
Pará de Minas	Córrego do Barro	24/07/2019	18 horas	07
	Chacreamento Paraopeba	27/07/2019	15 horas	03
	Chacreamento Vargem Grande	25/07/2019	19 horas	21
	Muquém	26/07/2019	18 horas	26
TOTAL				501

ETAPA 4

Sistematização de dados e construção das diretrizes de ação do Plano de Trabalho

Após a realização do Campo de Escuta, a equipe realizou reuniões internas para compartilhamento e análise das informações coletadas. Essas informações formaram os principais subsídios para a elaboração deste Plano de Trabalho e estarão permanentemente correlacionadas às linhas de atuação a serem desenvolvidas pelo NACAB para assessoria técnica junto aos atingidos.



ETAPA 5

Mobilização dos atingidos para o Campo de Devolutiva e Validação

Posteriormente ao tratamento das informações coletadas, da proposição de ações e da escrita parcial do presente documento, foram agendadas novas reuniões com as comissões, tendo como objetivo validar os principais eixos do Plano de Trabalho e registrar demandas de adequações/reformulações pontuadas pelos atingidos.

ETAPA 6

Devolutiva e validação pelos atingidos.

Esse momento, realizado entre os dias 14 a 19 de agosto e que denominamos “Campo de Devolutiva e Validação”, aprimorou a construção coletiva deste documento que se propõe como instrumento balizador da atuação do NACAB no assessoramento dos atingidos no processo de reparação integral dos danos observados na Região 3. Para esta etapa, estiveram em campo seis profissionais divididos em três equipes. Cada dupla percorreu sete comissões com o objetivo de apresentar o Plano de Trabalho e validar as ações propostas junto aos atingidos conforme cronograma apresentado na próxima página (Tabela 2). Nesse processo, os atingidos tiveram um papel fundamental na tomada de decisão referente à estrutura de trabalho e equipe da ATI. Além disso, eles avaliaram as propostas do plano como um todo utilizando a dinâmica “Que Bom, Que Pena e Que Tal”, na qual fizeram reflexões de pontos positivos, negativos e deram sugestões.



Figura 7: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Padre João, Vinhático e Bambus em Esmeraldas, Minas Gerais.

Durante as reuniões, os atingidos fizeram observações gerais que foram registradas pela equipe a fim de serem utilizadas nas discussões de estruturação do Plano de Trabalho e, sempre que pertinente, na composição do próprio Plano. No anexo Resultados do Campo de Devolutiva, apresentamos o resultado por comissão das reuniões.





Figura 8: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Córrego do Barro em Pará de Minas, Minas Gerais.

Tabela 2: Cronograma e o número de participantes nas reuniões para apresentação e validação do plano trabalho por comissão.

APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO (14 A 19 DE AGOSTO)				
MUNICÍPIO	COMISSÕES	DATA DA REUNIÃO	HORÁRIO	NÚMERO DE PESSOAS
Caetanópolis	Minhoca	19/08/2019	14 horas	08
Paraopeba	Pontinha	18/08/2019	19 horas	08
	Paraopeba	19/08/2019	19 horas	13
Pequi	Pindaíbas	14/08/2019	18:30 horas	14
	Soledade			
Fortuna de Minas	Beira Córrego e Retiro dos Moreiras	16/08/2019	17 horas	18
	Córrego de Areia		18 horas	08
	Três Barras	15/08/2019	19 horas	14
São José da Varginha	Povoado Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas	16/08/2019	9 horas	07
Esmeraldas	Taquara	15/08/2019	15 horas	13
	Padre João, Bambus e Vinhático		14 horas	11
	Cachoeirinha		18 horas	20
	São José		18 horas	15
	Vista Alegre	17/08/2019	18 horas	19
Papagaios	Riacho	14/08/2019	14 horas	13
	Papagaios		15 horas	12
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros		13 horas	10
Maravilhas	Maravilhas	19/08/2019	18 horas	08
Pará de Minas	Córrego do Barro	15/08/2019	17 horas	23
	Chacreamento Paraopeba	17/08/2019	17 horas	06
	Chacreamento Vargem Grande	17/08/2019	9 horas	12
	Muquém	16/08/2019	18 horas	09
TOTAL				261



Para a apresentação aos atingidos das propostas estruturadas dentro do presente Plano de Trabalho, a equipe de do Nacab desenhou uma metodologia que buscou privilegiar mecanismos e procedimentos que assegurem a participação por meio de debates problematizadores. Como ferramentas, estruturou-se uma apresentação em PowerPoint e uma sistematização das falas a partir de dinâmica participativa, acima relatada, viabilizando uma elaboração coparticipativa, construtiva e bem fundamentada.

As comissões foram estimuladas ao debate desde a apresentação dos eixos estruturantes com o detalhamento das ações previstas para cada um. Em destaque, os atingidos reagiram especialmente aos Eixos “Relacionamento com os atingidos”, “Desenvolvimento Territorial” e “Ações Emergenciais”. No Eixo “Relacionamento com os atingidos”, as comissões acolheram com entusiasmo a indicação de compartilharem uma base de apoio com a ATI. A proposta foi recebida como manifestação de acolhida e atenção às demandas locais frente à complexidade das dimensões do território e danos. As narrativas em que se entrelaçam referências socioeconômicas, ambientais, culturais, históricas, discursos e práticas dos moradores permearam, por sua vez, as reações em relação às ações previstas nos Eixos “Desenvolvimento Territorial” e “Ações Emergenciais”. **O sentimento de irresolução frente aos auxílios emergenciais, bem como o entusiasmo com as propostas de tratativas, se expressaram veementemente nas intervenções dos atingidos. O contato com propostas de ações fundamentadas na retomada da autonomia de suas vidas de forma multidimensional suscitou manifestações de confiança e esperança.**

Em todas as comissões, as propostas do plano foram aprovadas por unanimidade, manifestando-se, ainda, a expectativa de que os trabalhos se iniciassem rapidamente. Registra-se que, todo o processo de construção conjunta com os atingidos por meio das comissões nos espaços de reuniões configurou-se como um momento privilegiado para cultivar a responsabilidade mútua e a cooperação, condições indispensáveis à efetividade do processo de participação social.

ETAPA 7

Escrita do Plano de Trabalho.

Durante todo o processo de escrita do Plano de Trabalho, a equipe do NACAB recebeu demandas e sugestões de pessoas que participaram das comissões. Como forma de qualificar e homogeneizar a resposta, foi criado um grupo de Whatsapp para comunicar aos atingidos as informações atualizadas do processo de trabalho.

Essas demandas fortaleceram a proposta de que a ATI deve propor ações emergenciais, além de estar muito próxima das instituições de justiça. A partir dessas demandas começamos a dialogar com o MP e demais ATIs das pessoas e comunidades atingidas na bacia do Paraopeba sobre o melhor formato de atuação. Após três reuniões com estes atores, fomos influenciados a traduzir e incluir diretrizes postas por esse fórum no Plano de Trabalho, sempre com a cautela de sermos fiéis ao que foi apresentado aos atingidos em campo.



ETAPA 8

Entrega e processo de validação.

Nas reuniões de apresentação do Plano de Trabalho foram esclarecidas para os participantes as regras de contratação da ATI. Deixamos claro nosso compromisso com o cronograma de entrega do Plano e, também, que o cronograma de contratação depende de avaliações e decisões tomadas no âmbito das Instituições de Justiça e do poder judiciário. **Nas discussões desenvolvidas nessas reuniões, as comissões expressaram, enfaticamente, ansiedade pelo início das contratações.**



DANOS APONTADOS PELOS ATINGIDOS DURANTE CAMPO DE ESCUTA

Os danos apontados pelas 21 comissões foram categorizados pela equipe do NACAB a fim de melhor compreendê-los, descrevê-los e propor ações efetivas de reparação. Importante ressaltar que os danos apresentados devem ser considerados como uma primeira aproximação, pois dado o caráter processual e crônico desse desastre-crime, outros danos e categorias podem eventualmente surgir ao longo do tempo.

Inicialmente, dentre as categorias criadas, estão:

1. Água e Meio Ambiente;
2. Socioeconômico;
3. Sociocultural e Psicossocial;
4. Saúde Coletiva.

Além desses danos, foram sistematizadas quais as medidas de reparação a Vale S.A. vem realizando no território e quais os problemas associados a essas medidas. Embora a categorização auxilie na compreensão dos danos e tratativas, há questões transversais que perpassam por todo o processo. Abaixo encontra-se uma breve descrição das categorias e os respectivos danos identificados durante os trabalhos de levantamento das informações junto às comunidades.



ÁGUA E MEIO AMBIENTE

Neste item foram incluídos problemas relacionados ao acesso, contaminação e insegurança em relação a água e ao ambiente.

Um dano levantado, de fundamental relevância, foi a qualidade da água para consumo humano. Várias pessoas tinham poços artesanais ou cisternas que ficavam a uma distância de até 100 metros da margem do rio e usavam essa água para diversos fins, como: beber, tomar banho, higienizar as casas, as roupas, saciar a sede dos animais, sejam eles com fins alimentícios ou domésticos. A restrição ao uso da água de poços e cisternas, devido a uma possível contaminação após o rompimento da barragem, causou um caos na rotina e segurança das pessoas que faziam uso dessa água. Associados a essa questão, dois outros pontos foram levantados: a incerteza da qualidade da água em outros poços e cisternas que não foram avaliados, e o risco de contaminação do solo, poços, peixes, lençol freático, açudes e outras estruturas que tenham contato com a água do rio, seja por confluência com afluentes ou por enchentes, considerando a sazonalidade durante o período de cheia do rio Paraopeba.

Outro dano bastante evidente refere-se à dessedentação animal de criações de gado de corte e leite, para as quais era utilizada a água do rio Paraopeba. Após o rompimento da barragem e a chegada do



rejeito, o uso dessa água ficou impossibilitado, gerando outros transtornos e sofrimentos aos produtores, como prejuízos para arrendar outros pastos que não estivessem às margens do rio. Além disso, alguns produtores rurais tiveram que reduzir a quantidade de cabeças de gado e, consequentemente, sua produção. Soma-se a isso a ineficiência e, por vezes, a ausência do cercamento das margens e até mesmo a própria contaminação possível dos animais de alguns produtores que não possuem condição de tomar outras medidas, a não ser deixar os animais beberem a água do rio Paraopeba. Foi relatado por algumas pessoas a morte de algumas criações que tiveram algum tipo de contato com a água.

Ainda relacionado ao uso direto da água do rio, várias pessoas dependiam dessa água para sistemas de irrigação, seja nas produções agrícolas e pastos, seja na agricultura familiar e em suas hortas para autoconsumo. Dada a contaminação da água, vários produtores rurais tiveram que interromper suas atividades.

Uma preocupação comum ao longo do território têm sido os riscos de contaminação de pessoas ao consumir água, animais ou produtos contaminados da região; riscos de contaminação da flora e da fauna silvestres e animais domésticos; riscos de contaminação relacionados à continuidade de atividades de apicultura e extração de areia. Alguns apicultores deixaram de produzir para evitar o comércio de produtos possivelmente contaminados, uma vez que para a produção do mel, as abelhas dependem de mais de 70% da água em sua composição; outros produtores moveram suas caixas de abelhas para locais mais afastados do rio, no intuito de se evitar a contaminação.



SOCIOECONÔMICO

Uma das esferas mais afetadas ao longo dos dez municípios está no campo da economia. Mesmo em escalas diferentes e com particularidades para cada um dos territórios das 21 comissões, os prejuízos em perdas de fontes de renda, perdas de produção e desvalorização de produtos e imóveis são fragilidades que permeiam toda a região.

Grande parte dos danos econômicos estão relacionados à cadeia da pesca, que depende diretamente da presença do turista. Com a impossibilidade dessa atividade no rio Paraopeba, o pescador não frequenta mais a região e deixa de consumir produtos e serviços locais. Dentre esses danos, estão a queda dos comércios da região, como açougues e casas de ração, a redução da venda de peixes, redução da venda de itens pesqueiros como iscas, anzóis, varas de pescar, linha e outros. Ademais, houve redução do consumo de peixes em mercados, bares e restaurantes. A questão econômica envolvendo a pesca vai além do relacionamento direto entre comerciante e pescador, uma vez que existem atores dentro dessa cadeia que estão sendo intensamente prejudicados pela redução do escoamento de produtos.

Nesse contexto, temos a presença de trabalhadores que fabricam os bornais, ou capangas, onde as minhocinhas e minhocuços são comercializados, os produtores de minhocinhas e outras iscas perecíveis, os extratores de minhocuços e as pessoas que fabricam produtos artesanais para a pesca. Houve também uma queda na procura por aluguel de barcos, sítios e casas pelos pescadores que utilizavam desses serviços para seu lazer às margens do rio Paraopeba.



Os prejuízos em atividades agropecuárias também extrapolam o cerne da produção. Além das perdas nas safras, redução de rebanhos, perda de áreas de pasto, perda e redução de área de plantio, do aumento de gasto para manter a produção, da interrupção na criação de suínos, aves e atividades de apicultura, há também a perda de diversos postos de trabalhos associados a essas atividades. Trabalhadores locais, que ocupavam cargos de diaristas, caseiros, pedreiros, marceneiros e outras atividades associadas à produção agropecuária, perderam seus empregos e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Outro prejuízo comum associado às margens do rio é a interrupção da extração de areia e a consequente diminuição da renda dos atores envolvidos. Pode-se destacar novamente a perda de postos de trabalho causando danos à mão de obra local.

Em alguns casos particulares, foram encontrados também danos econômicos relacionados à deterioração e desvalorização de equipamentos e máquinas, como por exemplo bombas que estavam submersas no rio e que foram corroídas e inutilizadas (Figura 9). O financiamento de equipamentos e outros investimentos que foram realizados, antes do rompimento da barragem, para aumentar ou qualificar a produção, hoje estão paralisados resultando em grandes prejuízos individuais e dívidas financeiras. Além desses, ainda houveram gastos pessoais como ação emergencial no sentido da construção de cercas e o deslocamento do gado.

Do mesmo modo, foram relatados gastos com caminhões-pipa e instalações de caixas d'água fornecidas pela Vale S.A. Outra questão relacionada à queda de investimentos é a desvalorização fundiária e imobiliária. Antes do rompimento da barragem, o rio Paraopeba agregava valor aos terrenos que o margeavam, após a contaminação advinda do rompimento, não há mais procura por terras ao longo do rio, o que caracteriza um processo constante de desvalorização.

Ainda como danos socioeconômicos, pode ser citada a desvalorização de produtos da região e a insegurança alimentar. Pequenos, médios e grandes produtores estão sujeitos à rejeição ou desvalorização de seus produtos devido ao estigma sistematicamente produzido com o rompimento. Não há certezas sobre a contaminação da carne e leite dos animais nem dos produtos agrícolas, mas o receio relacionado à bacia do rio Paraopeba está instalado. Os produtores começam a sentir problemas no escoamento e o consumo próprio desses produtos é extremamente preocupante, o que causa a sensação de insegurança.



Figura 9 : A bomba d'água à direita foi retirada do rio Paraopeba (município de Papagaios) no mês de maio/2019 e observa-se que todo o seu revestimento externo foi corroído pelo contato direto com a água do rio. A bomba à esquerda, utilizada no rio Paraopeba antes do rompimento da barragem B1, apresenta revestimento intacto, servindo como base de comparação.



Outro ponto que tem sido discutido é o acesso regular e permanente à alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Associado a essa questão, tem-se o aumento nos gastos com a compra de carnes para consumo de proteína, quando antes essa proteína era proveniente do peixe pescado no rio.

SOCIOCULTURAL E PSICOSSOCIAL

Existem danos que afetam os aspectos sociais, culturais e psíquicos de uma comunidade ou sociedade. Um elemento sociocultural tem a ver com as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária como para dar-lhe significado. Já um elemento psicossocial se refere à relação entre o convívio social, incluindo a satisfação com a vida e com aspectos do estilo de vida do ponto de vista da psicologia clínica. Nesse sentido, diferentes problemas encontram-se presente na Região 3. Alguns deles são: enfraquecimento de festas e feiras locais, o que tem repercussão social e financeira (redução da renda das associações comunitárias); frustração de projetos de vida; perda do lazer relacionado ao uso do rio para banho e pesca, tanto para comunidade local quanto para o turista; danos afetivos relacionados à perda do prazer, de hábitos, costumes, sonhos; danos à memória coletiva associada ao rio. É importante destacar problemas de desarticulação familiar e comunitária, uma vez que o ambiente que os unia - o rio - foi seriamente comprometido. O estigma associado ao rio se reflete como um dano difuso de amplo alcance.

Os atingidos estão submetidos a uma série de conflitos inter e intrapessoais e institucionais relacionados ao uso da água, falta de informação ou desinformação pela empresa Vale S.A. e a própria estigmatização simbólica e material.

SAÚDE COLETIVA

Outro tema de grande relevância no território está relacionado à saúde de quem vive na região. Existem alguns danos psicológicos que estão associados às incertezas e aos riscos de contaminação, seja por alimentação, pelo contato com o ar poluído, ou por contato com o rio ao atravessá-lo para cumprimento de suas obrigações, prática comum entre vários trabalhadores da região. As incertezas, receios e as perdas que os atingidos vêm enfrentando culminam em um forte desgaste emocional levando muitos a desenvolverem quadros de depressão. Além da saúde mental, há a preocupação com a saúde física que pode ser comprometida com a contaminação por metais pesados e pelo aumento de epidemias que acometem animais e humanos que moram e/ou trabalham próximo às margens do rio Paraopeba.



MEDIDAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À REPARAÇÃO EMERGENCIAL

A Vale S.A. tem realizado algumas medidas de reparação emergencial nos municípios, porém sua presença não é uma realidade em todas as comunidades atingidas da Região 3. Existem grupos que não tiveram contato com a empresa e estão marginalizados no que diz respeito a qualquer auxílio. Até o momento, as ações da Vale S.A. identificadas ao longo do território foram as seguintes:

1. Fornecimento de caminhão-pipa com água para consumo humano (usos diversos) e animal
2. Distribuição de água mineral para consumo humano
3. Fornecimento de ração e silagem
4. Construção de cercas às margens do rio Paraopeba
5. Visitas técnicas
6. Perfuração de poços artesianos
7. Análise de água dos poços e cisternas
8. Postos de atendimento presencial
9. Atendimento através de telefone 0800
10. Pagamento de auxílio emergencial

Na aplicação destas medidas, destacam-se várias falhas que têm contribuído para o surgimento de mais conflitos, desarticulações, ansiedade e desgaste dos atingidos.

Em relação ao acesso a água, existem problemas na distribuição feita pela Vale S.A. Algumas pessoas que dependem do recebimento de água para consumo animal e/ou humano não estão tendo acesso a esse recurso, outras afirmam a irregularidade temporal da distribuição e/ou que a quantidade recebida é insuficiente. A falta de regularidade interfere diretamente na rotina das pessoas, incluindo a disponibilidade das mesmas em ter que aguardar dentro de suas residências a chegada do caminhão para que possam receber o recurso. Quando o caminhão não encontra um responsável para receber a água, essa é deixada com algum vizinho, o qual se torna responsável por fazer a distribuição. Um questionamento e reclamação em relação a tal situação é que a empresa não se preocupa em repassar a água dentro dos horários disponíveis dos atingidos, mas sim, eles que precisam, se adequarem ao horário de passagem do caminhão pelo território. Alguns atingidos relatam ainda danos causados pelo trânsito dos caminhões, como derrubada de postes de luz e cercas.

A distribuição de água mineral tem sido feita em fardos de garrafas descartáveis, o que tem gerado um problema em relação ao descarte do grande volume de embalagens. Ainda sobre a distribuição de água mineral, os atingidos relataram que a Vale S.A. tem responsabilizado voluntários da própria comunidade a receber o montante de fardos de água mineral em suas residências e distribuí-los para o restante da comunidade. Essa situação tem gerado conflitos e transtornos para os voluntários, pois muitos moradores buscam a água em horários inadequados e/ou reclamam que estão recebendo menos água mineral que necessitam. Além disso, a falta de regularidade na quantidade de fardos enviados pela Vale S.A. para a comunidade, acarreta desconfiança dos moradores sob os voluntários.



Outro ponto muito discutido foi em relação à dessedentação e alimentação animal. Além do suprimento de água, existe também irregularidade e ausência no recebimento e instalação de itens como caixas d'água, bebedouros, cochos, silagem, ração e outros.

A construção de cercas às margens do rio Paraopeba feita pela empresa também tem sido alvo de críticas. O cercamento não tem respeitado as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e isso tem causado insegurança nos proprietários que temem receber multas dos órgãos ambientais. Outro fator de insegurança é em relação a área que está sendo cercada, a qual instalou-se um receio de que pode ser uma estratégia da empresa para uma posterior desapropriação. Há ainda relatos sobre a qualidade da cerca, que tem se rompido por não resistirem aos rebanhos de búfalos e da ausência da cerca em alguns territórios, interferindo diretamente na saúde dos animais, uma vez que estão tendo acesso à água do rio Paraopeba. Uma questão que permeia o campo da carência de ações associadas à saúde animal é a falta de atendimento nutricional e veterinário ao gado.

Outra medida realizada pela Vale S.A. e que tem gerado questionamentos são as visitas técnicas para a perfuração de poços. Alguns atingidos relatam que funcionários e/ou terceirizados da empresa já estiveram em suas terras, analisaram os danos, o terreno e agendaram a perfuração de poço no local, porém não o fizeram e sequer deram um parecer sobre o não cumprimento da ação. Outros relatam a ausência dos técnicos em suas terras para avaliação. Algumas questões chamam a atenção em relação à perfuração dos poços: problemas relacionados ao esgotamento do lençol freático devido à quantidade de poços perfurados; maior demanda de energia elétrica devido às instalações de bombas hidráulicas submersas; existência ou não de outorgas devidamente expedidas pelo órgão competente para perfuração dos poços. A empresa tem realizado análises de água em alguns poços e cisternas locais, porém os atingidos não têm recebido o parecer técnico com os resultados e ainda afirmam que não confiam nas análises feitas pela Vale S.A.

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. Porém, o processo somente é bem-sucedido quando o destinatário recebe, compreende e interpreta a mensagem. Muitos atingidos retratam problemas na comunicação com a Vale S.A., que vão desde a falta de respostas a respostas incompletas e confusas, seja nos postos de atendimento ou pelo canal 0800 criado pela empresa. Alguns pontos podem ser destacados no quesito atendimento da Vale S.A., como por exemplo: ausência de representantes da empresa nos territórios o que se caracteriza como uma violação dos direitos dos atingidos; o não atendimento presencial frente às demandas; poucos postos de atendimento e dispostos em lugares não distante, fazendo com que os atingidos gastem recursos próprios (tempo e dinheiro) para registrarem suas demandas e/ou levar documentações; a ineficiência de comunicação entre a empresa terceirizada que registra as demandas e o encaminhamento dessas para a Vale S.A., no qual consequentemente várias demandas são registradas e não são atendidas; erros constantes relacionados ao status da demanda realizada, entre outros aspectos relatados.

O pagamento do auxílio emergencial também tem sido foco de conflitos e questionamentos causando,



inclusive, desunião e desarticulação comunitária. A primeira discussão gira em torno dos critérios para o recebimento do auxílio emergencial. Segundo acordo judicial, somente tem direito ao recebimento pessoas residentes em edificações que estão dentro da faixa 1Km das margens do rio Paraopeba e que possuem comprovante de residência nominal. **O critério de 1Km é fortemente excludente, pois várias pessoas que estão fora dessa área foram seriamente atingidas, como trabalhadores rurais, pescadores, sitiantes, comerciantes e outras categoriais que foram citadas ao longo do texto. Além disso, os documentos solicitados para comprovação de endereço são restritivos e existem pessoas e comunidades que têm dificuldade em acessar um comprovante que seja aceito pela empresa.**

Da mesma forma, existe uma falta de clareza sobre quais documentos são reconhecidos pela Vale S.A. para validar a comprovação de endereço. Ainda em relação ao comprovante de endereço, segundo relatos, a Vale S.A. exige que filhos maiores de 18 anos, mesmo que tenham residência fixa com os pais, tenham comprovante de renda nominal, afirmando que a partir dessa idade a pessoa já possui estabilidade financeira, o que tem causado exclusão no recebimento do auxílio emergencial. A discussão do recebimento do auxílio financeiro emergencial também se dá em torno do valor e do número de parcelas. Muitos atingidos questionam se a empresa terá realizado a reparação de todo o território ao longo dessas 12 parcelas e se depois disso elas terão o restabelecimento de seus modos de vida.

Outro questionamento dos atingidos está relacionado tanto à morosidade da análise dos documentos, quanto ao pagamento dos auxílios financeiros a todos os membros do núcleo familiar, uma vez que em alguns casos somente uma pessoa do núcleo recebe o auxílio. O descompromisso e o desrespeito da Vale S.A. com os atingidos, somado ao sentimento de incerteza e insegurança, têm causado transtornos psicológicos que também estão sendo negligenciados pela empresa



CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO 3

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS

Esse item apresenta alguns elementos dos municípios que compõe a Região 3 com a finalidade de contextualizar os aspectos demográficos, sociais, econômicos e culturais das populações atingidas que vivem na área do escopo de atuação da ATI NACAB ².

Os dez municípios da área de abrangência: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Caetanópolis, Paraopeba e Papagaios estão situados nas regiões Central e Centro Oeste de Minas Gerais e ocupam juntos uma **extensão territorial de cerca de 3.895 mil km² (Tabela 3)**. Quanto à população, o total de pessoas que vivem nesses 10 municípios, de acordo com as estimativas do IBGE (2018), **é de 242.237 mil, sendo que 77% da população reside em área urbana e 23% na área rural.**

Nos municípios de São José da Varginha, Fortuna de Minas, Pequi e Maravilhas essa divisão é mais equalizada. Em São José da Varginha, cerca de 47% da população está na área rural. Em Fortuna de Minas e Maravilhas, essa proporção é de 34% da população na área rural e 66% na área urbana. Em Pequi, 30% da população reside na área rural e 70% na área urbana. Os dois maiores municípios são Esmeraldas (910,679 km²) e Paraopeba (625,629 km²). Juntos esse dois municípios compreendem quase 40% de toda a área de abrangência.

Em relação à densidade demográfica, o município de Pará de Minas se destaca como o município mais populoso. De acordo com o IBGE, este município possui cerca de 29.542 domicílios e uma densidade demográfica de 168,9 hab/km². O total de domicílios de Pará de Minas supera o total de domicílios do maior município em extensão territorial entre os 10 que estão na Região 3. Esmeraldas possui aproximadamente 26.097 domicílios e uma densidade demográfica de 20,9 hab/km².

Sobre o PIB per capita, a região somou em 2016 (IBGE) um total de R\$ 164.066,38 decorrente da diversificada atividade econômica da região. Considerando todos os 10 municípios, a renda média registrada é de R\$ 537,85 (ATLAS BRASIL, 2010). No entanto, cerca de 2,93% da população é extremamente pobre com renda per capita de R\$ 46,00. O município de Esmeraldas lidera essa lista, com aproximadamente 14,4% da população municipal em situação de extrema pobreza, o que evidencia sua maior vulnerabilidade social. Outros três indicadores são relevantes para a caracterização socio-demográfica dos municípios. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini e o Indicador de Vulnerabilidade Social. O IDHM (2017) considera as dimensões de educação, longevidade e renda. O IDHM médio dos 10 municípios é de 0,69, valor limiar entre a classificação média e alta. Não há uma grande variação do IDHM entre os municípios. O menor IDHM é de 0,67 (Esmeraldas, Pequi, Maravilhas e Papagaios), valor médio, e o maior é de 0,73 (Pará de Minas), valor alto do índice.

² Esse item apresenta alguns elementos dos municípios que compõe a Região 3 com a finalidade de contextualizar os aspectos demográficos, sociais, econômicos e culturais das populações atingidas que vivem na área do escopo de atuação da ATI NACAB.



Tabela 3 : Dados sociodemográficos dos municípios que compõe a Região 3.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA REGIÃO 3 - DADOS CENSITÁRIOS - BASE MISTA												
MUNICÍPIOS	EXTENSÃO TERRITORIAL (KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2017)	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO ESTIMADA IBGE (2018)			RENDA MÉDIA PER CAPITA	EXTREMAMENTE POBRES (%)	IDHM (2017)	ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE RENDA (GINI)	VULNERABILIDADE SOCIAL (2010)
					TOTAL	URBANA	RURAL					
Esmeraldas	910,679	20,9	26037	Centro	70200	92%	8%	R\$452,60	14,4	0,67	0,43	36%
Florestal	194,242	38,4	2969	Centro Oeste	7386	82%	18%	R\$741,46	1,47	0,72	0,48	32%
Pará de Minas	586,521	168,3	29542	Centro Oeste	93101	94%	6%	R\$686,42	0,46	0,73	0,43	28%
São José da Varginha	205,501	20,9	1756	Centro Oeste	4927	53%	47%	R\$555,77	1,72	0,7	0,47	34%
Fortuna de Minas	198,7	14,8	1140	Centro	2927	66%	34%	R\$459,52	1,4	0,7	0,41	35%
Pequi	203,991	16,4	1920	Centro	4379	70%	30%	R\$522,22	0,6	0,67	0,43	35%
Maravilhas	261,604	30,1	2513	Centro	7904	66%	34%	R\$442,51	2,8	0,67	0,39	34%
Papagaio	553,577	11,1	4943	Centro	15543	82%	18%	R\$455,56	2,16	0,67	0,49	38%
Caetanópolis	156,039	17,2	4060	Centro	11495	80%	20%	R\$531,65	1,66	0,71	0,42	33%
Paraopeba	625,623	33,5	7930	Centro	24375	86%	14%	R\$530,79	2,62	0,69	0,45	34%

Fonte: IBGE (2010,2016,2018); Atlas Brasil (2013); IMRS (2016).



O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (ATLAS, 2010). O Índice de Gini médio para os 10 municípios é de 0,44, o que evidencia, em termos comparativos, uma realidade socioeconômica com menor desigualdade que o Brasil e Minas Gerais.

A Vulnerabilidade Social no Atlas do Desenvolvimento Humano é calculada com base em diversas dimensões que dizem respeito a crianças de jovens - como taxa de mortalidade infantil, trabalho infantil e evasão escolar-, à família (como extrema pobreza, mães chefes de família e dependência de idosos), ao trabalho e renda (avaliando a porcentagem da população que é vulnerável à extrema pobreza e a relação entre escolaridade e ocupação informal) e às condições de moradia, que avalia a proporção de domicílios com banheiro e água encanada. A média da Vulnerabilidade Social para os 10 municípios é de 34%, um valor cuja leitura do Ipea o classifica como médio.

Na Tabela 3, é possível observar tais dados especificados por município, o que permite uma aproximação com a realidade local, assim como evidencia o quão distintos são. **Essa heterogeneidade entre os municípios reforça a necessidade do trabalho da assessoria ser capaz de atender, entre outros, a diversidade sociodemográfica e territorial de cada região, de maneira compatível com a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos pelas respectivas comunidades, bem como as situações de vulnerabilidade social.**

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

A região destaca-se no cenário estadual por seu potencial e diversidade socioeconômica. Possui uma economia impulsionada pelo setor de serviços concentrando em média, 67,91% de suas atividades neste setor, sendo Esmeraldas o município com maior concentração, com 83% de suas atividades (Tabela 4).

No setor da agropecuária a média de arrecadação do PIB é de 17,56%, tendo destaque o município de São José da Varginha com cerca de 54% de sua atividade econômica nesse segmento. Por sua vez, o setor industrial arrecada cerca de 14,49%, sendo Pará de Minas o município de destaque com 26,80% de suas atividades. Somados, de acordo com o IBGE (2016), os dez municípios alcançam um PIB de R\$ 4.511,004,01.

Refletindo uma característica do próprio Estado de Minas Gerais, a estrutura do setor produtivo da região apresenta uma diversificação e heterogeneidade na distribuição das atividades com consideráveis amplitudes entre os municípios retratando, entre outros aspectos, as desigualdades no desenvolvimento territorial.

De acordo com dados do Censo Agropecuário (2017), é possível identificar 3.865 estabelecimentos



Tabela 4 : Dados socioeconômicos dos municípios que compõe a Região 3.

DADOS ECONÔMICOS DA REGIÃO 3								
MUNICÍPIOS	ATIVIDADE ECONÔMICA CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS REBANHOS E CULTURAS AGRÍCOLAS	PIB MUNICIPAL (2016)	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (2017)	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HA)
Esmeraldas	Extração de areia, atividades agropecuárias e artesanato (bordado feito à mão)	Avicultura, bovinocultura, suinocultura. Cana-de-açúcar, milho.	R\$660.885,42	5,80%	10,60%	83,50%	961	57.722
Florestal	Serviços e Agropecuária	Avicultura, suinocultura, tomate.	R\$105.292,20	12,10%	10,30%	77,60%	247	13.022
Pará de Minas	Agropecuária, Indústria e Serviço. Tem destaque a produção de tecidos.	Avicultura, suinocultura, tomate, milho.	R\$2.487.224,28	4,20%	26,80%	69%	795	39.128
São José da Varginha	Agropecuária e serviço	Avicultura de corte, bovinocultura de leite, a horticultura, suinocultura, tomate, cana-de- açúcar.	R\$86.048,97	53,70%	2,70%	43,50%	259	16.646
Fortuna de Minas	Comércio, Agricultura e Pecuária.	Avicultura, suinocultura, bubalino, cana-de-açúcar	R\$34.289,44	18,30%	7,90%	73,80%	193	16.232
Pequi	Agropecuária e Serviço	Avicultura, bovinocultura, suinocultura, tomate, cana-de-açúcar.	R\$56.940,64	24,60%	4,30%	71,10%	247	13.865
Maravilhas	Serviço e indústria	Avicultura, bovinocultura, tomate, milho e cana-de-açúcar	R\$112.652,63	19,70%	14,50%	65,80%	278	19149
Papagaio	Extração de ardósia,gado leiteiro, criação de frangos de corte e ovos.	Avicultura, bovinocultura, milho, cana-de-açúcar e sorgo (grão)	R\$224.567,21	9,60%	19,50%	70,80%	308	38274
Caetanópolis	indústria e serviço	Avicultura, cana-de-açúcar, milho.	R\$219.264,24	13,10%	25,30%	61,50%	180	8.731
Paraopeba	serviço e indústria	avicultura, bovinocultura, cana-de-açúcar e milho	R\$523.838,98	14,50%	23%	62,50%	397	41.610

Fonte: <https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>



agropecuários no conjunto dos municípios, cobrindo uma área de 264.379 hectares. As atividades produtivas de destaque são produção de avicultura, bovinocultura, suinocultura, além da produção agrícola, como a horticultura.

Para projetar soluções de reparação integral, as atividades produtivas precisam ser compreendidas junto aos atingidos, pois interconectam relações de trabalho, práticas culturais, patrimoniais e simbólicas, que por vezes deflagram reações em cadeia, repercutindo em atividades e áreas cuja manutenção e dinâmica dependem de processos e práticas produtivas inviabilizadas.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO 3

A presença de povos e comunidades tradicionais atingidos na região 3 complexifica ainda mais os desafios do processo de afetação, assessoramento e reparação. É certo, para nós, que embora não devamos criar priorização, garantindo o caráter isonômico da ATI, necessitamos, à luz de várias normativas, garantir um acompanhamento diferenciado para determinados segmentos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social histórica, que tendem a se agravar diante das adversidades do desastre.

Os povos e comunidades tradicionais são caracterizados pela territorialidade diferenciada, historicamente construída e organizada por lógicas de controle, uso e apropriação singulares em relação à apropriação mercantil, ainda que, paradoxalmente, seja produto das próprias contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo. Além da dimensão histórica, como assinala Aderval Costa Filho (2015), esta “nova” categoria carrega consigo atributos ecológicos, dado que emerge justamente no seio do debate ambiental e sobre a conservação da natureza.

Na perspectiva de Costa Filho (2015), quando nos remetemos a povos e comunidades tradicionais, estamos tratando também de múltiplas campesinidades e formas camponesas. Como bem pontua o autor, a particularidade organizacional e das formas culturais desses grupos se evidenciam em regimes de uso comum da terra e recursos naturais, no elemento étnico, no senso de comunidade, na importância cultural e simbólica da terra, na reciprocidade de ação, nas relações de parentesco intergrupal, entre outros aspectos relacionados à reprodução social desses povos e comunidades.

Na Região 3, ao longo do processo de reparação, a campesinidade, tradicionalidade e etnicidade serão objetos de identificação e compreensão, que os grupos detentores dessas características possuem, seja em decorrência dos direitos culturais, seja provenientes dos direitos étnicos territoriais. No contexto de PTr, a tradicionalidade e etnicidade foi identificada em dois casos específicos: a Comunidade Quilombola de Pontinha, localizada em Paraopeba, e o coletivo de extratores e comerciantes de Minhocçu, situados no Shopping da Minhoca, em Caetanópolis. No que toca às comunidades quilombolas, embora essas possam ser classificadas como povos e comunidades tradicionais, o aparato jurídico-administrativo que a sustenta vai além destas categorias, pois está fundamentado no direito histórico de reparação frente às opressões do sistema escravista e suas consequências funestas. A ATI irá, em conjunto com as comunidades, estabelecer as entregas necessárias, como por exemplo, os “Protocolos de Consulta”.



Os direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas tiveram suas bases instituídas, sobretudo, pelos artigos 68 do Ato das Disposições Constitucionais, que determina o reconhecimento e titulação das terras das comunidades quilombolas, e, 215 e 216, que versam sobre a proteção e promoção das manifestações e patrimônio cultural da população afrodescendente. Além das garantias constitucionais, há tratados internacionais que também os protegem e promovem, como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que versa sobre o direito de consulta em caso de intervenções territoriais por atividades econômicas externas ao grupo, e Convenção da Diversidade Biológica, Convenção da Diversidade Cultural e sistema de proteção aos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), com importância particular a Convenção Nacional de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. As prerrogativas constitucionais, em especial no que tange aos direitos territoriais, foram normatizadas pelo Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. No que tange ao universo dos povos e comunidade tradicionais, cuja matéria jurídica abrange as comunidades quilombolas, os direitos territoriais e culturais foram consagrados pelo Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (COSTA FILHO, 2015).

No Brasil, o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP considera os quilombos como Áreas Protegidas (AP). As APs são “áreas naturais e seminaturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade”. Este é um reconhecimento de que assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas, dado seu modo de vida, contribui para a conservação ambiental. Além disso, as áreas remanescentes de quilombos são importantes espaços de preservação da história, onde se projetam a identidade étnica, a tradicionalidade, a valorização de aspectos éticos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação do patrimônio natural e a defesa do interesse nacional e público. Afinal, todos esses territórios contribuem para serviços ecossistêmicos como abastecimento de água potável em grandes e médios centros, ar puro e estocagem de carbono, reservas de fármacos, além de contribuir para garantir a soberania alimentar e impulsionar a economia local, regional e nacional.

Além disso, os conhecimentos tradicionais relacionados ao uso da biodiversidade tem sua valorização e salvaguarda contemplados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto nº 6.040 de 2007, que busca promover o desenvolvimento sustentável desses povos com o objetivo de reconhecer, fortalecer e garantir seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Neste desígnio que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o conceito operacional tem a seguinte definição:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040 apud Costa Filho, 2015, p. 81).



PÚBLICO-ALVO POTENCIAL DA ATI

Dimensionar o público potencial da ATI – NACAB foi desafiador e fundamental para definições importantes que remetem à extensão da equipe, aspectos da logística e estratégia de atendimento e acolhimento da assessoria técnica à população da Região 3.

Partimos do pressuposto de que o atendimento da ATI deve ser feito à toda população atingida dos municípios da Região 3, sem restrições quanto à distância do rio Paraopeba ou em relação às diversas formas de afetação sofridas.

Frisamos que estamos diante de uma **mensuração parcial e aproximada do público-alvo potencial**, pois o processo de reparação está em sua fase germinal, o que permite supor a ocorrência de redefinição de critérios, de forma mais qualificada e tecnicamente embasada, que amplie o quantitativo apresentado neste plano. Esta imperfeição também se explica pelas limitações que o ferramental e os dados disponíveis nessa fase de planejamento nos impõem.

A partir dos dados produzidos desde os diagnósticos participativos desenvolvidos durante as reuniões de escuta e reuniões de devolutiva e validação, bem como dos estudos de dados estatísticos, foi possível observar que **a complexidade que envolve os territórios municipais é fator limitador e complicador no processo de definição do público alvo.**

Tal complexidade, inerente à um território tão extenso e diverso, conjuntamente com o processo de construção do ferramental balizador da reparação integral, que envolve a produção de parâmetros de avaliação de danos e identificação de pessoas e comunidades atingidas, podem vir a ampliar o público-alvo, dado a definição e redefinição de critérios de identificação, classificação, avaliação e mensuração de danos e atingidos pelo rompimento da barragem. Diante da indefinição do contingente populacional de atuação da assessoria técnica, mas também da existência de alguns critérios objetivos reconhecidos por acordo judicial, utilizamos algumas estratégias para definição do público potencial:

1. Identificação por meio de georreferenciamento de edificações na faixa de 1km a partir de cada margem do rio;
2. Identificação, através da mediação das comissões de atingidos, do contingente populacional de comunidades para além da faixa de 1km a partir de cada margem do rio e através da consulta a dados informados por órgãos públicos e entidades locais.
3. Identificação por meio de georreferenciamento de edificações na Comunidade Quilombola de Pontinha



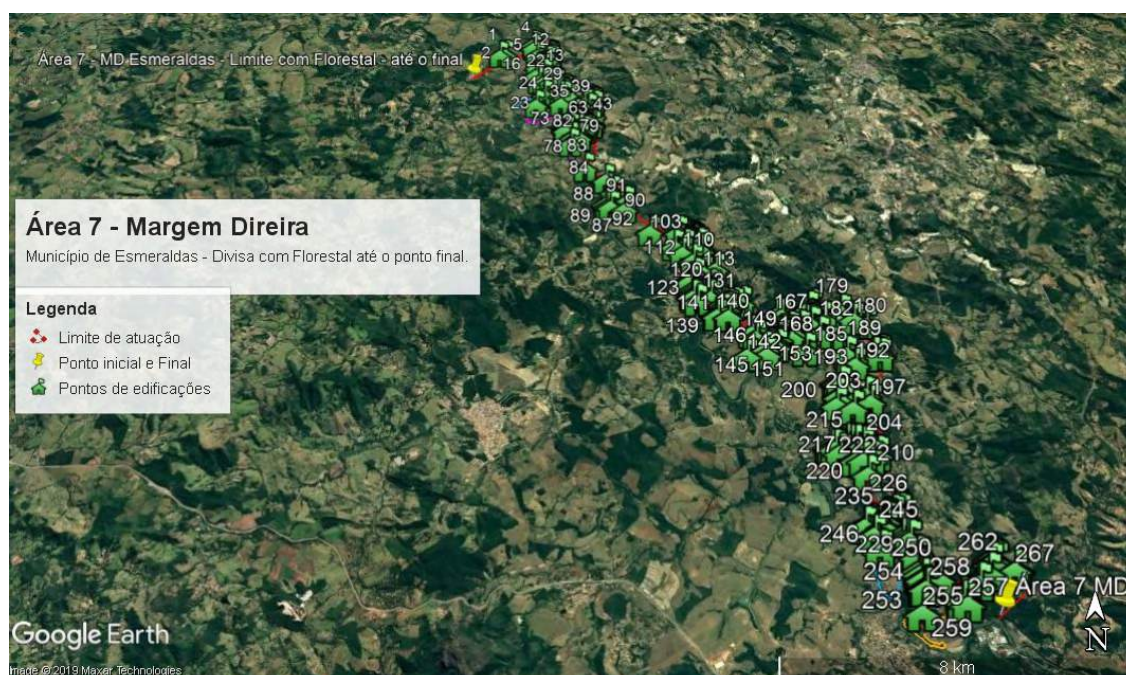


Figura 10 : Exemplo de mapa de Georreferenciamento das edificações a 1km do leito do Rio Paraopeba para o Município de Esmeraldas, Minas Gerais.

A partir das análises por satélite e por dados primários quantitativos, o número estimado de pessoas que serão atendidas pela ATI, por município, é:

Tabela 5 : Estimativa de público que será atendido por município.

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA*
Pará de Minas	850
Pequi	700
Florestal	1500
São José da Varginha	600
Maravilhas	100
Papagaios	310
Fortuna de Minas	1200
Paraopeba	2500
Caetanópolis	6500
Esmeraldas	5942
TOTAL	14.410

*Média de 3,2 pessoas por família, segundo PNAD 2017/IBGE



Todavia, embora apontemos tal número, **é provável que a quantidade de atendidos na região 3 aumente ao longo do processo de reparação.** Para projeção desta ampliação optou-se por trazer dados reportados ao Nacab de uma experiência recente de ATI na bacia do rio Doce, especificamente, o caso do **Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini**, que atende os territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Distrito de Ponte Nova) desde outubro de 2018.

Na experiência dessa assessoria, a previsão estabelecida em contrato com a Fundação Renova era de atendimento à 650 famílias. Todavia, atualmente, após 4 anos do desastre, o atendimento é exercido à aproximadamente 2.000 famílias do município, o que representa um acréscimo de 200,7% à previsão inicial. A experiência da Caritas em Mariana e da AEDAS em Barra Longa também sinalizam para a necessidade de se definir um gatilho de renegociação. Desta forma, o NACAB propõe que este gatilho seja de **15%**, ou seja, a cada 15% de incremento no contingente populacional atendido será necessária a reavaliação e renegociação do orçamento da ATI.

Considerando a lógica do gatilho de renegociação, o orçamento deverá, portanto, ser revisado após a ocorrência de acréscimo de 15% do universo de 14.410 pessoas.

Ainda, no caso de ocorrência de situação futura que demande a realização de estudos técnicos não previstos ou orçados nesse plano de trabalho, bem como em casos fortuitos ou de força maior que demandem despesas excepcionais e ou emergenciais não passíveis de previsão, a entidade irá apresentar pedido circunstanciado, que será objeto de novas negociações, através de procedimento específico a ser formulado e encaminhado pelas instituições de justiça.

Como esta mensuração (14.410) se traduz como a mais concreta e objetiva quantificação de pessoas inicialmente atendidas pelo NACAB, todo o orçamento do Plano de Trabalho para a Reparação Integral de Danos aos Atingidos pelo Desastre está baseado neste quantitativo.

Pelas dificuldades de definição do público, apesar do quantitativo de público alvo de 14.410 pessoas atingidas, a contratação da equipe fixa se dará de forma gradual do 1º a 6º mês de atuação do NACAB, quando se pretende chegar próximo à integralidade do atendimento, garantindo maior precisão na relação equipe técnica e pessoas atingidas.



ESCOPO E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Os procedimentos metodológicos descritos no Plano de Trabalho tem como foco principal a participação ampla e informada dos atingidos no processo de reparação integral dos danos e o apoio organizacional para o acompanhamento dos programas, planos e projetos relacionados a eles. O NACAB entende a participação social em seu caráter amplo, que não se restringe à representação formal e incorpora um processo de diálogo e troca de informações e saberes entre os diferentes atores envolvidos, num movimento em que estruturas e ocasiões de participação são fortalecidas e forjadas, bem como o protagonismo dos grupos sociais, por meio da construção compartilhada de instrumentos técnicos e políticos, práticas formativas e atividades informativas.

O NACAB acredita que o envolvimento dos interlocutores nos processos de planejamento e implantação das atividades é a forma mais efetiva de se atingir os objetivos estratégicos da reparação integral. Para tal, entende-se que a participação é um requisito fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão das comunidades e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir os objetivos almejados.

O NACAB aposta que o engajamento dos das pessoas e comunidades atingidos nas atividades aumentará na medida em que se tornarem (co)autores de processos, procedimentos, atividades e soluções. Os processos participativos não são aqueles nos quais apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aqueles que a promovem em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Nesse sentido, propõe-se que as ações sejam planejadas e executadas de forma dialógica com as comunidades e instituições comprometidas com a proteção do direito à reparação integral.

Diante do desafio de co-construir e fortalecer estruturas e condições de participação partimos de algumas premissas.

- Participação qualificada depende de formação e comunicação.
- Para que exista pauta coletiva é necessário que as pessoas e grupos a reconheçam na coletividade, em espaços de participação.
- Mobilização social é o pilar da coletivização da demanda e, por consequência, do fortalecimento dos espaços de participação.
- Os espaços de participação são co-contruídos.
- As demandas coletivas podem ser tratadas individualmente, desde que as diretrizes para tratamento também sejam construídas coletivamente.
- O diálogo no âmbito individual é fundamental para esclarecer as pautas coletivas e para motivar à participação.



- Demandas individuais e coletivas podem ser desenhadas e reveladas a partir de processos de formação, ou seja, elas podem não existir à priori.
- Os componentes históricos e culturais dos grupos sociais devem ser considerados na construção de espaços de participação e de pautas coletivas.

Como assinalado, a estratégia de implantação do PTr consiste na execução de quatro grandes blocos de ações que funcionarão de forma integrada para garantir o reconhecimento das demandas por reparação, da construção de provas para negociar a reparação dos danos e a construção participativa de projetos e programas coletivos voltados às soluções e compensações dos danos coletivos e individuais. São elas:

1. Ações preparatórias
2. Ações emergenciais
3. Ações permanentes
4. Ações transversais

Para cada um destes blocos que estruturam a atuação da ATI são apresentados os itens temáticos de trabalho. Os blocos de informação abaixo apresentam a estrutura executiva do Plano de Trabalho. Organizamos os blocos de ações como capítulos, nos quais os itens temáticos de trabalho serão descritos e, logo, as estratégias para implantação de cada um. Cabe mencionar que tanto a metodologia quanto os blocos de ações foram construídos com forte contribuição dos atingidos e aprovados por eles durante o campo de devolutiva do plano de trabalho

BLOCO 1: AÇÕES PREPARATÓRIAS



MOBILIZAÇÃO EQUIPE TÉCNICA



MOBILIZAÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL



DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE REPARAÇÃO



REALIZAÇÃO DE UM WORKSHOP DE TRABALHO COM A VALE S.A. E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA



BLOCO 2: AÇÕES EMERGENCIAIS



DIAGNÓSTICO EMERGENCIAL



CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL



ACOLHIMENTO DE DEMANDAS EMERGENCIAIS



ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL



ORIENTAÇÃO JURÍDICA



ATENÇÃO PISCOSSOCIAL E SAÚDE



COMUNICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FLUXOS E INFORMAÇÃO

BLOCO 3: AÇÕES PERMANENTES



RELACIONAMENTO COM PESSOAS E COMUNIDADES ATINGIDAS



ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL



CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE REPARAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL



ACOMPANHAMENTO PISCICOSOCIAL E SAÚDE



ASSESSORIA JURÍDICA



FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES



BLOCO 4: AÇÕES TRANSVERSAIS



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DAS COMUNIDADES EM RELAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.



AÇÕES DE COMUNICAÇÃO.



A GESTÃO DE PROCESSOS E DAS INFORMAÇÕES



PESQUISAS DIAGNÓSTICAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.



BLOCO 1 : AÇÕES PREPARATÓRIAS

Serão desenvolvidas ações necessárias à estruturação dos trabalhos da ATI, conforme os objetivos estabelecidos. Trata-se de organizar a base operacional e executiva que dará suporte ao desenvolvimento das atividades do Plano de Trabalho. São previstas as seguintes atividades preparatórias:

1. Mobilização da Equipe Técnica Permanente;
2. Mobilização de Estrutura Operacional;
3. Definição da estrutura de participação comunitária nos trabalhos da Assessoria Técnica Independente;
4. Realização de reuniões de trabalho com a Vale S.A.;

MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE

A qualidade, multidisciplinaridade e comprometimento com as demandas dos atingidos são pré-requisitos fundamentais para a formação da equipe técnica do NACAB. O dimensionamento da equipe se fundamenta na necessidade de um acompanhamento ativo e cotidiano das pessoas e comunidades atingidas, visando definir um corpo de profissionais que seja numericamente suficiente para garantir um atendimento de qualidade. O NACAB defende que cada técnico da área social se torne referência para as famílias que acompanhará ao longo do processo de reparação.

Para que isso seja possível, nossa experiência de 17 anos assessorando atingidos por barragens, atesta que cada técnico deve acompanhar até, no máximo, 60 famílias. Esta razão é que vai permitir ao técnico construir uma relação de confiança, com qualidade na comunicação, nos registros e acompanhamento das demandas, bem como na construção dialogada de alternativas para a reparação. O acolhimento e escuta, de forma customizada e estreita garantirá a qualidade na mobilização social e, por consequência, na coletivização de demandas.

Entendemos que o aumento do número de famílias por técnico pode significar sobrecarga de trabalho, alta rotatividade de mão de obra, aumento de custo e comunicação falha. As consequências podem ser desastrosas, implicando na deslegitimação e no enfraquecimento da assessoria técnica, o que compromete a paridade de forças entre as partes e o direito ao contraditório das comunidades atingidas. Tal contexto significa terreno fértil para o crescimento da pobreza, dos conflitos, das opressões, das desesperanças, das desinformações e desmobilizações sociais.

Alguns aspectos constituintes da equipe técnica devem ser observados:



Multidisciplinaridade: os profissionais devem ser de variados campos disciplinares e vertentes de formação, selecionados para atender à multidimensionalidade dos danos e das ações necessárias ao processo de reparação integral;

Interdisciplinaridade: os profissionais contratados, diante da interdependência dos fatores de danos, devem atuar em prol de uma articulação disciplinar, o que requer capacidade de escuta e trabalho em equipe;

Compromisso social: o comprometimento com a defesa dos direitos dos atingidos deve ser fundamento do trabalho da equipe técnica, a fim de evitar o desvirtuamento da atuação da ATI;

Experiência em trabalho com coletivos e comunidades: os profissionais da equipe técnica, em decorrência da natureza coletiva e participativa da ATI, devem preferencialmente ter experiência em trabalho com comunidades e outros coletivos sociais, assim como com produção compartilhada de conhecimento e ações sociais;

Capacidade de atendimento: o dimensionamento da equipe técnica se fundamenta na necessidade de um acompanhamento ativo e cotidiano das pessoas e comunidades atingidas, visando definir um corpo de profissionais que seja numericamente suficiente para garantir um atendimento de qualidade.

Para atuação na Região 3, tendo como base experiências anteriores e estudos de logísticas e dinâmicas territoriais, consideramos que o dimensionamento inicial ideal seja 1 (um) técnico para cada 60 famílias. Neste caso, prevê-se que cada família tenha pelo menos 1 (uma) visita de acompanhamento por mês, o que equivale a três visitas diárias em média por técnico por edificação mensal. Essa frequência pode mudar de acordo o índice de vulnerabilidade.

A descrição detalhada dos perfis profissionais e de suas funções, bem como do organograma geral, estão no tópico Recursos Humanos. As atividades previstas para etapa são:

1. Contratação de equipe com as especificações técnicas demandadas;
2. Análise preliminar de todo o material de estudos e pesquisas e documentação produzidos no âmbito da reparação pela Vale S.A. e instituições de justiça e fiscalização ambiental, a ser referência técnica inicial para o desenvolvimento das ações aqui previstas;
3. Realização de treinamentos da equipe técnica mobilizada para alinhamento das ações e atividades previstas no Plano de Trabalho;



MOBILIZAÇÃO DE ESTRUTURA OPERACIONAL DO PLANO DE TRABALHO DE APOIO TÉCNICO

As equipes técnicas do NACAB irão se relacionar cotidianamente com as comunidades, o que requer proximidade física para garantir atendimento, instrumentalização e construção coletiva efetivas. Em termos de estrutura física, iremos trabalhar com quatro escritórios centrais, dois escritórios volantes e as bases das comissões, garantindo assim, acesso constante aos atingidos e qualidade no suporte técnico.

Os escritórios centrais consistem em estruturas voltadas às operações de gabinete da equipe técnica do NACAB, tendo a amplitude e infraestrutura necessárias para abrigar a gestão do trabalho territorial, do atendimento, do diagnóstico, do acompanhamento e da avaliação ao longo do processo de reparação. Eles ficarão instalados em municípios com capacidade de oferta de serviços, infraestrutura e recursos humanos, que também são estratégicos em termos de logística de atendimento.

As bases de comissão são estruturas locais adaptadas e equipadas para dar suporte às comissões de atingidos, assim como ao atendimento e acompanhamento dos atingidos pela assessoria técnica, Instituições de Justiça e outros atores importantes no processo de reparação integral. Foi concebido e validado com as Comissões de Atingidos no intuito de minimizar as dificuldades relativas ao acesso aos espaços de participação, e logo, às instâncias de decisão, bem como proporcionar a materialidade imprescindível à configuração identitária concernente aos sujeitos de direitos. É assim, um instrumento fundamental para garantir a autonomia da comissão e evitar privatização da dinâmica espacial das comissões. Nosso propósito é garantir a instalação de uma base por Comissão de Atingidos, o que não impede situações de uma estrutura compartilhada, dependendo da proximidade e dinâmica espacial dos componentes da comissão. A escolha do lugar da comissão deve respeitar a indicação dos atingidos, permitindo assim, um aproveitamento maior de estrutura já existente e maior participação.

A base dos atingidos será um espaço mantido através de arranjos de co-gestão, nos quais a responsabilidade de cuidado do espaço é compartilhada entre ATI e atingidos. A escolha por base permanente se dá, nesse sentido, como resposta à impossibilidade de se trabalhar no improviso e a necessidade de potencializar o planejamento de atendimento e acompanhamento de demandas, assim como fortalecer e qualificar a participação dos atingidos nos processos de construção coletiva de meios de reparação e compensação. Abaixo podemos visualizar, em toda abrangência da Região 3, como essas estruturas estão distribuídas.

O escritório móvel consiste em um automóvel tipo Van adaptado, dotado de toldo externo, com uma sala de atendimento montada, para a atenção permanente às diferentes comunidades. Essa estrutura permite flexibilidade e versatilidade ao atendimento aos atingidos que se encontram a grandes distâncias da base de comissão ou possui problemas de mobilidade e, também, eventuais reforços em situ-



ações de alta demanda. Através de um itinerário pré-definido, adaptado às necessidades e limitações temporais e espaciais das pessoas e comunidades atingidas. Pretende-se trabalhar inicialmente com duas unidades de escritório móvel, que serão mobilizadas de acordo com as demandas e vinculadas aos escritórios centrais. Estas estruturas também funcionarão para desenvolvimento de comunicação.

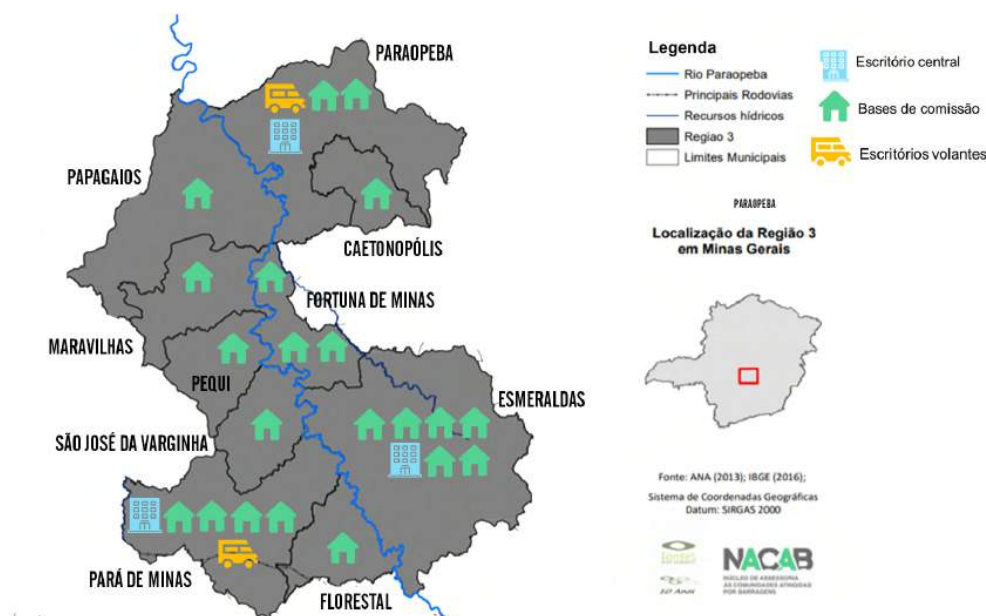


Figura 11 : Localização das estruturas operacionais do Plano de Trabalho de Assessoria Técnica.

As tabelas abaixo objetivam a abrangência territorial dos escritórios centrais:

Tabela 6 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Pará de Minas.

ESCRITÓRIO CENTRAL DE PARÁ DE MINAS	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Pará de Minas	Córrego do Barro
	Chacreamento Paraopeba
	Chacreamento Vargem Grande
	Muquém
Florestal	Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros
São José da Varginha	Cachoeirinha, Fundão, Mata da Juliana e Mata das Macenas
Pequi	Soledade e Pindaíbas
Fortuna de Minas	Beira Córrego
	Córrego da Areia
	Três Barras
Maravilhas	Maravilhas
Papagaio	Papagaio



Tabela 7 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Esmeraldas.

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ESMERALDAS	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Esmeraldas	Vista Alegre
	Taquara
	São José
	Riacho
	Padre João, Vinhático, Bambus
	Cachoeirinha

Tabela 8 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Paraopeba

ESCRITÓRIO CENTRAL DE PARAPEBA	
MUNICÍPIO	COMISSÃO DE ATINGIDOS
Paraopeba	Produtores Rurais
	Comunidade Quilombola de Pontinha
Caetanópolis	Shopping da Minhoca

Além dos escritórios centrais localizados no território, será organizado um escritório central em Belo Horizonte, com o objetivo de centralizar a equipe gestora do Plano de Trabalho da Assessoria, assim como viabilizar e facilitar os trabalhos de relacionamento cotidiano necessários com as demais partes envolvidas no acompanhamento e desenvolvimento das ações, a saber:

- Ministério Público;
- Demais Instituições de Justiça;
- Juizado da Sexta Vara de Fazenda Pública;
- Vale S.A.

Os equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho estão devidamente descritos no item orçamento. O NACAB buscará realizar compras locais, a fim de promover distribuição do recurso adquirido nos territórios atingidos. O formato de distribuição/doação será acordado de forma dialogada com as comissões.



DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PLANO DE TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

A definição das estruturas, condições e arranjos de participação têm se revelado um grande desafio para a atuação de ATIs junto a atingidos por grandes empreendimentos, já que a cultura política local acaba por influenciar os resultados destes processos. Desta forma, o NACAB propõe que o tema “participação” seja constantemente revisitado junto às comunidades, para que neste processo os atingidos reflitam sobre e transformem sua cultura política local de forma não arbitrária.

O NACAB irá assessorar a construção das estruturas, condições e arranjos de participação, atendendo o que foi firmado na reunião de apresentação da proposta do Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente - realizada nos dez municípios da Região 3 entre os dias 14 e 19 de agosto.

Para definir coletivamente estes processos e espaços iniciais de participação serão realizadas 02 reuniões comunitárias quinzenais com cada uma das comissões. A periodicidade destas reuniões comunitárias será reavaliada em campo com base nas sugestões e demandas de cada comissão de atingidos. A partir desta proposta discutiremos o papel da comissão no processo. Esses grupos, organizados para elegerem a assessoria técnica, serão instigados a refletir sobre os conceitos de representação, participação, comunicação comunitária e mobilização. Com base nessas reflexões esperamos traçar acordos de mobilização e comunicação comunitária e os espaços de participação projetados e incrementados.

- Deverá ser garantida a ampla participação dos atingidos,
- Deverá ser respeitada a diversidade de situações existentes, especialmente em termos de gênero, classes, idade, raça/etnia e modo de vida das pessoas;
- Em relação aos processos de tomada de decisão, estes poderão se dar no nível individual, familiar ou grupal/coletivo. As diferentes estratégias metodológicas para os distintos níveis de decisão serão apresentadas no item de escopo Ações Cotidianas de Relacionamento e Comunicação com Atingidos.

Durante a definição dos arranjos de participação, será discutida e definida, também com as comunidades, a forma de participação e representação em reuniões e fóruns intercomunitários e demais instâncias de decisão.

REALIZAÇÃO DE UM WORKSHOP DE TRABALHO COM A VALE S.A. E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

O diálogo constante com a Vale S.A., mediado ou não pelas Instituições de Justiça, é fundamental para que o processo aconteça com eficiência e eficácia e tenha como resultado a reparação integral dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem B1.



Sendo assim, o NACAB sugere que o processo de negociação seja inaugurado por meio de um workshop inicial com a empresa e as comunidades atingidas, visando os seguintes objetivos:

- Apresentar o Plano de Trabalho do NACAB para a equipe gerencial e operacional da empresa;
- Nivelar informações sobre o andamento do processo de reparação a partir das experiências e demanda das pessoas e comunidades atingidas;
- Negociar diretrizes para a comunicação e interação em campo entre os atores envolvidos.



BLOCO 2 : AÇÕES EMERGENCIAIS

O Eixo Ações Emergenciais tem como objetivo atuar no escopo do processo emergencial de reparação de pessoas e comunidades da Região 3 atingidas pelo rompimento da Barragem da Vale S.A da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho.

Conforme descrito no item “Danos Apontados por Pessoas e Comunidades Durante o Campo de Escuta”, é urgente e necessário a execução de medidas por parte da Assessoria Técnica voltadas à interrupção de violações de direitos pela Vale S.A. É inequívoco o fato de que a interrupção do uso do rio Paraopeba ocasionou uma série de transformações, constrangimentos, frustrações, prejuízos e sofrimentos àquelas pessoas e comunidades que dependem direta ou indiretamente da água, vazante, lazer, turismo, paisagem e memória que este importante afluente do rio São Francisco historicamente ofereceu. A equipe técnica do NACAB, ao longo das suas incursões à região, primeiramente no contexto do processo de escolha da assessoria técnica, e num outro momento, já durante as atividades participativas de construção do Plano de Trabalho, observou e registrou uma série de falhas e ineficiências relacionadas às medidas fundamentais para que o desastre não se amplie no tempo e no espaço, chamadas de apoio emergencial pela Vale S.A.

Os problemas são muitos e diversos. Como vimos, registramos desde falhas relativas à cobertura parcial de medidas, como auxílio financeiro e fornecimento de água mineral e insumos produtivos, à total ausência de qualquer medida, não obstante a urgência e liminaridade das pessoas e comunidades. Associadas à arbitrariedade e fragilidade de critérios, e também à ineficiência na aplicação de critérios e medidas previstas, as falhas nas ações emergenciais de reparação se tornaram, assim, uma preocupação central para a equipe técnica do NACAB.

Essa preocupação se deveu, primeiramente, por serem estes problemas o principal alvo de críticas, apreensão e sofrimento das pessoas e comunidades atingidas visitadas, mas também por serem dramáticas pela potencialidade que possuem de agravar e acumular os danos até então manifestados.

Essa preocupação já estava evidenciada na Ação Civil Pública instaurada pelas instituições de justiça, quando a mesma manifestava a gravidade dos danos e o risco de cumulatividade caso não fossem instituídas medidas de caráter emergencial, que envolve, dentre outros direitos, à assessoria técnica independente e à participação informada das pessoas atingidas. Segundo o MPMG:

Conforme demonstrado, está sendo preciso a intervenção judicial e de instituições públicas para obrigar a agravante a fazer o que deve ser feito: adotar medidas que garantam a sobrevivência e a dignidade dos atingidos. [...] Destarte, sob o influxo dessas considerações é premente observar que as medidas de apoio que a requerida deve prestar às necessidades emergenciais dos atingidos, têm demonstrado uma eficiência abaixo do desejado, o que enseja uma assessoria



técnica multidisciplinar independente para a identificação dos danos e sua adequada reparação dos prejuízos sofridos não só pela população de Brumadinho, mas por todos os atingidos ao longo da bacia do Rio Paraopeba (MPMG, 2019, p. 138).

A partir da manifestação das instituições de justiça sobre a urgência na tratativa de determinados danos que ferem frontalmente a sobrevivência e a dignidade das pessoas e comunidades atingidas, dado que envolve o próprio reconhecimento da ré Vale S.A, de sua responsabilidade quanto às medidas de reparação, consideramos que a assessoria técnica independente, no caso em discussão, o NACAB, não só é parte deste processo emergencial de reparação, mas é partícipe fundamental na resolução e reparação das diversas falhas, arbitrariedades e ineficiências das medidas emergenciais já identificadas e passíveis de identificação. Entendemos que a não concentração imediata nesses problemas, tal como inferido pela posição das instituições de justiça em relação à tutela provisória fundamentada em urgência e evidência, pode vir a acarretar no agravamento e cumulatividade dos danos, os deixando passíveis, por pura ineficiência e morosidade, de irreversibilidade.

PROPOSTAS DE AÇÕES EMERGENCIAIS

Para tanto, serão realizadas frentes emergenciais:

1. Diagnóstico Emergencial
2. Construção de Critérios para o Recebimento do Auxílio Emergencial
3. Acolhimento de Demandas Emergenciais
4. Articulação interinstitucional.
5. Orientação jurídica
6. Atenção psicossocial e Saúde
7. Comunicação e Qualificação dos Fluxos e Informação
8. Plano de Reparação Emergencial

DIAGNÓSTICO EMERGENCIAL

Para subsidiar ações de apoio à conquista de medidas emergenciais é essencial a realização de um diagnóstico rápido emergencial, caracterizado pela concentração de esforços em estudos de curta duração e de caráter participativo voltados à identificação e análise dos principais problemas relacionados ao acesso aos apoios de caráter de urgência, considerando critérios já estabelecidos. Simultaneamente, será realizado um levantamento de danos mais específico, bem como a sistematização e análise de documentos que evidenciam os critérios de reconhecimento de pessoas e comunidades atingidas. De posse desses dados e após fazer uma análise crítica dos documentos, torna-se possível a rediscussão e negociação de critérios de reconhecimento das necessidades de acesso aos mecanismos de reparação emergencial, como o auxílio financeiro, o fornecimento de água para consumo humano e animal, o fornecimento de insumos produtos, a orientação jurídica e o acolhimento psicossocial.



Ainda no âmbito da pesquisa, de forma emergencial, será realizado um levantamento, por meio de dados secundários, sobre estudos e laudos socioeconômicos e socioambientais, provenientes da contaminação do rio Paraopeba, já realizados na região.

O diagnóstico emergencial deve acontecer em um período de 45 dias. Será realizado por meio de censo em até 4.000 edificações e Diagnósticos rápidos Participativos com as comissões de atingidos. O diagnóstico emergencial terá os seguintes objetivos:

- Registrar, conhecer e analisar os danos ambientais, sociais, econômicos e culturais que exigem tratativas emergenciais;
- Produzir subsídios para a construção de novos parâmetros/critérios para a aplicação do auxílio emergencial;
- Conhecer os atores institucionais do território;
- Compreender a capacidade de atendimento pelo Poder Público dos problemas psicossociais e de saúde.

Além da coleta de dados primários e o processo de mobilização social, a ATI iniciará os trabalhos desenvolvendo:

- Levantamento e parecer sobre estudos e laudos (dados secundários) sobre os danos socioambientais e socioeconômicos provenientes da contaminação da bacia hidrográfica do rio Paraopeba;
- Levantamento e análise da metodologia de inclusão e reconhecimento de atingidos: sistematização e análise dos documentos públicos e privados que evidenciam os critérios de reconhecimentos de pessoas e comunidades atingidas, assim como suas contradições em relação à amplitude dos danos;
- Estudos de curta duração e de caráter participativo e qualitativo voltados à identificação, registro, sistematização e análise dos principais danos e problemas relacionados à reparação de caráter emergencial.

MOBILIZAÇÃO

A primeira campanha de mobilização será desenvolvida a partir da abordagem do diagnóstico cenciária e terá três objetivos:

1. Comunicar o início dos trabalhos do NACAB.
2. Convidar as pessoas e comunidades para participarem do DRP.
3. Cadastrar contatos para mobilização para as ações coletivas.



É de suma importância uma mobilização inicial que prima pela articulação comunitária voltada ao fortalecimento do coletivo e à identificação e registro de demandas relacionadas às medidas de reparação de caráter emergencial.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO - DRP

O DRP é um método de pesquisa que permite conhecer a realidade a partir da geração de um conjunto de informações tendo as pessoas que constituem que a constroem os protagonistas da produção de conhecimento sobre a realidade que vivem. Assim, todas as etapas da produção do DRP são preferencialmente realizadas com os integrantes da realidade ou dinâmica social, econômica, cultural e ambiental pesquisada.

O DRP estabelece um processo dialógico, isto é, conforma uma relação de construção mútua de conhecimento na qual o grupo produz o diagnóstico para o próprio grupo. Quatro aspectos fundamentais que caracterizam o DRP podem ser destacados: Autoconhecimento; mobilização; negociação; processo.

Várias técnicas de pesquisas podem ser desenvolvidas durante o processo de DRP. A escolha da técnica a ser utilizada vai variar de acordo com o contexto e o objeto de pesquisa. Algumas delas são:

- Mapa
- Diagrama de Venn
- Calendário sazonal
- Travessia
- Entrevista semi-estruturada
- Matriz
- Diagrama de fluxo
- Diagramas históricos
- Ordenação de bem estar
- Rotina diária
- Diagrama de setores (“pizza”)

No contexto das ações emergenciais, se buscará compreender através do DRP, preferencialmente, os aspectos históricos, socioespaciais, relacionais, ambientais e econômicos das comunidades e coletividades atingidas, tendo como foco a identificação de danos e dos problemas relacionados à reparação emergencial.

CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS PARA O RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Compreendemos que no âmbito das ações emergenciais temos duas estratégias de que devem estar articuladas ao longo do trabalho da ATI. Primeiro, temos os casos em que o direito ao auxílio financeiro emergencial já está garantido, que são aquelas situações em que as pessoas atingidas encontram-se no



interior da faixa de 1km a parti de cada margem do rio Paraopeba. Nesses casos, o trabalho volta-se para a efetivação dos direitos já estabelecidos em acordo judicial. Na outra frente de trabalho, situam-se os casos em que o reconhecimento dos direitos ainda não foram determinados, que são as situações de pessoas e comunidades atingidas que estão localizadas além dos 1Km. Nesses casos, as ações se concentram, sobretudo, na inclusão dessa população no rol de direitos concernentes aos auxílios financeiros emergenciais e reparação emergencial relacionadas ao consumo de água para uso humano e animal, assim como às atividades econômicas dependentes do rio e de suas áreas de várzeas.

ACOLHIMENTO DE DEMANDAS EMERGENCIAIS

Instalação de estrutura operacional emergencial para coleta, acompanhamento e encaminhamentos de demandas relacionadas ao auxílio emergencial.

- Definição de fluxos de acolhimento e monitoramento de demandas e processos relativos aos auxílios emergenciais;
- Registro de demandas relativas ao auxílio emergencial, envolvendo fornecimento de água para consumo humano e dessedentação animal, insumos para produção, recursos financeiros, entre outras ações necessárias.

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

O NACAB primará também por um relacionamento político-institucional que crie espaços efetivos de mediação e interlocução produtiva entre atingidos, as instituições de justiça, Vale S.A. e demais instituições envolvidas neste processo.

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Ação coordenada junto às instituições de justiça para rediscussão e negociação de critérios de reconhecimento de atingidos: provocação de debates e intervenções junto às instituições de justiça para problematização dos efeitos excludentes dos atuais critérios de reconhecimento de pessoas e comunidades atingidas e sua consequente revisão.

- Intervenção jurídica junto às Instituições de Justiça para efetivação dos direitos de pessoas e comunidades atingidas;
- Discussão, negociação e revisão dos critérios de comprovação de endereços;
- Discussão, negociação e revisão de critério de reconhecimento espacial (1 Km);
- Discussão sobre novos critérios de inclusão de atingidos ao atendimento emergencial;
- Acompanhamento dos processos relativos ao auxílio emergencial envolvendo fornecimento de água para consumo humano e dessedentação animal, insumos para produção, recursos financeiros, entre outras ações necessárias.



ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E SAÚDE

Como já dito, a interrupção do uso do rio Paraopeba, seja de forma econômica, doméstica ou lazer, causou e continua causando sofrimento às populações que com ele relacionava. Esse sofrimento tem evoluído para questões mais sérias de saúde psíquica. Nesse sentido, propomos trabalhar com intervenções da psicologia social e coletiva conjuntamente com ações de fortalecimento do setor público para que este tenha condições de acolher os atingidos de forma individual.

COMUNICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FLUXOS E INFORMAÇÃO

Também em caráter emergencial, o NACAB desenvolverá um plano de comunicação para que as informações sejam verificadas, qualificadas e compartilhadas uniformemente ao longo de todo território, dando ênfase ao protagonismo de pessoas e comunidades no processo midiático. São objetivos desta ação:

- Desenvolver juntos com as pessoas e comunidades mecanismos de verificação e qualificação das informações envolvendo o processo de reparação, dando ênfase ao seus protagonismos no processo.
- Levantamento de perguntas e dúvidas dos atingidos e envio para a Vale S.A;
- Análises das respostas da Vale S.A. e verificação com os atingidos;
- Produção de mídias geridas pelas comissões e agência de comunicação contratada.

PLANO DE REPARAÇÃO EMERGENCIAL

A partir dos diagnósticos emergenciais e construções coletivas de critérios de reconhecimento de pessoas e comunidades atingidas, será entregue, até o 6º mês de atuação das Assessoria Técnica do Nacab, um Plano de Reparação Emergencial, contendo, além dos danos identificados, propostas de parâmetros de reparação, indenização e compensação emergencial.



BLOCO 3 : AÇÕES PERMANENTES

Neste bloco apresentamos as ações que perpassam toda a atuação do Nacab em relação às pessoas e comunidades da Região 3, ou seja, os procedimentos, práticas e técnicas dos processos nevrálgicos previstos neste plano de trabalho. As ações estão sintetizadas nos seguintes tópicos:

1. Relacionamento com Pessoas e Comunidades Atingidas
2. Articulação Institucional
3. Construção Participativa de reparação para o Desenvolvimento Territorial
4. Acompanhamento Psicossocial e Saúde.
5. Assessoria Jurídica
6. Formações e Capacitações.

RELACIONAMENTO COM PESSOAS E COMUNIDADES ATINGIDAS

A equipe do NACAB estará presente de forma constante nos territórios atingidos para que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- Criar dispositivos voltados à apropriação dos sentidos e do processo de reparação como um todo
- Traduzir conhecimento técnico referentes ao processo de reparação
- Acolher demandas de naturezas diversas, tanto no nível individual, quanto no coletivo.
- Estruturar as demandas dos atingidos em termos técnicos para potencializar a sua inserção nos processos decisórios, ou seja, realizar o acolhimento, registro, encaminhamento e acompanhamento de suas demandas cotidianas, bem como de suas respectivas tratativas.
- Realizar atividades de comunicação, monitoramento e avaliação participativa dos processos de reparação. Os atingidos irão acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelo NACAB, bem como participar das tomadas de decisão e propor mudanças na atuação. Isso irá permitir transparência e análise crítica dos resultados, além de estimular a participação e o controle social.
- Desenhar e executar de forma participativa os arranjos de participação nos processos decisórios em níveis individual, familiar e coletivos.

No Termo de Referência publicado pelas Instituições de Justiça visando efetivar o direito à assessoria técnica independente às pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B1 há menções objetivas sobre a legitimidade das Comissões de Atingidos no processo de reparação, sua composição e irrestrição. Os seguintes pontos merecem destaque:



3.3.1. As comissões de pessoas atingidas são reconhecidas como interlocutoras legítimas no âmbito das questões atinentes à escolha das assessorias técnicas e no processo de reparação integral dos danos sofridos.

3.3.2. As comissões de pessoas atingidas devem buscar em sua composição garantir a participação dos diversos grupos de atingidos presentes no seu território, assegurando ainda, sempre que possível, a paridade de gênero e a inclusão de minorias e de grupos vulneráveis.

3.3.3. As comissões de pessoas atingidas serão abertas à participação de qualquer pessoa atingida no território, divulgando-se antecipadamente as suas reuniões.

3.3.4. As comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais terão direito à formação de suas próprias comissões de pessoas atingidas, respeitadas suas formas próprias de organização social (DPU; MPF; MPMG; DPMG, 2019, p. 3)

Compreendemos que a legitimidade das Comissões de Atingidos nos processos participativos e deliberativos relativos à reparação de danos é inquestionável. Todavia, temos, a partir dos estudos preliminares contextuais à construção do Plano de Trabalho, entendimento de que a formação destes coletivos é complexa, pois envolve uma conjunção impelida por uma situação de crise (desastre), que aglutina diversos atores, com papéis, capital social, econômico e vulnerabilidades históricas distintas. Não há, ainda, um estudo aprofundado e amplo sobre os territórios atingidos e as comissões, mas os dados coletados ao longo dos Campos de Escuta e Validação nos permitem fazer algumas inferências.

O principal interlocutor do NACAB são as comissões de atingidos formadas pela intervenção das Instituições de Justiça no contexto de escolha da assessoria. Portanto, o NACAB buscará co-construir um processo inclusivo em que as comissões sejam protagonistas nos processos de desenho e implantação de soluções para reparação de danos. Isso não quer dizer que pessoas e coletivos que não estejam representadas nas comissões estarão à parte dos processos decisórios. As estratégias de relacionamento com as comissões, pessoas, famílias, grupos, enfim, com todos que vivenciam os territórios atingidos, serão descritas a seguir. Para acolher, encaminhar e acompanhar a efetivação das demandas dos processos individuais, familiares e coletivos o NACAB realizará as seguintes atividades:



IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS EM POTENCIAL

A identificação dos atingidos em potencial começou a ser realizada por meio do campo para a construção do plano de trabalho, conforme descrito na sessão Público Alvo Potencial e durante as ações emergenciais. O incremento deste processo e, consequentemente, de seus resultados ainda deve ser desenhado e negociado com os atores envolvidos nas decisões relacionadas ao processo de reparação. A ATI, neste contexto, não terá a função de determinar quem é ou não atingido, mas de acolher todas aquelas que se sentirem atingidas e contribuir para que a construção dos critérios relacionados à esta definição seja contruído com participação social.





ACOLHIMENTO DAS DEMANDAS

As demandas das pessoas e comunidades serão identificadas por meio de escutas individuais/familiares ou em espaços coletivos de participação. O NACAB buscará fornecer e construir informações técnicas e mobilização para que as comunidades e coletividades consigam tomar suas decisões de forma assertiva e segura e lutar pela reparação das perdas e danos causados pela Vale.

DEMANDAS INDIVIDUAIS

Na perspectiva individual ou familiar serão realizadas abordagens ativas e sob demanda.

ABORDAGEM ATIVA

A equipe de técnicos atuará de forma a “encontrar” pessoas e comunidades atingidas pelo desastres, além de permanecer em campo cotidianamente para atender indivíduos e/ou família em suas residências ou no escritório móvel. Como apresentado acima, cada técnico terá a responsabilidade de acompanhar até 60 famílias em atividades de acolhimento, mobilização, formação, encaminhamento de demandas e acompanhamento de suas tratativas.

SOB DEMANDA

A população também poderá acionar a equipe do NACAB por diferentes meios: nos escritórios móveis, nas bases de comissão, convocando por e-mail, WhatsApp e telefonemas. Sempre que isso acontecer um técnico deverá acolher pessoalmente a demanda e incluir a pessoa ou família nas atividades realizadas pela ATI, principalmente se esta família se compreender como atingida.

DEMANDAS COLETIVAS

Além dos atendimentos/escutas individuais, o NACAB propõe às comissões a construção de uma agenda mensal para definição de reuniões coletivas. Buscaremos ocupar os espaços de participação que já existem nos territórios e contruir outros na medida em que os atingidos acharem necessário. Nossa proposta inicial é a construção de 4 espaços coletivos - reuniões com a comunidade ou intercomunitárias, assembléias, reuniões com as comissões e reuniões temáticas - de acompanhamento, construção, encaminhamento identificação das demandas coletivas e de identificação de possíveis pessoas atingidas.

Abaixo apresentamos uma pequena descrição de cada um destes espaços de participação:

REUNIÕES COM A COMUNIDADE OU INTERCOMUNITÁRIAS

As reuniões com a comunidade ou intercomunitárias tem como objetivo compor um espaço participativo para diálogo e de tomadas de decisões. Além disso, também será um espaço de informação, trocas de conhecimento e construção de propostas. Participarão desse espaço membros de uma comunidade ou território, a comissão dos atingidos e entidades convidadas.



REUNIÕES COM A COMUNIDADE OU INTERCOMUNITÁRIAS

As reuniões com a comunidade ou intercomunitárias tem como objetivo compor um espaço participativo para diálogo e de tomadas de decisões. Além disso, também será um espaço de informação, trocas de conhecimento e construção de propostas. Participarão desse espaço membros de uma comunidade ou território, a comissão dos atingidos e entidades convidadas.

REUNIÕES COM AS COMISSÕES

A reunião com as comissões terá como objetivo ser um espaço deliberativo para discussão, aprofundamento de algumas temáticas e ações de interesse de uma ou mais comunidade. Também será um espaço para compartilhamento e difusão de informações. Participarão dessa instância, os membros pertencentes do arranjo participativo definido em cada comunidade. A equipe técnica de campo irá mobilizar e acompanhar todas as reuniões.

REUNIÕES TEMÁTICAS

Ocorrerão reuniões temáticas que será um espaço para discussão e deliberação e formação em temas específicos, demandados pelas comunidades atingidas. Participarão dessas reuniões atingidas envolvidos na temática em discussão.

AS ASSEMBLÉIAS

As Assembléias serão um espaço para compartilhamento de informações e para tomada de decisões relativas às pautas específicas e extraordinárias. As assembléias serão abertas para todas as pessoas que desejarem participar. Elas serão acompanhadas de um processo de mobilização face-a-face, por mídias sociais, mídias como rádio, e peças como cartazes e panfletos.

As estratégias para coletivização de demandas, assim como da negociação e concretização, serão traçadas com comissão/comunidade e equipe multidisciplinar do NACAB.



REGISTRO DAS DEMANDAS

Após o acolhimento, as demandas serão registradas em um sistema de gerenciamento de processos e informações desenvolvido especialmente para o processo de reparação. O registro no sistema tem como objetivo permitir a adequada execução do fluxo de gestão das demandas. Além da descrição da demanda, o registro deverá conter, no mínimo, o fluxo de encaminhamento, a data de retorno e os responsáveis/áreas da Vale S.A. envolvidas no seu tratamento. Além disso, o registro garantirá a construção de um conhecimento integral acerca do histórico de relacionamento das famílias com o NACAB e com Vale S.A., bem como dos principais problemas existentes em cada território. Desta forma garantiremos que os dossiês por família sejam constantemente alimentados e que os relatórios sejam emitidos com mais celeridade.





TRATAMENTO DAS DEMANDAS

O desenho das soluções das demandas também se dará de forma participativa. Neste contexto uniremos o saber e experiência do atingido acerca seu território e modo de vida e a experiência técnica do NACAB. Compreendemos que assim contruiremos soluções factíveis, viáveis e efetivas para superar os danos. O NACAB mobilizará reuniões coletivas para deliberação e formações. Espera-se que nestes espaços as diretrizes, planos, projetos e programas sejam desenhados. Os encaminhamentos serão, então, transmitidas à Vale S.A, de forma que a empresa possa contribuir com suas opiniões e críticas. Atuaremos para que as negociações e as construções de acordos sejam feitas no território, com a presença da população atingida.



MONITORAMENTO DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS

O monitoramento das demandas tem como objetivo sistematizar e ampliar o conhecimento do território acerca do volume, conteúdo e status de resolução das demandas pela Vale S.A., com o intuito de identificar pontos críticos e promover maior eficiência e eficácia a sua gestão.

Como produtos específicos deste item destaca-se a elaboração de pareceres sobre a situação das demandas e manifestações das famílias, composto pelos dados de socioeconomia e o histórico de relacionamento com a Vale S.A. Estes pareceres deverão ser integralizados nos Relatórios Trimestrais de acompanhamento geral do Plano de Trabalho de Assistência Técnica.



CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS DE REPARAÇÃO

Com a identificação das demandas coletivas, os passos seguintes será a construção de propostas de reparação nos espaços coletivos em conjunto com os atingidos. Nessa etapa, a equipe técnica especializada da ATI estará em constante diálogo com as pessoas e famílias atingidas em um processo co-constutivo na busca de propostas pertinentes e eficazes ao território. O método para construção de projetos e programas com abrangência territorial será descrito a seguir no item Alternativas de Desenvolvimento Territorial.



ENCAMINHAMENTO E NEGOCIAÇÃO COM A VALE

Após a consolidação da proposta de reparação para uma determinado demanda, seja ela individual ou coletiva, essa proposta será compartilhada com a Vale S.A e, caso haja abertura de um processo de negociação, os advogados da ATI em conjunto com os coordenadores de área referente ao tema e as pessoas atingidas interessadas irão participar e acompanhar o processo de negociação. Estes espaços de negociação serão as reuniões comunitárias e assembléias. Já os espaços de negociação individual deverá ser definido em diálogo com as Instituições de Justiça.





COMUNICAÇÃO SOBRE AS DECISÕES SOBRE AS DEMANDAS COLETIVAS

Os retornos sobre as negociações deverão ser realizados em espaços coletivos, por meio de estratégias de comunicação e por meio de interações face-a-face. O direito à informação garante que as famílias e comunidades tenham ciência do status do processo de negociação coletiva e das propostas ofertadas pela Vale. Somente desta forma eles poderão ser protagonistas do processo de reparação integral.



MONITORAMENTO DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS

O monitoramento será feito pela equipe do NACAB com objetivo de acompanhar o processo de acolhimento, registro, negociação e implantação das demandas. Como produtos específicos deste item destaca-se a elaboração de pareceres sobre o status de construção e negociação das demandas. Estes pareceres deverão ser integralizados nos Relatórios Trimestrais de acompanhamento geral do Plano de Trabalho de Assistência Técnica.

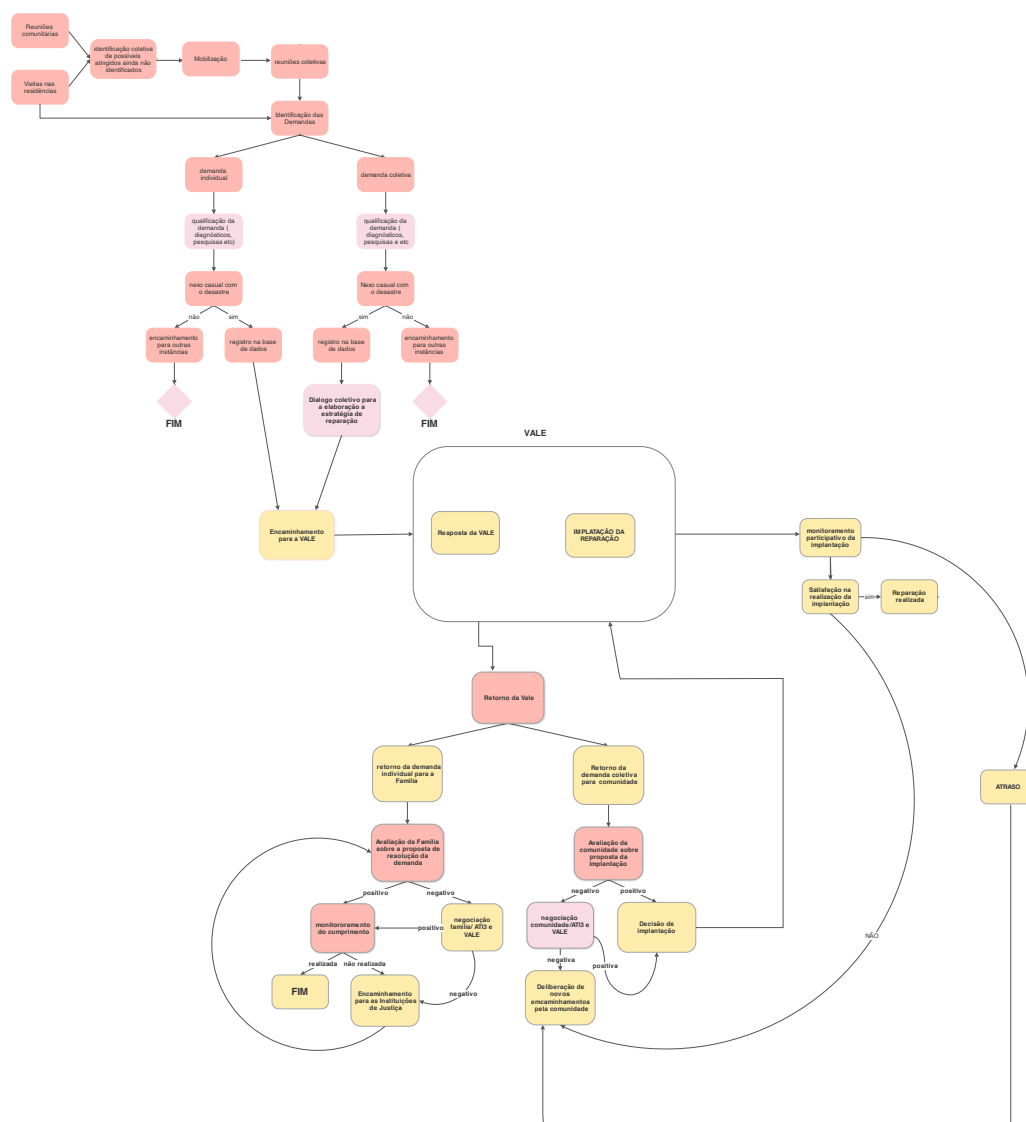


Figura 12 : Proposta de fluxo de comunicação para gestão e tratamento de demandas.



ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Além do relacionamento cotidiano com as comissões, pessoas e comunidades, o NACAB também promoverá relacionamento com o Comitê Técnico Científico, com instituições do setor público, Vale S.A, organizações civis e empresas, principalmente no âmbito municipal. Esperamos que o resultado do diálogo institucional seja a construção de um **processo integrado**, em que as partes estejam devidamente informadas e implicadas no processo de reparação. Ao construirmos um processo articulado evitaremos retrabalho e acirramento de conflitos, o que favorece a qualidade das negociações, desenho e implementação de planos e projetos voltados à reparação.

RELAÇÃO COM O COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

O entendimento das Comissões de Atingidos sobre o papel do Comitê Técnico-Científico é fundamental e urgente. Desta forma, o NACAB fará o esforço contínuo de qualificar, junto aos atingidos, o sentido e entendimento sobre o papel do Comitê Técnico-Científico. A configuração da relação, seja direta ou indireta, entre o NACAB e Comitê Técnico-Científico da UFMG será estabelecida pelas Instituições de Justiça, considerando os princípios da autonomia, soberania e independência dos trabalhos realizados por ambas as partes envolvidas neste processo.

Entretanto, ressaltamos que, independente do grau de relação que se estabeleça, é de suma importância que a equipe técnica do NACAB tenha ciência dos estudos a serem produzidos pelo Comitê Técnico-Científico, dada a excelência da instituição e rigor no desenvolvimento de pesquisas. Como forma de deixar o Comitê Técnico-Científico a par das pesquisas primárias realizadas e associadas ao processo de reparação das pessoas e comunidades da Região 3, enviaremos, com periodicidade a ser definida, todos os pareceres, resultados e entregas produzidas pelo Nacab.

RELAÇÃO COM O SETOR PÚBLICO

Além das atividades preparatórias de apresentação institucional com o setor público, o NACAB sugere um processo contínuo de diálogo, com intuito de alinhar e implantar atividades complementares de acompanhamento aos atingidos, principalmente no âmbito da assistência social e saúde. É de extrema importância que os atores públicos que atuam no território conheçam a equipe e os propósitos do NACAB, para que possam atuar de forma complementar, quando possível.

Para o alcance deste objetivo o NACAB irá articular reuniões sob demandas e reuniões planejadas, bimestralmente, envolvendo membros e técnicos dos conselhos de meio ambiente, assistência social e saúde para garantir o compartilhamento contínuo de informações a estes atores. Espera-se, também, que além da prestação de contas, a ATI consiga envolvê-los na construção de ações efetivas no processo de reparação.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

A Fundação Cultural Palmares está inserida no contexto de discussão das medidas de reparação dos danos nos territórios quilombolas atingidos. Para articular uma ação integrada, a ATI propõe um canal de diálogo aberto e contínuo com a Fundação. É imprescindível que os técnicos demandados pela Fundação Cultural Palmares e que atuam no território estejam em consonância com a atuação do NACAB e que a Comunidade Quilombola da Pontinha tenha controle desse processo. Nesse sentido, iremos trabalhar para que as atividades de pesquisa e produções técnicas da Fundação sejam acompanhadas pela comunidade, sendo papel da ATI fazer a tradução desses materiais para uma linguagem mais adequada à população.

RELAÇÃO COM A VALE S.A

Como resultado do diálogo inicial com a Vale S.A. e Comissões dos Atingidos, o NACAB pretende estabelecer acordos de relacionamento com a empresa. Sugere-se que seja realizada uma reunião mensal com estes Vale e Pessoas e Comunidades atingidas, com o acompanhamento e assessoramento do NACAB, que tenha os seguintes objetivos:

- Apresentação dos resultados de monitoramento das demandas dos atingidos.
- Deliberação sobre a tratativa das demandas dos atingidos.

Considerando a fragmentação da Bacia do Rio Paraopeba em 5 regiões, assessoradas por 3 distintas entidades, como forma de generalizar avanços em termos de negociações e também empecilhos contra retrocessos, pretende-se realizar, com periodicidade a ser negociada, reuniões entre a Vale S.A e pessoas e comunidades atingidas, com a presença de todas as ATIs atuantes na bacia.

O NACAB recomenda que todas estas reuniões sejam acompanhadas pelas Instituições de Justiça. Como diretrizes comuns ao trabalho de todas as ATIs atuantes na Bacia do Paraopeba, e que serão seguidas pelo Nacab, destacamos que:

- O NACAB não irá se reunir com a Vale S.A sem a presença das pessoas e comunidades atingidas, atores centrais do processo de reparação.
- Todas as reuniões ordinárias serão comunicadas ao processo judicial com pelo menos 7 dias de antecedência
- Todas as reuniões conter ATA, Lista de Presença, Fotos e outras formas de registro, a serem disponibilizadas ao processo judicial, Instituições de Justiça e pessoas e comunidades atingidas.

RELAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O NACAB entende a importância de atuar em rede com os diferentes atores interessados no processo de reparação, entre eles instituições de terceiro setor e movimentos sociais, pois potencialmente podem agir de forma complementar e contribuir com suas experiências e conhecimentos. Essa relação deve ser pautada pelo diálogo que compreenda a dinâmica complexa das comunidades como um universo integrado por fenômenos interdependentes e não, simplesmente, por partes dissociadas de uma mesma realidade social.



CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE REPARAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Tragédias como as ocasionadas por rompimento de barragens de mineração provocam uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura das estruturas e circuitos produtivos locais/regionais, de redes culturais, sociais e econômicas, precarizando as condições de existência e colocando as pessoas e comunidades em situação de exclusão social, assim como agravando vulnerabilidades históricas. A reparação integral, nesses contextos, significa criar as oportunidades objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, econômico-financeiras, institucionais, políticas, ambientais e culturais para que indivíduos, famílias e comunidades, submetidas ao desafio de reabilitar a vida sob novas situações, frequentemente desconhecidas, tenham acesso a meios que assegurem pelo menos níveis equivalentes de bem-estar e, preferencialmente, meios de alcançar a melhoria contínua das condições de vida em todas as dimensões (CDDPH, 2012).

Com o entendimento de que a situação preexistente não será totalmente reconstituída, os desafios postos pelas diversas mudanças deflagradas pela perda de recursos de produção e reprodução da vida, somente serão adequadamente enfrentados através de planos de desenvolvimento territorial. Tais planos podem oferecer uma perspectiva de recomposição econômica, efetiva recuperação social, cultural e de desenvolvimento alinhado à biodiversidade local, incluindo, ainda, uma visão de futuro que ampliem os horizontes frente à tragédia que os reduzem. O NACAB privilegiará o desenvolvimento de ações com as instituições parceiras que já possuem atuação na área e que contribuem para o fortalecimento dos territórios e sua coesão social. Do mesmo modo, dada a complexidade das ações relativas à reparação integral, buscar-se-ão articulações e o estabelecimento de parcerias com outras instituições, tendo em vista a excelência dos trabalhos prestados pela ATI. Os objetivos gerais dos plano de desenvolvimento serão:

- a) Desenvolvimento de medidas de recomposição de meios e modos de vida com implantação de obras de infraestrutura e fornecimento de insumos;
- b) Fortalecimento de arranjos e cadeias produtivas, assim como incentivo do desenvolvimento de novas cadeias e atividades econômicas;
- c) Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e a gestão da bacia hidrográfica por meio de recuperação de nascentes e tributários com tecnologias apropriadas;
- d) Valorização e difusão dos recursos culturais, patrimoniais e ambientais dos territórios;
- e) Determinar as bases com relação aos recursos existentes e futuros – preservação/conservação/segurança;
- f) Desenvolvimento de tecnologias sociais que ajudem a potencializar as capacidades de gestão em favor dos direitos dos atingidos e do ecossistema e que assegurem a garantia, a ampliação e a efetividade de direitos fundamentais, numa perspectiva de transformação social;
- g) Instituição e garantia de políticas públicas que atuem para reduzir a degradação ambiental e promova a racionalização no uso dos recursos naturais.

A trajetória metodológica deste eixo será baseada em quatro etapas:





ETAPA 1 : DESCOBERTA

Na primeira etapa, objetiva-se reconhecer o território a partir das instituições locais e demais atores-chave, assim como as redes de atuação e os recursos que podem ser mobilizados. Esta etapa será sustentada pelos diagnósticos socioambientais e socioeconômicos, além de ser aprimorada pelas mobilizações que possibilitarão o reconhecimento mútuo dos atores.



ETAPA 2: SONHO

Já na etapa “Sonho”, objetiva-se construir, com os atingidos e em parceria com as instituições dos três setores, propostas baseadas nas vocações naturais dos territórios, assim como na superação das fragilidades e fortalecimento das potencialidades devidamente identificadas. Nesta etapa, se iniciará o processo da construção participativa de propósitos coletivos, fundamental para o estabelecimento de vínculos em prol do desenvolvimento local. Salienta-se que o desenvolvimento local deverá ser baseado em ações sustentáveis, ou seja, economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente justas.



ETAPA 3: PLANEJAMENTO

Na etapa “Planejamento”, serão elaborados projetos executivos coletivos. Ressalta-se que alguns projetos de menor escala apresentam, por exemplo, a necessidade de instalação de unidades demonstrativas, o que poderá entrar no escopo da execução dos trabalhos da ATI em parceria com outras instituições. No entanto, para algumas propostas, serão necessários investimentos mais vultosos e planejamentos de médio e longo prazos. Assim, para as medidas com esse caráter, deverá ser reafirmada a responsabilidade da Vale S.A. na implementação de ações compensatórias e reparatórias, tendo em vista o processo de reparação integral no seu sentido mais amplo.



ETAPA 4: DESTINO

Por fim e, contemplando a etapa “Destino”, as ações não passíveis de implementação pela ATI serão encaminhadas às instituições de justiça para determinação de execução pela Vale S.A, sendo imprescindível a participação ativa das comunidades, o monitoramento contínuo e a avaliação dos resultados quando da implementação de tais projetos.



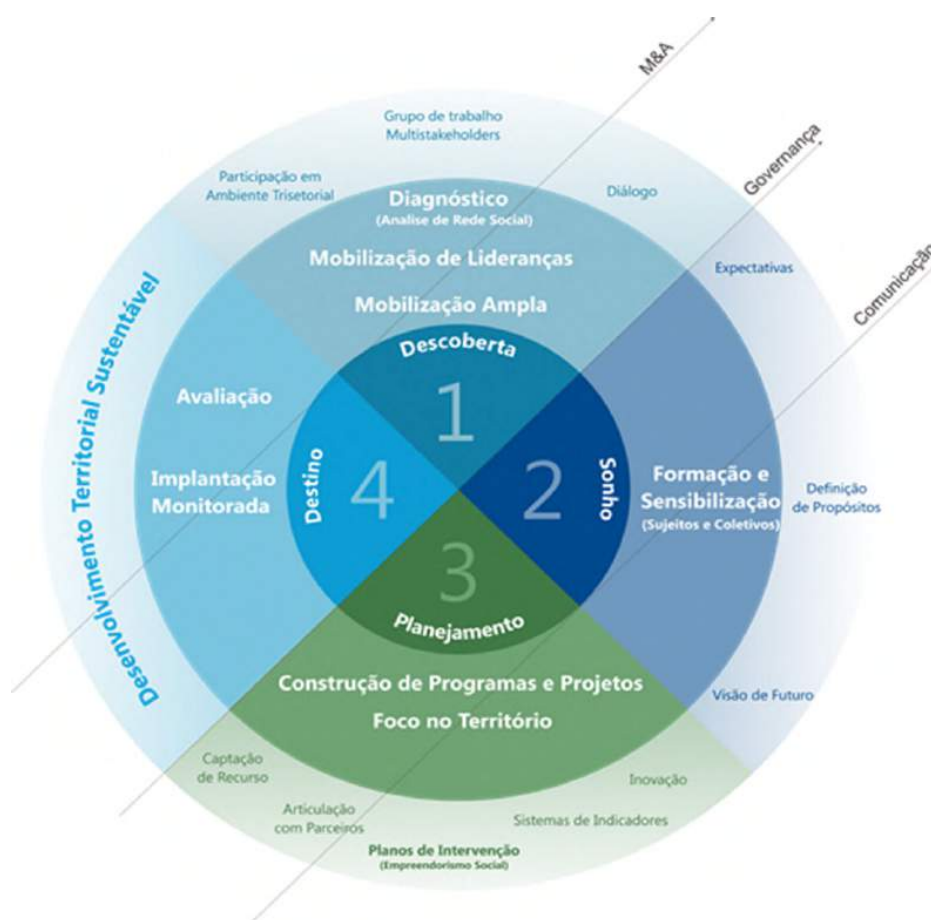


Figura 13: Trajetória Metodológica do Eixo de Desenvolvimento Territorial.

Tendo em vista os primeiros contatos da equipe da ATI com os atingidos e a coleta de danos e demandas, algumas linhas gerais de atuação convergentes e complementares já foram traçadas e estão apresentadas no **anexo Desenvolvimento Territorial**. Cabe ressaltar que tais propostas deverão ser desenhadas, planejadas e implementadas em parceria com as comissões, pessoas e comunidades.

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E SAÚDE

A proposta da Assessoria Técnica para o aprimoramento do acompanhamento psicossocial e de saúde da Região 3 possui como pilares:

1. Produção de informações detalhadas sobre as populações e territórios diretamente atingidos;
2. Interlocução com os agentes e instituições dos poderes públicos locais para o atendimento das demandas de curto, médio e longo prazos.



O atendimento à população atingida via equipamentos de atenção básica é uma premissa assumida para evitar o efeito perverso da multiplicação, sobreposição ou concorrência em termos de atuação, referência e cobertura dos serviços de saúde e socioassistenciais, de responsabilidade da gestão pública. A abordagem e a relação direta entre assessoria e cidadão, portanto, apenas se dará nos momentos de diagnóstico e coleta de dados.

Apresentaremos o escopo do acompanhamento psicossocial e saúde em três seções. Na primeira são apresentadas as características gerais dos serviços socioassistenciais e de saúde dos municípios da Região 3. Esse diagnóstico apresenta dados secundários coletados nas plataformas de informações dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e oferece um panorama das deficiências e potencialidades das gestões públicas municipais nessas áreas. Na segunda seção são apresentadas as características gerais do levantamento de informações de atingidos a ser realizado pela Assessoria. Por último, são apresentadas as estratégias de atuação junto ao poder público com foco no fornecimento de informações que subsidiem o aprimoramento dos serviços.

PANORAMA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO 3

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um dos mais importantes indicadores para a avaliação da capacidade de atuação dos municípios na área da Assistência Social é o IDCRAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social). O índice avalia o escopo e a qualidade do atendimento à população realizado nos equipamentos de atenção básica e é composto por três dimensões. A dimensão *estrutura física* leva em consideração as características estruturais e arquitetônicas do edifício, bem como existência de diferentes espaços de trabalho, acessibilidade e disponibilidade de recursos para a atuação profissional (especialmente computadores e internet). A dimensão *Serviços e Benefícios* avalia a quantidade de famílias acompanhadas, disponibilidade de profissionais, execução e oferta de serviços, tempo semanal de funcionamento e articulação com a rede. A terceira dimensão, *Recursos Humanos*, avalia a quantidade e a diversidade do corpo de profissionais do equipamento. O nível de exigência varia segundo o porte do município e a escala de pontuação vai de 1 (insuficiente) até 5 (superior).

A maioria dos municípios da Região 3 são de Pequeno Porte I (7). Dentre esses, três possuem níveis de IDCRAS³ satisfatórios (acima de 4) e quatro possuem notas intermediárias (dentro do intervalo entre 3 e 4). A situação dos municípios de Porte Médio é bastante distinta, enquanto Pará de Minas pontua 4,33 no IDCRAS, Esmeraldas possui uma nota baixa e insuficiente (2,17). O município de Paraopeba (Pequeno Porte II) também possui uma nota considerada baixa (2,33).

Os municípios com notas inferiores a 4 são a maioria na Região 3. Em geral, as deficiências mais comuns aos municípios nas faixas 2 e 3 de IDCRAS são a quantidade inadequada de famílias acompanhadas, o horário reduzido de funcionamento semanal, a ausência de acessibilidade completa e ausência de espaços como salas de reuniões e salas de acolhimento e ainda a carência de profissionais e a não existência de, pelo menos, um assistente social e um psicólogo. Dentre todos os municípios

³ O dado mais recente de IDCRAS refere-se ao ano de 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>



da Região, Esmeraldas e Paraopeba podem ser apontados como aqueles que demandam um assessoramento prioritário e diferenciado em termos de atenção básica, uma vez que são os únicos que se encontram na faixa 2 de IDCERAS.

Tabela 9 : Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (IDCRAS) – Municípios Região 3

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IDCRAS) – MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	PORTE	DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS	DIMENSÃO SERVIÇOS BENEFÍCIOS	IDCRAS 2017 SINTÉTICO
Caetanópolis	1	2	4	4	3,33
Paraopeba	2	3	2	2	2,33
Papagaios	1	5	5	3	4,33
Maravilhas	1	1	5	3	3
Pequi	1	4	3	3	3,33
Fortuna de Minas	1	5	5	4	4,67
São José da Varginha	1	4	4	2	3,33
Pará de Minas	3	5	5	3	4,33
Florestal	1	5	4	3	4
Esmeraldas	3	2	1,5	3	2,17

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (elaboração própria).

No plano da referência especializada em Assistência Social, dado o porte dos municípios da região, apenas 3 possuem equipamento e profissionais para esse tipo de atendimento. O IDCERAS (Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social)⁴, a exemplo do índice anterior, tem por objetivo mensurar a capacidade de atuação dos equipamentos. As dimensões são também as mesmas, alterando-se basicamente os nomes e especificidades dos serviços ofertados e as exigências de quantidade e diversidade de profissionais. O município de Pará de Minas alcançou nota máxima de IDCERAS (5), o que indica uma excelente capacidade instalada para a oferta de serviços especializados no município. Por sua vez, o município de Esmeraldas alcançou nota intermediária de 3,67 e o município de Paraopeba a nota insuficiente de 2,67, com destaque negativo para a dimensão estrutura física, que recebeu nota 1.

Por último, vale considerar o indicador de execução financeira. Essa taxa leva em consideração o empenho do município em executar todo o orçamento federal destinado à Assistência Social. Na Região

⁴ O dado mais recente de IDCERAS refere-se ao ano de 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>



3, quatro municípios deixaram de executaram, no ano de 2017, a totalidade dos valores transferidos. A cidade de Maravilhas, que possuía naquele ano um IDCRAS de nota 3, pôde executar apenas 30% do orçamento. Caetanópolis e Pequi executaram, respectivamente, 64% e 66% do valor global e São José da Varginha executou 87% do orçamento. As dificuldades de execução financeira estão geralmente relacionadas com a baixa capacidade de gestão, desde a realização de licitações até a prestação de contas, passando pela contratação e gestão de pessoal. Não por acaso, todos os municípios com insuficiência de execução registram também notas intermediárias de IDCRAS.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (IDCREAS) – Municípios Região 3 com presença de CREAS.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IDCREAS) – MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	PORTE	DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS	DIMENSÃO SERVIÇOS BENEFÍCIOS	IDCRAS 2017 SINTÉTICO
Paraopeba	2	1	4	3	2,67
Pará de Minas	3	5	5	5	5
Esmeraldas	3	4	4	3	3,67

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (elaboração própria).

Reconhecer a heterogeneidade do território e os principais obstáculos à oferta de serviços socioassistenciais configura-se como um primeiro passo para o entendimento dos limites e possibilidades de interlocução da assessoria junto aos serviços públicos objetivando uma reparação efetiva e sustentável.

SAÚDE

A realidade da atenção pública municipal à saúde nos municípios da Região 3 não difere muito do panorama da política de proteção social. Em geral, nota-se certa heterogeneidade na cobertura da atenção primária e na capacidade de atendimento ofertado pelos poderes públicos locais. Observa-se ainda gargalos e desafios significativos para o avanço da agenda da saúde, em especial frente aos novos desafios epidemiológicos decorrentes do rompimento da barragem em Brumadinho.

O indicador aqui analisado para verificar a linha de base do potencial de atenção do Sistema de Saúde nos municípios será o IDSUS (Índice de Desempenho do SUS)⁵. Segundo o Ministério da Saúde (2019), o IDSUS é um conjunto de indicadores simples e compostos, que buscam fazer uma aferição contextualizada do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao cumprimento de seus princípios e diretrizes. São priorizados os indicadores de atenção básica à saúde. Por um lado, serão

⁵ Os dados mais recentes do IDSUS referem-se ao ano de 2011. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/mapas.html>



considerados os indicadores de acesso potencial obtido, que avalia a cobertura da Estratégia de Saúde da Família, a cobertura dos serviços de saúde bucal e a cobertura pré-natal, compreendida como a proporção de nascidos vivos de mães que fizeram, pelo menos, 7 consultas de pré-natal.

Por último, a efetividade da atenção básica será mensurada por meio da proporção de internações sensíveis à atenção básica (ISAB). Esse indicador serve para analisar a efetividade do cuidado na atenção básica, uma vez que avalia o quanto as políticas de atenção básica são capazes de prevenir internações decorrentes de condições de saúde controladas e acompanhadas pelas equipes da estratégia de saúde da família.

O IDSUS nos municípios da Região 3 varia de 5,01 até 9,29, em uma escala de 0 a 10. Os municípios melhor posicionados são: Florestal, São José da Varginha, Fortuna de Minas, Maravilhas e Papagaios. Na outra ponta, os municípios com maiores dificuldades para a implementação da política de atenção básica em saúde, no ano de aferição dos indicadores, foram Paraopeba, Esmeraldas e Caetanópolis. Considerar a diversidade de cenários é um passo fundamental para a atuação da assessoria no trabalho conjunto com os municípios.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS) – Municípios Região 3.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (IDSUS) MUNICÍPIOS REGIÃO 3					
MUNICÍPIO	ATENÇÃO BÁSICA ACESSO POTENCIAL OBTIDO			ATENÇÃO BÁSICA EFETIVIDADE	IDSUS ³
	COBERTURA ESF	COBERTURA SAÚDE BUCAL	COBERTURA PRÉ-NATAL ¹	ISAB ²	
Caetanópolis	10	3,59	6,01	6,22	6,46
Paraopeba	7,4	0	5,96	6,68	5,01
Papagaios	10	10	6,8	10	9,20
Maravilhas	10	10	6,52	10	9,13
Pequi	10	7,36	6,00	8,32	7,92
Fortuna de Minas	10	10	6,57	10	9,14
São José da Varginha	10	10	7,29	9,87	9,29
Pará de Minas	5,82	7,76	8,28	10	7,97
Florestal	10	10	7,04	9,92	9,24
Esmeraldas	3,97	7,07	7,34	6,16	6,14

Fonte: Ministério da Saúde (elaboração própria)

¹ Proporção nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal

² Proporção de Internações Sensíveis a Atenção Básica - ISAB

³ As variáveis selecionadas são uma amostra da quantidade total de componentes do IDSUS com ênfase nos indicadores de atenção básica.



PRINCÍPIOS DO DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL E DE SAÚDE

A experiência acumulada no esforço de reparação do desastre anterior (Mariana-MG), bem como o processo de abordagem social que já vem sendo realizado por essa Assessoria em Brumadinho e nos municípios da Região 3, revelam um panorama de marcante fragilização psíquica, social e de saúde das famílias atingidas. Essa realidade impõe a necessidade de utilização de metodologias de investigação social inovadoras. As informações tradicionalmente coletadas nas visitas das equipes da estratégia de saúde da família e em instrumentos como o Cadastro Integrado de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) são necessárias, porém não são suficientes para um conhecimento mais aprofundado das vulnerabilidades e para o assessoramento da intervenção no território.

A Universidade de Oxford disponibiliza um conjunto de instrumentos de pesquisa (questionários) que possuem potencial de comparabilidade internacional e que podem ser utilizados por pesquisadores e formuladores de políticas na identificação e mensuração de cinco dimensões faltantes importantes para o desenvolvimento humano:

- i) Qualidade do Trabalho (trabalho formal e informal, renda, riscos, seguridade, dignidade e respostas às adversidades);
- ii) Empoderamento (controle sobre ações nos domínios público e privado, autonomia, coerção e capacidade de moldar a própria vida);
- iii) Segurança (liberdade e ausência de ameaça e violência contra pessoas, bens e propriedades e capacidade de resposta a situações de violência);
- iv) Conexões Sociais (relacionamentos e uma vida livre de vergonha, humilhação e isolamento e com preservação do valor, intrínseco e extrínseco, das relações e conexões sociais);
- v) Bem-estar psicológico (felicidade, satisfação e capacidade de viver uma vida com sentido e objetivo).

A proposta da Assessoria é a de utilizar esse marco como ponto de partida para um diagnóstico mais completo sobre as condições de vida das populações atingidas.

O diagnóstico permitirá identificar o perfil completo de vulnerabilidades de cada família e também o perfil de vulnerabilidades de grupos populacionais específicos, como jovens, mulheres, homens, idosos, desempregados, ribeirinhos, populações urbanas e rurais, entre outros recortes possíveis. A construção dessas informações é um elemento central para que o assessoramento aqui proposto seja efetivo e subsidie o aprimoramento de fato das políticas de atenção básica e de saúde nos municípios da Região 3. As estratégias de uso de dados para o fortalecimento das políticas públicas são apresentadas na próxima seção.



Outra frente de ação, para além do diagnóstico ampliado, será a adoção de metodologias participativas, por exemplo, as “rodas de conversa” com o objetivo de estimular o dispositivo de fala dos atingidos nas diferentes situações, buscando apreender os modos de subjetivação. Essa técnica, dentre outras, permite incorporar a perspectiva da comunidade, mapeando e valorizando suas experiências de vida, o contexto de conflitos e promovendo uma válvula de escape para que suas demandas sejam ouvidas.

ASSESSORIA JURÍDICA

A assessoria jurídica da Região 3 fará a assistência e a informação jurídica dos atingidos nos assuntos relacionados ao desastre da barragem B1 da mina Córrego do Feijão, oferecendo informações, acompanhando processos e acordos judiciais e extrajudiciais e, ainda, articulando soluções com órgãos públicos e a empresa Vale S.A. Também serão organizados espaços para colher e cuidar de demandas individuais e coletivas, buscando analisar os danos sofridos de maneira técnica e criteriosa, para posterior estratégia de reparação. A assessoria jurídica irá ainda promover encontros para a formação e trocas entre as pessoas atingidas.

A assessoria jurídica respeitará a autonomia individual das pessoas atingidas e auxiliará as comunidades atingidas para terem condições de defender e resguardar seus direitos, objetivando especialmente a reparação dos danos materiais e imateriais ocorridos em função do rompimento da barragem.

Nesse sentido, o acompanhamento da assessoria jurídica se dará tanto em relação aos danos individuais como aos coletivos e difusos. Junto com a equipe técnica do NACAB, a assessoria jurídica acompanhará as reuniões dos atingidos relativas aos mais diversos assuntos relacionados ao desastre-crime, bem como fará atendimentos individuais dos mesmos. Serão estimulados, ainda, espaços coletivos para fortalecimento dos vínculos entre as pessoas e as comunidades atingidas. Também será realizado o estudo e acompanhamento do processo judicial interposto pelo Estado de Minas Gerais (Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024), com a frequente informação das comunidades e indivíduos sobre o andamento e desdobramentos do feito.

Haverá ainda, quando necessário, elaboração de pareceres jurídicos, acompanhamento de reuniões e audiências com as instituições judiciais e Ministério Público, comparecimento em reuniões das instituições administrativas no âmbito municipal, estadual e federal e, também, com a empresa Vale S.A., causadora dos danos. Ressalta-se que a assessoria jurídica terá toda a sua atuação orientada e submetida à validação das comissões de atingidos, respeitando sua autonomia, demandas e interesses.

Em termos de logística e organização gerencial, haverá, além da Gerência Jurídica que está a cargo das definições estratégicas e orientações de atuação, a Coordenação Jurídica de Campo, que atuará diretamente na região 3. Já nas sedes da ATI, haverá coordenadores jurídicas que coordenarão de perto os advogados que cuidarão dos atendimentos diretos e nas reuniões.

A organização da assessoria jurídica em três níveis se justifica sobretudo pela complexidade e volume do trabalho que irá ser desenvolvido.



A população organizada em seus núcleos familiares serão atendidas e orientadas acerca de aspectos jurídicos envolvendo o desastre e seus danos individuais e coletivos. Devido ao elevado número de indivíduos que poderão vir a buscar o atendimento jurídico, pensou-se numa estrutura que conte com advogados contratados em número suficiente para atendê-los. Diante dessa complexa gama de atuação, foi necessário estabelecer uma estrutura difusa, onde os gerentes e coordenadores possam centralizar o trabalho estratégico de se buscar soluções e acompanhar a atuação do judiciário e demais entes públicos envolvidos, enquanto se mantém advogados em campo para atender às demandas individuais e coletivas.

Os advogados contratados para atendimento nos núcleos da Assessoria serão contratados a título temporário, por seis meses ou outro prazo a ser oportunamente definido, podendo os contratos serem renovados mediante critérios de conveniência / necessidade. Ademais, a própria contratação inicial de advogados também se dá mediante análise desses mesmos critérios, somente formalizando-se contratação de número suficiente para atender as demandas observadas na prática. Dessa forma, inicialmente se contrataria número reduzido e a título temporário, sendo possível a contratação de mais profissionais, até o limite previsto neste plano de trabalho. Acrescente-se que, conforme experiências prévias já observadas pelo NACAB em outras assessorias, os atendimentos e soluções jurídicas sempre configuram a principal demanda das pessoas. Ademais, costumeiramente é necessário um maior número de atendimentos no início da assessoria, com posterior redução nessa busca individual dos atingidos.

Por fim, destaca-se que a assessoria jurídica contará com o apoio direto de toda equipe técnica bem como com a atuação de equipes especializadas em negociações ambientais, objetivando sempre a reparação integral dos danos individuais e coletivos. Como ação complementar às ações jurídicas, em convergência com as ações direcionadas ao escopo do Desenvolvimento Territorial, prevê-se o suporte técnico e institucional realizado por especialista em questões de meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade social, onde as principais atividades que poderão ser realizadas são, entre outras:

A) Participar de discussões internas da Assessoria e com as comunidades quanto ao legado a ser deixado pela implantação de um Plano de Recuperação Econômica, principalmente quanto aos investimentos necessários para a consolidação e o início de sua implantação;

B) Dar suporte na preparação e participar em seminários/workshops a serem realizados com as instituições que estão trabalhando com a Assessoria aos Atingidos pela Vale para a apresentação do Plano de Recuperação Econômica;

C) Preparar relatórios consolidados sobre a implantação dos Planos de Recuperação Econômica como resultado dos seminários/workshops;

D) Participar de reuniões para apresentação de relatórios consolidados sobre a implantação do Plano de Recuperação Econômica aos órgãos governamentais .

E) Participar em discussões internas de acompanhamento da implantação do Programa de Desenvolvimento Territorial.

Ainda, como ferramenta ao processo de acompanhamento jurídico e auxílio às demais questões rela-



cionadas aos danos individuais e coletivos sofridos por estas pessoas, em convergência ao escopo da Pesquisa Diagnóstica, têm-se a previsão de ações voltadas para o levantamento e conhecimento de situação que permita a identificação destes danos:

AÇÃO 1

Identificação e cadastro das propriedades rurais atingidas

Faz-se necessário identificar todas as propriedades afetadas ao longo da faixa do Rio Paraopeba na Região 3 (180 km), para se determinar o atingido e sua relação com as propriedades atingidas. Ressalta-se ainda que, é possível que propriedades ao longo dos afluentes do rio Paraopeba (Região 3) também sejam identificadas/cadastradas. Inicialmente, será feita a compilação dos dados já existentes e, quando da realização dos trabalhos de campo, serão identificados outras propriedades atingidas, permitindo sua correlação com o público atingido (proprietário, posseiro, arrendatário, assentados, dentre outros). Essas propriedades devem ser identificadas/cadastradas e georreferenciadas.

AÇÃO 2

Identificação da população atingida e os prejuízos causados pela interrupção da pesca e extração minerária no rio Paraopeba

Observou-se que muitos usuários diretos do rio Paraopeba tiveram sua atividade geradora de renda interrompidas, especialmente, aqueles relacionados à atividade da pesca e atividade minerária (por exemplo, extração de areia). Neste caso, faz-se necessário delimitar esse universo populacional, identificá-lo e caracterizar a sua relação econômica com o rio. Além disso, as atividades devem ser georreferenciadas, quando possível.

Inicialmente, também será feita a compilação dos dados já existentes e, quando da realização das mobilizações e dos trabalhos de campo, provavelmente outros atingidos serão identificados e cadastrados. Por conseguinte, deve-se definir um valor indenizatório (individual/difuso), com base no cadastro socioeconômico e lapso temporal daqueles indivíduos/comunidades que ficarão sem a disponibilidade da sua fonte de renda.

AÇÃO 3

Realização do georreferenciamento e classificação do uso e coberturas das terras das propriedades rurais atingidas.

Com a identificação/cadastro das propriedades atingidas, deve-se fazer a sua delimitação por meio do georreferenciamento. A partir desta espacialização, obtém-se o quantitativo da área e a classificação do uso e cobertura das terras (terras agrícolas, área de preservação permanente, florestas, dentre outros), sendo construído um Sistema de Informações Geográficas - SIG.



Essa espacialização poderá ser obtida por meio de levantamentos topográficos já existentes disponibilizados pelos responsáveis pela propriedade rural ou por órgãos oficiais (Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF/INCRA ou Cadastro Ambiental Rural - CAR/MMA). Caso não haja, será feito o levantamento topográfico. Por conseguinte, a definição do uso e a cobertura das terras nas propriedades rurais devem ser feitas com a coleta de dados primários (in loco) e com dados secundários (por exemplo, imagens de satélite). Esses dados cartográficos serão processados, e, tratados em ambiente SIG.

AÇÃO 4

Identificação das atividades geradoras de renda nas propriedades rurais e determinação dos respectivos prejuízos causados.

Com a identificação e espacialização das propriedades atingidas, serão identificadas as atividades geradoras de renda, especialmente, aquelas relacionadas ao impedimento/comprometimento do uso do rio Paraopeba. A descrição, quantificação e comprovação dessas atividades serão consubstanciadas por imagens de satélites, registros agrícolas/pecuários, empréstimos agrícolas, recibos de compra/venda, declarações de técnicos de empresas de assistências técnicas (por exemplo, EMATER), dentre outros. Essas atividades devem ter seus prejuízos quantificados, sendo o valor indenizatório calculado a partir de parâmetros que serão construídos participativamente.

AÇÃO 5

Determinação do quantum de desvalorização imobiliária nas propriedades rurais atingidas

Com o comprometimento do rio Paraopeba, as propriedades rurais limítrofes com esse curso d'água terão seu valor de mercado afetado negativamente. Assim, faz-se necessário se determinar esse quantum de desvalorização imobiliária, sendo possível através de técnicas de engenharia de avaliações de imóveis rurais e de glebas urbanizáveis. O valor indenizatório (perda do valor de mercado da propriedade rural) deve ser calculado com base em normas técnicas e literatura especializada.

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DE DANOS

Todas essas ações, realizadas de forma coordenada com as Pesquisas Diagnósticas, serão fundamentais para a construção de parâmetros de avaliação e valoração de danos, instrumental de suma importância para garantir a paridade de forças e a centralidade da vítima no processo de reparação integral.

Quando tratamos de uma situação de crime-desastre, como a que acometeu as pessoas, comunidades e municípios da bacia do rio Paraopeba, estamos diante de uma situação *sui generis*, com raros precedentes, sendo o mais notável, o desastre-crime que atingiu a bacia do rio Doce em 2015. Tal situação de excepcionalidade gera enormes dificuldades não só em relação à identificação de pessoas e coletividades atingidas, mas também dos danos sofridos e suas respectivas indenizações e compensações,



em especial, pelo caráter dinâmico e processual dos danos, que se expressam de formas variadas, em suas dimensões materiais e imateriais, assim como, pela ausência de um plano prévio da Vale S.A de reparação em contextos de desastre. Esse processo torna-se ainda mais complexo diante da assimetria de poder existente entre a ré e as vítimas, que tende a se refletir na imposição de parâmetros de avaliação e valoração de danos pela primeira, complexificando ainda mais a situação de sofrimento social, perpetuando injustiças sociais e ambientais.

No caso de um desastre como o que lidamos aqui, a consideração do caráter dinâmico e continuado, regional e situacional da produção e reprodução dos danos, em suas dimensões materiais e imateriais, é imperativo para a construção de parâmetros de avaliação e valoração que sejam justos e tenham a vítima em sua centralidade. Os danos são dinâmicos e continuados, porque o desastre não se restringe ao dia 25 de janeiro de 2019, se reproduzindo cotidianamente nas diversas situações de prejuízos econômicos e sofrimento social que são minimizadas ou potencializadas de acordo com os rumos do processo de reparação.

Os danos são regionais porque afetam toda uma região interligada por relações socioecológicas, ambientais, laços históricos-culturais e cadeias econômicas que devem ser analisadas a partir de sua particularidade socioterritorial, dado que interage e condiciona a reprodução dos danos e também o processo de reparação. Por fim, os danos são situacionais pois acometem espaços de vida e produção reais, compostos por pessoas e coletividades que sentem, traduzem e sofrem o desastre a partir das suas histórias individuais e coletivas, projetos de vida e perspectivas de futuro, profundamente abalados pelo contexto de crise.

Nesse sentido, quaisquer parâmetros de avaliação e valoração de danos que se pretenda ser justo e dar centralidade à vítima deve, não só considerar o caráter dinâmico, regional e situacional da produção e reprodução dos danos, mas também a importância da participação das vítimas em sua construção, pois somente a partir delas é possível acessar os múltiplos fatores de danos e sua multidimensionalidade, assim como bases concretas de avaliação e valoração dos danos, sobretudo por terem, os atingidos, a capacidade de traduzir o ambiente de reparação e as realidades sociais objetivas em que as compensações e indenizações serão efetivadas.

Por fim, em consonância com a ordem jurídica, é fundamental que esses parâmetros sejam também construídos a partir de experiências concretas de reconhecimento sociopolítico e decisões judiciais, levando em conta, assim, prerrogativas e jurisprudências observadas em situações semelhantes ao de desastre em questão, seja em âmbito nacional, seja em esfera internacional.

Todo o trabalho da Assessoria Jurídica envolvendo a produção de provas dos danos e prejuízos ocasionados pelo desastre, ao se somar com os produtos das demais pesquisas diagnósticas realizadas com as famílias atingidas, serão organizadas em forma de Dossiê e disponibilizadas para as famílias em formato impresso e digital.



FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES

O NACAB entende que o desenvolvimento pessoal e profissional, mobilização, envolvimento e comprometimento dos atores locais e equipe técnica passam, necessariamente, por ações de formação e capacitação em diversas áreas. Essas ações buscam promover o acesso à variedade de conhecimentos técnicos, favorecendo um percurso formativo dos sujeitos sociais atingidos e a construção coletiva e autônoma do conhecimento, contribuindo para a melhor atuação da ATI no processo de reparação integral.

As metodologias utilizadas pelo NACAB para promoção de formação fundamentam-se na co-construção - ou construção participativa - de conhecimentos, na medida em que envolvem uma diversidade de atores implicados no processo de desenvolvimento do território. Nos processos de formação prezaremos pela valorização das experiências e saberes locais, como aspectos fundantes da construção do conhecimento. Propomos, assim, a execução de formações críticas que priorizem o empoderamento político no exercício da cidadania. Acreditamos que a educação deve ocupar, além dos espaços institucionalizados, as redes de fazeres e saberes da vida cotidiana.

Além das formações apresentadas abaixo, ao longo da execução deste Plano de Trabalho, serão levantadas novas demandas formativas específicas das comunidades. Para realização das formações serão mobilizadas as equipes técnicas internas e alguns produtos serão executados pelos parceiros, Instituto Sustentar e INSEA, que já possuem uma articulação interinstitucional e experiência de atuação no território. A carga horária das formações será definida com os atingidos e a partir das realidades locais.

Apresentamos abaixo alguns processos formativos propostos a partir de s demandas externalizadas nas reuniões com as comissões nos primeiros contatos com a ATI:

a. Formações das comissões.

Construir junto às comissões reflexões sobre o seu papel e sua constituição. Construir constantemente perguntas geradoras que possam conduzir a formação cidadã, aproximando-os da linguagem e dos processos inerentes à reparação integral.

b. Formações cidadãs.

Construir conhecimento sobre direitos humanos, participação social, projetos, monitoramento e avaliação de ações, etc. No anexo de Formações e Capacitações, apresentamos o resumo do teatro “Assembleia Comum”, uma das estratégias de intervenção nesta linha de formação.

c. Formações profissionalizantes.

Construir parceria com instituições de ensino de nível técnico e superior voltadas ao aprimoramento de atividades econômicas e de sustentabilidade de novos empreendimentos, buscando a autonomia e o protagonismo dos atingidos;



d. Capacitações sobre questões jurídicas.

Tradução de e reflexão sobre termos jurídicos, direitos e deveres, tendo em vista o empoderamento e autonomização dos atingidos;

e. Capacitações ambientais.

Oportunizar discussões de temas relevantes relacionados à bacia hidrográfica do rio Paraopeba, dinâmicas hídricas, implicações ecossistêmicas da contaminação hídrica por rejeitos de mineração, desequilíbrios ambientais, incluindo desequilíbrios causados pelo aumento de resíduos sólidos consequentes de algumas medidas de reparação adotadas pela empresa e etc.;

f. Capacitações sobre saúde pública e do trabalho.



BLOCO 4 : AÇÕES TRANSVERSAIS

As ações transversais descritas a seguir garantirão que o NACAB, em parceria com atingidos, monitorem o Plano de Trabalho de forma assertiva, transparente e de modo a gerar informações qualificadas, que sustentem os processos de tomada de decisão e gerem as evidências necessárias para responder à sociedade sobre os resultados alcançados no trabalho.

São atividades transversais:

1. Monitoramento e Avaliação Participativa das Comunidades em Relação a Implementação do Plano.
2. Ações de Comunicação.
3. A Gestão de Processos e das Informações.
4. Pesquisas Diagnósticas, Monitoramento e Avaliação.
5. Auditorias e Relatórios para acompanhamento externo

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Tradicionalmente, estudos de Monitoramento e Avaliação (M&A) correspondem a processos sistêmicos pensados estrategicamente para mensurar o alcance de objetivos e resultados das ações propostas no contexto de um projeto. A avaliação pressupõe a construção de evidências capazes de atestar (ou não) o alcance dos objetivos do projeto e, portanto, apresentar os seus resultados e possibilidades de mudanças. Já o monitoramento é uma ferramenta de reorientação dos processos executivos ou, no limite, do planejamento das ações.

Portanto, o NACAB entende que processos de M&A podem significar, para os sujeitos envolvidos, mais do que um processo de verificação de resultados. A proposta, então, é realizar um estudo avaliativo que promova integração, participação e a construção de conhecimento pelos autores envolvidos. O NACAB pretende oportunizar que todos os envolvidos reflitam sobre a experiências pessoais e coletivas do processo implantado, o que tornará a M&A uma experiência humanizada e, sobretudo, participativa.

Outro aspecto que se destaca é que para efeito de isonomia, deverá ser contratada uma consultoria independente que possa realizar processos avaliativos de forma isenta dos atores envolvidos no processo, sobretudo para elaboração de pareceres comunitários sobre a qualificação do trabalho desenvolvido pelo NACAB.

Os objetivos da implantação do sistema de M&A são:



- Qualificar o projeto, revelando novas oportunidades de desenvolvimento do Plano de Trabalho e o estabelecimento de processo que permite correção de rotas e inovações.
- Acompanhar os resultados da equipe técnica por meio de indicadores de desempenho das ações e promover reflexão sobre a prática de desenvolvimento da assistência técnica e, assim, qualificar a gestão.
- Construir conhecimento sobre o processo pelas comissões, pessoas comunidade e, assim, promover o fortalecimento do controle social.
- Construir elementos de diálogo e comunicação, pois os resultados obtidos serão fundamentais para subsidiar a comunicação acessível entre os sujeitos que participam do processo de reparação.

A modelagem do sistema de indicadores e a metodologia de M&A será realizada após a contratação da assessoria técnica. A priori podemos afirmar que serão construídos indicadores de processo, quantitativos e qualitativos, que revelarão a eficiência da execução do plano e de impacto no âmbito da reparação integral. Estes serão acompanhados em tempo real pelos atores envolvidos na governança, uma vez que implantamos um sistema de tecnologia que permite tal acompanhamento. Já os indicadores de avaliação serão mensurados semestralmente por meio de pesquisas específicas da área ambiental, socioambiental e social.

Algumas dimensões que deverão ser monitoradas:

- Execução do escopo do Plano de Trabalho.
- Resultados e impactos do processo de reparação.
- Participação das comissões, pessoas e comunidades no processo de deliberação e negociação das medidas de reparação.
- Satisfação em relação aos trabalhos de assessoria técnica e comissão de atingidos.
- Envolvimento e engajamento de atores institucionais.
- Satisfação dos atingidos em relação às ações de reparação da Vale.
- Satisfação dos atingidos em relação ao atendimento público, principalmente assistência social e saúde.
- Vulnerabilidade social dos atingidos.

O sistema de indicadores será modelado a partir do diálogo da assessoria com as comissões, que deverão influenciar sobre a decisão de quais dados serão monitorados. Esperamos, também, a contribuição do Comitê Técnico Científico - UFMG nesta elaboração.



Na atuação da Assessoria Técnica Independente, pela diversidade temporal e processualidade característica, as atividades de avaliação e monitoramento perpassam não só as etapas de responsabilidade exclusiva da ATI, a exemplo das entregas e produtos, mas também a etapa em que estes resultantes estejam subsidiando o processo de reparação, seja quando apropriados pelas instituições de justiça, seja pelas vítimas atendidas, seja pela empresa poluidora-pagadora. Nesse sentido, com o objetivo de acompanhar as medidas de reparação, seja em seus aspectos indenizatórios ou reparatórios, o Nacab prevê, para além das ações previstas para os 30 meses seguidos da contratação, mais 18 meses dedicados à ações de monitoramento/acompanhamento, de natureza participativa, realizadas a partir do diálogo com os atingidos e das considerações prioritárias de suas percepções e avaliações, em soma que corresponde à 48 meses de trabalho da ATI. Nesta etapa, a comunicação se manterá, como forma de garantir o compartilhamento de informações, com vistas a manter a participação informada e o controle social dos atingidos ao longo da execução das medidas de reparação.

Durante estes 18 meses de monitoramento/acompanhamento o Nacab atuará por meio de suas gerências, coordenações de campo e equipes de base reduzidas.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

O Termo de Referência que cria base para este trabalho prevê que a Assessoria Técnica tem como funções principais: garantir o direito à informação, inclusive técnica, em linguagem adequada às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, bem como participação no processo de reparação. Um dos meios para atingir esses objetivos é garantir que a assessoria técnica conte com profissionais exclusivamente focados em criar, compartilhar e gerir a comunicação: i) de todas as tarefas realizadas internamente na assessoria; ii) aquelas que são produzidas para e com a comunidade; iii) bem como dos eventos/agentes externos que acometem o território e este trabalho.

A Comunicação em processos de gestão do plano exerce um papel fundamental em fomentar accountability através, principalmente, da geração de transparência daquilo que envolve o desastre e acesso à informação tangível. A constituição desse cenário é crucial para mitigar o sofrimento das famílias e para geração de confiança nos agentes que estão atuando no território - já em um momento de tanta fragilidade -, pois reduz as incertezas da comunidade atingida sobre o andamento das ações que afetam diretamente suas vidas. Ou seja, em um clima ético, de clareza operacional, fica mais propício à colaboração entre as partes afetadas com o NACAB.

Uma comunicação bem feita surte efeito em toda a cadeia de processos, já que é esperado que uma sociedade efetivamente informada possa exercer maior controle sobre a garantia de seus direitos e a real execução dos deveres de outrem, o que resulta em maior responsabilização dos agentes envolvidos por causa da busca constante desses atores e a exigibilidade em comunicar sobre o dia-dia de suas tarefas.

Além dos impactos em termos administrativos e de garantia de direitos supracitados, a comunicação exerce um papel fundamental no relacionamento com as comunidades e desenvolvimento territorial sustentável. Wilson da Costa Bueno escreveu sobre o processo de gestão da comunicação no rompi-



mento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, e enfatiza sobre a importância de se criar estruturas de comunicação sólidas, éticas e confiáveis para que os cidadãos recebam informações rápidas, precisas e contínuas para acalantar suas dores e subsidiar tomada de decisões que visam a proteção de suas famílias.

[...] o pânico que costuma tomar conta das pessoas afetadas e mesmo a falta de conhecimento imediato por parte das autoridades sobre a amplitude dos danos pessoais e patrimoniais tornam a comunicação vulnerável a boatos e ao desencontro de informações. Se não houver um sistema centralizado, com credibilidade e legitimidade, para coordenar as informações a serem disseminadas para a comunidade envolvida, corre-se o risco adicional de favorecer a adoção de medidas não acertadas, tomadas individualmente, e que aumentam os riscos e os danos. (BUENO, 2018).

É importante desenhar um planejamento estratégico que leve em consideração os interesses externos, sejam eles privados, políticos ou empresariais, e todas as influências que eles geram sobre o território para que a comunicação possa contorná-los ou até mesmo deter sua ação, combatendo a espetacularização da cobertura pela mídia, - uma forma de comunicação insensível que gera ainda mais danos para os atingidos - e, sobretudo, favorecer o protagonismo e a mobilização das comunidades atingidas para atenuar os danos dos desastres.

O processo de se informar a ponto de garantir uma real conscientização sobre os fatos, exige um nível alto de envolvimento e participação das pessoas nas discussões. Para isso, a criação de mecanismos atraentes de interação com as comunidades são fundamentais e é neste quesito que se faz necessário contar com a criatividade, multidisciplinaridade e domínio multimídia de profissionais da comunicação. Quando há real envolvimento é possível acolher e perceber como os indivíduos, coletivos e famílias estão encarando o processo, bem como captar as demandas de cada um para dar encaminhamento.

Tendo isso em vista, as ações de comunicação serão divididas em duas premissas: **processual e finalística**. É entendido o caráter transversal da comunicação, ou seja, que ela deve atuar em consonância com as demais frentes de trabalho, sejam aquelas que exercem ações focadas diretamente sobre questões aquáticas, bióticas, geográficas, geológicas, psíquicas, sociais, culturais, econômicas ou outras. Portanto, a Comunicação processual é aquela que i) serve de apoio linguístico, narrativo e técnico às demandas de todas as frentes de trabalho da assessoria técnica; ii) tem como objetivo realizar ponte direta e incorporar as demandas das comunidades, seja através da escuta ativa ou organização/participação de reuniões/fóruns; iii) relacionamento com órgãos públicos, privados, sociedade civil e terceiro setor que geram influência no território. Já as tarefas finalísticas, são aquelas que implicam na **produção de produtos** comunicacionais de maior complexidade técnica e serão exercidas por uma agência parceira de comunicação.

Dado o volume de eventos e processos que acometem a ATI Região 3, é crucial que se reduza a complexidade do compartilhamento informacional, ou seja, para dar conta da dimensão dos processos inerentes ao campo, é ideal que um representante da comunicação esteja no máximo de espaços pos-



síveis que estiverem acontecendo eventos de interesses diversos, garantindo assim que o compartilhamento comunicacional não se perca no caminho através de intermediadores.

A presença de agentes de comunicação no território se revela de suma importância para reduzir lacunas informacionais já mapeadas pelas comunidades e fazer relacionamento face a face, que permite captar com astúcia as especificidades locais. Esses inputs que advêm do campo são preciosos para a formulação e manutenção de planos comunicacionais condizentes com a lógica local. No contato prévio com as comunidades, feito em reuniões para a construção deste plano de trabalho, já foram mapeados pela comunidade os seguintes danos que podem ser contornados a partir de ações de comunicação:

- Desvalorização dos produtos da região;
- Enfraquecimento de festas e feiras locais (redução de renda das associações);
- Desinformação e falta de informação;
- Estigmatização simbólica/material;
- Desunião da comunidade em relação ao pagamento emergencial;
- Desqualificação dos fluxos de informação.

É válido destacar que estes são apenas os problemas que as comunidades diagnosticaram, mas existem outros problemas que podem ser mitigados a partir de processos e ações de comunicação. Tendo isso em visto, o escopo de trabalho previsto para a equipe de comunicação realizar nos territórios, com e em prol das comunidades, de forma contínua são:

AÇÕES PROCESSUAIS DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS LOCALMENTE

- Assessoria de Comunicação do NACAB (produção jornalística e registros fotográficos);
- Suporte na realização e participação nas reuniões planejadas pelas outras frentes de atuação do NACAB, bem como aquelas propostas pelas comunidades;
- Suporte comunicacional às demais frentes de trabalho locais do NACAB (produção de power- point/ apresentações, diagramação, etc);
- Produção de subsídios para criação de boletins informativos da ATI Região 3 (seja ata de reunião, entrevistas, fotografias, etc);
- Criação de mailing de atingidos, prefeituras e sociedade civil para abastecê-los com informações sobre a ATI Região 3;
- Produção de release e elaboração de mailing de jornalistas para solicitar cobertura na região;
- Estabelecer relacionamento com os veículos de comunicação dos municípios e veículos externos;
- Agendar entrevistas com porta-vozes (stakeholders estratégicos) e prestar todo o apoio e auxílio de assessoria de imprensa à mídia;



- Realização e apoio na produção de eventos já realizados habitualmente na região;
- Sistematização dos fluxos de comunicação face a face;
- Apoiar as ações de mobilização dos públicos para as atividades do escopo proposto;
- Alimentação das redes sociais com conteúdos específicos em tempo real;
- Logística para contratação local de serviços diversos inerentes à comunicação (carro de som, aluguel de espaço/mobília/tecnologia para eventos, etc.).

AÇÕES FINALÍSTICAS DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS NA AGÊNCIA

A seguir são descritos alguns produtos de comunicação que serão implantados no contexto deste trabalho:

- Elaboração do plano estratégico de comunicação;
- Criação de identidade visual que será utilizada em todas as peças gráficas da Assessoria Técnica;
- Ministrar workshops de formação em comunicação (já detalhados no item “Formações e Capacitações para Atingidos” deste Plano de Trabalho);
- Criação de materiais de apoio robustos e padronizados para os treinamentos realizados por outras frentes de trabalho do NACAB;
- Criação de boletins quinzenais (digitais) das ações do NACAB e com informações relevantes para o território; bem como boletins bimestrais (impressos) mais completos com um compilado dos eventos/fatos mais importantes que aconteceram na temporada, bem como aqueles que estão planejados para o próximo período;
- Criação de panfletos e cartilhas para divulgação de informações sintéticas sobre os conteúdos abordados;
- Alimentação do site do NACAB com notícias;
- Criação de clipping diário de notícias nacionais e internacionais sobre meio ambiente, Vale e outras empresas minerárias para envio interno à coordenadores e agentes interessados;
- Criação de artigo para Blog;
- Criação de vinheta para divulgação de mensagens, eventos, seminários, reuniões etc. em carro de som;



- Criação de faixas e cartazes de divulgação de encontros, atividades, reuniões, simulados, assembleias etc;
- Gestão de redes sociais: criação de estratégia digital, material gráfico, mensagens e postagens para uso em plataformas como Twitter, Instagram ou Facebook oficiais da contratante para divulgação de encontros, atividades, reuniões, simulados, assembleias e, também, das ações já realizadas ou de conteúdos importantes;
- Criação de 01 vídeo por semestre para documentar a experiência das comunidades com o processo de Assessoria Técnica Independente bem como mostrar a devolutiva de resultados;
- Programação do envio de SMS e/ou WhatsApp para lembrete da data de encontros, atividades, reuniões, assembleias, como apoio às ações de mobilização, e para outros avisos e comunicados.

GESTÃO DO PROJETO E DAS INFORMAÇÕES

A gestão de processos e de informações dos trabalhos e ações consiste no estabelecimento de sistemas de controle e registro do conjunto de dados e processos, assim como a determinação de procedimentos, para viabilizar o acompanhamento e o desenvolvimento do Plano de Trabalho. Para isto deverá ser objeto de contratação o desenvolvimento de sistema customizado de gerenciamento de dados e processos de forma a possibilitar o registro, consulta e gestão das informações relativas à execução das atividades previstas e das informações e demandas levantadas junto aos atingidos.

Outros aspectos podem ser destacados como fatores que justificam o estabelecimento da gestão de processos e das informações. São eles:

- Promover a padronização das informações e eliminar eventuais inconsistências dos dados coletados, garantindo sua maior qualidade.
- Qualificar o monitoramento das atividades e acesso à informação pelos atingidos e consequentemente o controle social sobre as atividades da Assessoria Técnica Independente.
- Otimizar o tempo gasto para registro das ações por parte das equipes de campo.
- Garantir que as equipes contratadas pelo NACAB atuem subsidiadas por informações atualizadas e de qualidade.
- Tornar mais segura a disponibilidade de informações.
- Garantir a segurança e confidencialidade das informações relativas às atividades do NACAB.

De toda forma, o sistema deverá ser continuamente aperfeiçoado com base na experiência de campo e as demandas dos vários atores envolvidos na produção e gerenciamento de informações.

Algumas funcionalidades serão desenvolvidas para iniciar os trabalhos:



1. Cadastro de pessoas físicas.
2. Cadastro e gestão de agendas.
3. Gestão de demandas individuais e coletivas.
4. Cadastro e caracterização de territórios.
5. Cadastro e caracterização de projetos.
6. Cadastro de Administradores.
7. Biblioteca e notícias.

Além da equipe técnica do NACAB, as comissões poderão acessar as agendas e notícias. Além do sistema desenvolvemos um aplicativo cuja função será informar as comunidades sobre as agendas e decisões, além de funcionar como um registro e monitoramento de manifestações e de demandas.

PESQUISAS DIAGNÓSTICAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Dada a complexidade dos danos causados pelo rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, faz-se necessária a realização de uma série de pesquisas diagnósticas e de monitoramento e avaliação que ofereçam uma clara contextualização da atual realidade da Região 3, o que fundamentará todas as ações a serem desenvolvidas pela assessoria técnica do NACAB.

A pesquisa no âmbito da ATI visa produzir os dados necessários para que as pessoas e comunidades atingidas possam participar de maneira informada nas diversas situações que envolvem o processo de reparação, e tenham seu protagonismo qualificado na proposição de planos e medidas que vislumbrem a retomada de modos de vida e projetos econômicos.

A pesquisa da ATI, construída a partir dos atingidos e suas demandas reais, é, em nossa perspectiva, instrumento fundamental do controle social por parte dos atingidos, pois permite uma apropriação do conhecimento dos processos de afetação dos danos que viabiliza o controle social ao provocar equiparação de forças e qualificação do contraditório num contexto de conflito caracterizado pela forte assimetria de poder entre empresa (ré) e vítimas.

Nossa expectativa é de criar um processo de construção compartilhada do conhecimento em que as comunidades e pessoas atingidas tenham participação direta, seja na concepção, seja na elaboração de instrumentos, seja na avaliação dos resultados. A construção compartilhada de saber sobre a dinâmica de danos é o movimento que viabiliza a apropriação dos conhecimentos necessários para empoderamento no processo de reparação.

Neste contexto, pesquisas serão atividades de suma importância na condução da assessoria técnica para orientar os atingidos nos processos de negociação sobre a trajetória da reparação individual, coletiva e também para o desenvolvimento territorial, incluindo alternativas econômicas e alternativas de restauração ambiental.

As diversas pesquisas serão implementadas para o alcance dos seguintes objetivos:



- Obter informações e dados relativos às características socioambientais, sociodemográficas, culturais, econômicas, sociais, afetivas, modos de produção/sobrevivência, atividades costumeiras, vulnerabilidade socioeconômica atual e futura das comunidades, dinâmica social e política (os laços de relacionamentos) e territorialidades;
- Realizar o levantamento quantitativo das famílias, visando atestar o universo de atingidos ao longo da Região 3;
- Identificar as demandas das comunidades, assim como a percepção e avaliação dos atingidos sobre o relacionamento com a Vale S.A.;
- Subsidiar as ações do Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente, inclusive com informações para serem utilizadas nos trabalhos da equipe técnica do meio físico e biótico, tais como: existência e caracterização de recursos hídricos nos imóveis (tipo, quantidade, qualidade, estado de conservação, etc), fragmentos florestais e áreas de recarga (tipo, quantidade, estado de conservação, etc), produção agropecuária (tipo, finalidade, quantidade, etc).

Considerando os resultados parciais do Campo de Escuta, propõe-se, para além das dimensões apontadas no item M&A, a realização de pesquisas e diagnósticos sobre as dimensões apontadas abaixo. Ressaltamos que algumas delas serão realizadas em caráter emergencial.

1. Levantamento de perfil sociodemográfico, cultural, econômico das populações atingidas - emergencial e contínua;
2. Caracterização cultural, econômica e política dos territórios - anual;
3. Diagnósticos institucionais - emergencial e anual;
4. Diagnósticos sobre a dinâmica político-cultural que envolvem as comissões de atingidos - emergencial e contínua;
5. Monitoramento de Vulnerabilidade Social dos Atingidos (descrito no eixo de Proteção Social) - semestral;
6. Percepção da população sobre os danos individuais e coletivos - emergencial e semestral;
7. Diagnóstico sobre cadeias produtivas locais. Diagnósticos sobre as vocações econômicas e ativos locais;
8. Diagnósticos viabilidade econômica de alternativas econômicas;
9. Diagnósticos socioambientais;
10. Diagnósticos ambientais.

As campanhas de pesquisa quantitativas e qualitativas serão realizadas por equipes multidisciplinares e os métodos serão desenhados de acordo com as demandas e especificidades encontradas em campo pela Assessoria Técnica. Grande parte das pesquisas serão realizadas pela equipe fixa do NACAB e em parceria com consultorias contratadas. Espera-se que, desta forma, o conhecimento construído possa ser acumulado e compartilhado com as comissões e populações.



Como fluxo para tomada de decisão sobre o escopo e cronograma das pesquisa que deverão ser executadas pela ATI, sugerimos:

1. Apontamentos iniciais de ordem técnica pela Assessoria Técnica Independente;
2. Reuniões com as comissões para explicação, consulta e validação;
3. Desenvolvimento das estratégias metodológicas;
4. Coleta e Análise dos dados;
5. Compartilhamento e tradução dos resultados com comunidades e pessoas.

Para além do caráter emergencial, também a partir dos levantamentos de campo e das avaliações da equipe técnica do NACAB, pretende-se a realização de pesquisas a partir dos seguintes escopos:

1. Diagnóstico de Socioeconomia
2. Diagnóstico de Elementos Sociocultural: diagnósticos de comunidades quilombolas e povos tradicionais e diagnóstico do Patrimônio Cultural da Região 3
3. Diagnóstico Político-Institucional.

DIAGNÓSTICO DE SOCIOECONOMIA

Uma parte considerável dos danos e demandas de reparação apresentadas pelos atingidos da Região 3 é relativo a aspectos socioeconômicos. O diagnóstico socioeconômico visa produzir conhecimentos sobre o perfil sociodemográfico, a dinâmica social e econômica em que as pessoas e comunidades atingidas estão inseridas, considerando as diversas escalas da vida social e os processos de afetação por danos sociais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem e da interdição do uso e apropriação do rio Paraopeba.

Esses estudos serão desenvolvidos a partir de metodologias quantitativas (por amostragem) e qualitativas e irão não só evidenciar as transformações negativas decorrentes do comprometimento da bacia hidrográfica, mas como apontar as potencialidades em termos de oportunidades de desenvolvimento territorial. Como exemplos das possibilidades já previamente identificadas destacam-se alguns estudos, em caráter específico, com o propósito de direcionar e operacionalizar ações em prol da reparação e da promoção do desenvolvimento territorial, tais como:

- Diagnóstico da cadeia do turismo;
- Diagnóstico da cadeia de atividades agrossilvipastoris;
- Diagnóstico da cadeia da pesca;
- Diagnóstico do componente sociocultural;
- Diagnóstico político-institucional;
- Diagnóstico da dinâmica político-cultural das comissões de atingidos;

Todas as ações diagnósticas e intervenções a serem realizadas junto às comunidades quilombolas no processo de reparação, respeitarão a convenção 169 da OIT, que estabelece a necessidade de construir protocolos de consulta de forma participativa. Tal construção será realizada na etapa emergencial.



Uma breve descrição do escopo desses diagnósticos socioeconômicos são apresentados no Anexo: Pesquisas Diagnósticas, Monitoramento e Avaliação.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

O diagnóstico socioambiental é um instrumento que permite conhecer o patrimônio ambiental de uma comunidade (atributos materiais e imateriais). Possui caráter quantitativo e qualitativo específico para uma dada realidade, revelando sua especificidade histórica e a relação da sociedade com o meio ambiente. Um diagnóstico socioambiental deve ser construído de uma maneira sistêmica, ou seja, considerando as interações entre os elementos (sociais, econômicos, ambientais, culturais, espirituais) da realidade. Este mapeamento permite avaliar sua qualidade ambiental e sua qualidade de vida, além do estabelecimento de indicadores de sustentabilidade.

O conhecimento da realidade, além de ensejar a afirmação da identidade local, é fundamental no processo de construção da cidadania ambiental, uma vez que seus elementos são fundamentais para a tomada de decisão por atores públicos e privados na elaboração de alternativas de transformação no sentido de harmonizar a relação entre as pessoas e destas com a biosfera. Tendo em vista que o meio ambiente é a base da sobrevivência humana, é fundamental a realização de diagnósticos que possam oferecer um panorama das condições ambientais e sociais e que subsidiem a implementação de medidas mitigatórias, reparatórias, compensatórias e de desenvolvimento territorial da Região 3. Nesse sentido, todas as linhas de diagnóstico socioambiental apresentadas neste Plano de Trabalho se baseiam nas primeiras demandas apontadas pelos atingidos da Região 3 durante o Campo de Escuta.

Ademais, ressalta-se que a importância dos diagnósticos abrangendo aspectos físicos e bióticos se baseia na interdependência entre ser humano, água, solo, ar, fauna e flora, concretude essa que se torna mais evidente a partir das consequências sistêmicas e negativas desta tragédia provocada pelo rompimento da barragem da Vale S.A.

Salienta-se que os estudos apresentados nesta seção atendem às especificidades da realidade dos atingidos da Região 3 e, portanto, suplementam as análises feitas por outras instituições, enriquecendo as discussões acerca dos danos causados pelo rompimento da barragem da mina do córrego do Feijão. Ademais, o atendimento integral das demandas dos atingidos implicará na construção, adaptação e implementação de metodologias atinentes às peculiaridades locais, respaldando a participação informada dos atingidos no processo de reparação integral. Embora os objetivos dos estudos a serem realizados pelo NACAB estejam centrados prioritariamente no atendimento às demandas dos atingidos, os resultados dos estudos produzidos pelas diferentes instituições, tais como Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Saneamento do Estado de Minas Ferais (Copsa), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Comitê Técnico-Científico da UFMG, AECOM, Ramboll, entre outras entidades notórias, serão considerados como elementos de referência para análises comparativas, fornecendo o embasamento necessário para formulação de teses, antíteses e, quando couber, sínteses.

Para as comunidades quilombolas, a TI irá, em conjunto com as comunidades, estabelecer os produtos /processos a serem entregues pelo NACAB, incluindo-se a formulação de “Protocolos de Consulta Livre e Informada”, pautados na CONVENÇÃO 169, da ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT).



São apresentados abaixo os diagnósticos e estudos a serem realizados ao longo da execução deste Plano de Trabalho, os quais, como já explicitado, são a tradução das primeiras manifestações dos atingidos apontadas à equipe técnica do NACAB. Entretanto, importante frisar que não se pretende esgotar, com essa apresentação inicial, todas as possibilidades de diagnósticos e estudos que posteriormente podem ser demandados pelos atingidos, o que poderá refletir a dinamicidade das relações socioambientais e a evolução dos danos resultantes do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão.



DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO

Mapeamento do uso socioambiental do território, considerando áreas de proteção permanente, Reservas Legais, unidades de conservação, áreas de produção agrossilvipastoris, áreas de extrativismo de recursos nativos etc.



DIAGNÓSTICO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Levantamento de conflitos relacionados à apropriação de recursos naturais, principalmente relacionados à escassez e uso da água. A elucidação desses conflitos permitirá aos atingidos, com o apoio da equipe técnica do NACAB, pensar soluções para o uso dos recursos naturais de forma sustentável.



DIAGNÓSTICO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Levantamento de variedade e distribuição das espécies que são usadas ou têm potencial socioeconômico de uso ao longo do território. Esses elementos irão fornecer dados de recursos naturais manejados ou que tenham potencial de uso pelos atingidos contribuindo para análise de viabilidade na proposição de alternativas econômicas.



ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E SEDIMENTOS

Levantamento e sistematização de dados secundários de qualidade da água, de sedimentos e de vazão do rio Paraopeba.

Considerando a necessidade de se fazer avaliações comparativas dos cenários “antes” e “depois” da tragédia provocada pela Vale S.A., bem como estabelecer bases comparativas com os dados primários, serão pesquisados estudos e séries históricas de dados de qualidade da água, de sedimentos e de vazões do rio Paraopeba (ex.: IGAM, COPASA, CPRM, ANA etc.). As informações levantadas serão periodicamente compartilhadas e discutidas com os atingidos e demais partes envolvidas.



Estudos regionais sobre disponibilidade hídrica, sistemas e fontes locais de abastecimento de água (passadas, atuais e potenciais), fontes alternativas de água, potencialidades territoriais de produção de água e mapeamento de nascentes e tributários.

Dados os diferentes usos que as comunidades fazem/faziam do rio Paraopeba e/ou outras fontes de água da bacia, serão caracterizadas situações passadas e presentes (“antes” e “depois” da tragédia) de acesso aos recursos hídricos e usos da água por parte das comunidades atingidas, identificando usos possíveis, prejudicados ou comprometidos da água, além do georreferenciamento dos poços artesianos existentes nas propriedades dos atingidos, levantamento e análise das outorgas de uso da água junto ao IGAM, etc. Esses trabalhos serão realizados pela equipe permanente da ATI e, quando necessário, em parceria com consultorias externas, tendo em vista a urgência de se buscar novas fontes de captação de água, sejam para aqueles municípios cujo abastecimento se dava basicamente pelo rio Paraopeba e/ou propriedades ao longo da calha do rio que utilizam suas águas para os mais diversos fins. A disponibilidade hídrica regional ao longo do tempo será também alvo constante de monitoramento. Os estudos serão realizados em campanhas de cobertura da Região 3 e servirão como base para proposição de ações de Desenvolvimento Territorial.

Levantamento dos prejuízos e interrupções de abastecimento de água pós-rompimento.

A Região 3 abrange municípios (ex.: Paraopeba e Pará de Minas) que tiveram suspensas as captações a fio d'água no rio Paraopeba, devido à contaminação da água após o rompimento da barragem B1. Nesse sentido, faz-se necessário tanto o estudo e acompanhamento dos desdobramentos dessas interrupções (ex.: comprometimento sobre a vazão ecológica de outros cursos d'água utilizados como novas fontes de captação de água, rebaixamento do nível do lençol freático devido à perfuração de poços artesianos, etc.), quanto a proposição de alternativas de suprimento de água e as medidas emergenciais a serem adotadas pela Vale S.A. Salienta-se que, a partir do posicionamento dos atingidos, serão propostas medidas que considerem os aspectos socioambientais, garantam o abastecimento a curto, médio e longo prazo e que tenham, ainda, interface direta com o escopo de Desenvolvimento Territorial.

Diagnóstico da capacidade/comprometimento das estações de tratamento de água em operação na ATI Região 3 de fornecer água segura para consumo humano.

Será realizado o mapeamento das estações de tratamento de água (ETAs) para consumo humano em funcionamento na área da Região 3, além do levantamento das condições de operação das mesmas. Complementarmente, será realizada busca de estudos e séries históricas de dados de qualidade da água e de caracterização dessas ETAs. Os resultados desse estudo serão periodicamente compartilhados e discutidos com os atingidos, objetivando a proposição de medidas de reparação integral.

Avaliação de riscos de cheias.

Durante o Campo de Escuta, os atingidos demonstraram preocupação quanto ao comportamento do rio durante o período chuvoso. Frente a isso, devem ser realizados estudos regionais de vazão de



água do rio Paraopeba e seus principais afluentes presentes na Região 3, a fim de se promover o conhecimento quanto ao comportamento deste rio considerando que há material depositado em seu fundo e, com a ocorrência das chuvas, o rio tende a ter sua vazão aumentada, com riscos, inclusive, de extravasamento de material para fora da calha. Considerando a possibilidade de extravasamento, será preciso ainda traçar um plano de ação junto aos atores sociais envolvidos para que outros danos não sejam vividos por estas pessoas e comunidades. Os resultados dessa avaliação subsidiarão os atingidos na tomada de decisões referentes à reparação integral.

Análises de parâmetros físico-químicos e biológicos de qualidade de água e de sedimentos em pontos no rio Paraopeba e afluentes, poços, cisternas, lagoas marginais e reservatórios de água próximos à calha do rio.

Sabe-se que a água foi o bem ambiental mais impactado, uma vez que todo o material advindo do rompimento e aquele que foi sendo acumulado com a passagem da onda de lama pelo caminho, percorreu e se depositou nos leitos fluviais, primordialmente no rio Paraopeba. O rio Paraopeba constitui/constituía fonte de vida para as pessoas que a ele têm/tinham acesso: fonte de abastecimento de água para consumo humano; fonte de alimentos por meio da pesca, fonte de água para produção agrícola (irrigação) e pecuária (dessedentação de animais), e meio de lazer e turismo (inclusive como atividade econômica). Todos estes aspectos foram reforçados pelas pessoas das comunidades atingidas durante os Campos de Escuta e de Devolutiva. Da mesma forma, também durante esses encontros, as comunidades expressaram receios quanto ao uso da água do rio após o acidente, visto que não se conhecem os reais impactos sobre a qualidade da água e os riscos de sua utilização.

A insegurança quanto ao uso da água se estende aos poços, cisternas, lagoas marginais, afluentes e outras fontes próximas ao rio, pois não se sabe se há contaminação a partir do material presente no rio, seja por contato direto ou por percolação pelo solo. Desta forma, torna-se imperioso que as comunidades tenham informações claras sobre a qualidade da água e sobre a segurança da continuidade dos usos dos recursos hídricos a que tinham acesso, seja porque, por receio, as pessoas já se viram compelidas a buscar outras fontes, seja porque, por falta de alternativa, continuam a usar as mesmas fontes.

Há, portanto que se compor um banco de dados robusto sobre a qualidade da água da área afetada, que permita um diagnóstico fidedigno da situação, e que seja ao mesmo tempo confiável aos olhos da comunidade. Assim, é necessário que se tenham dados primários em mãos, isto é, reunidos em programa de monitoramento - coleta de amostras e análises da qualidade da água - realizado por iniciativa e sob a responsabilidade da ATI.

Nas amostras de água coletadas ao longo do Rio Paraopeba e seus afluentes serão realizadas análises para parâmetros especificados na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG N.º 1, de 05 de Maio de 2008. O programa de monitoramento deverá cobrir ainda outras fontes de abastecimento a serem apontadas pela comunidade, cujas análises deverão, essencialmente, verificar a potabilidade da água. Os pontos de amostragem devem ser selecionados em definitivo em conjunto com os atingidos,



mas adianta-se que deverão compor malha representativa de toda a calha do Rio Paraopeba presente na Região 3 e incluirão pontos próximos às comunidades atendidas pela ATI. Pretende-se desta forma perceber a dinâmica da qualidade da água ao longo deste percurso de cerca de 180 km do Rio Paraopeba, identificar usos possíveis, prejudicados ou comprometidos da água, bem como identificar perigos mais imediatos às comunidades usuárias dos recursos hídricos.

Como referido, o programa de monitoramento da qualidade da água deverá cobrir ainda outras fontes de abastecimento a serem apontadas pela comunidade. Prevê-se que a etapa inicial desse programa seja retroalimentadora, ou seja, forneça resultados em termos quantitativos - quais e quantas fontes de água - e qualitativos - que parâmetros monitorar, que nortearão posteriores análises de qualidade da água.

Adicionalmente, devido à deposição no fundo do rio dos rejeitos de mineração provenientes do rompimento e suas contínuas remobilizações, serão necessárias também análises do sedimento na calha do rio. As amostras de sedimento devem ser analisadas, essencialmente, para a detecção de metais. Ainda de acordo com a DN COPAM/ CERH N.º1/ 2008 devem ser realizados ensaios de forma a avaliar: (i) efeito tóxico agudo e crônico a organismos em amostras de água e sedimento; (ii) bioacumulação de metais na biota aquática; (iii) alterações no sistema endócrino de espécies da biota aquática.



SOLO

Levantamento e sistematização de dados oficiais de análises físico-químicas do solo às margens do rio Paraopeba anteriores e posteriores ao rompimento.

Considerando que o rompimento promoveu o carreamento de diversos materiais ao longo de extensos trechos de curso d'água e que não se conhece, até este momento, as proporções de alastramento de possíveis contaminantes para além das áreas intracalha, há que se considerar a necessidade de se conhecer os solos da região, principalmente nas porções das margens do rio Paraopeba, antes e depois do rompimento, tendo em vista ainda a aptidão da Região 3 para atividades agrossilvipastoris. Para tanto, devem ser realizadas consultas às fontes oficiais, dados das instituições de governo e outras que, por ventura, estiverem disponíveis e sejam confiáveis, além de dados advindos de pesquisas, trabalhos científicos e referências bibliográficas sobre o tema para a região.

Com base nas informações que forem levantadas, será possível sistematizar os dados e montar um cenário das condições pedológicas previamente à chegada deste material na Região 3 para que seja possível uma comparação com a situação atual e acompanhamento desta situação ao longo do tempo, com proposição de medidas remediadoras, orientações às comunidades quanto ao uso e manejo da terra, entre outras ações que serão tomadas a medida que se conhece o cenário passado – com os dados prévios disponíveis, e o cenário atual com as coletas, amostragens, análises e pesquisas que serão propostas. Serão iniciadas as consultas, estudos e sistematização tão logo o Plano de Trabalho



seja aprovado e será realizado um acompanhamento dos dados e informações à medida que novos estudos oficiais forem disponibilizados e/ou gerados. Os resultados desses levantamentos serão periodicamente compartilhados e discutidos com os atingidos, objetivando a proposição de medidas de reparação integral.



Levantamento e sistematização de dados oficiais de estações locais de monitoramento da qualidade do ar.

Durante o Campo de Escuta, os atingidos da Região 3 demonstraram preocupação com a qualidade do ar após o rompimento da barragem B1, devido à presença de particulados em suspensão que são provenientes da lama seca tóxica das margens do rio Paraopeba. Além disso, a maior movimentação de caminhões nas estradas de terra que dão acesso às zonas rurais, para atendimento às comunidades com problemas de abastecimento de água após o rompimento, tem resultado também no aumento de particulados, o que é um motivo a mais de preocupação das comunidades atingidas, tendo em vista os efeitos adversos dos poluentes atmosféricos na manifestação de doenças respiratórias crônicas e agudas. Nesse sentido, faz-se necessário o levantamento dos registros de estações de monitoramento da qualidade do ar localizadas nas proximidades da Região 3 e, em caso de existência de séries históricas, avaliar possíveis alterações após o rompimento. O trabalho de pesquisa e sistematização desses dados será realizado pela equipe permanente da ATI, compartilhado periodicamente com os atingidos e correlacionado com os resultados das análises independentes eventualmente realizados por outras instituições.



Levantamento de dados sobre mortandade (pós-rompimento) e diversidade de espécies da ictiofauna no rio Paraopeba (anterior ao rompimento).

De acordo com o Atlas Biodiversidade em Minas Gerais (2005), a bacia hidrográfica do rio Paraopeba apresenta uma alta riqueza de espécies de peixes. Além disso, muitos dos atingidos da Região 3 relataram a realização de atividades de pesca (lazer e/ou comercial) no rio Paraopeba. Assim, com base nessas informações, a equipe permanente da ATI fará levantamentos que permitam traçar análises comparativas com os estudos independentes, com o objetivo de identificar alterações nas comunidades de peixes ao longo da bacia do rio Paraopeba e, se possível, com destaque para o trecho do rio na Região 3 e aquelas espécies de peixes de importância socioeconômica para a população local.

Estudos sobre riqueza e abundância de espécies da ictiofauna no rio Paraopeba.

Devido aos efeitos adversos do rompimento da barragem B1 sobre a ictiofauna, esses estudos têm por objetivo determinar variações na diversidade, ocorrência e distribuição da ictiofauna do rio Paraopeba, tendo como foco a extensão do rio na Região 3 e considerando ainda, a importância econômica local do setor da pesca (lazer e/ou comercial). Para tanto, deverá ser contratada uma consultoria exter-



na que realizará coletas de peixes nas estações chuvosas e secas ao longo do período de execução deste Plano de Trabalho. Os resultados desses estudos serão compilados pela equipe permanente da ATI e compartilhados periodicamente com os atingidos em linguagem clara e objetiva e servirão ainda para a proposição de medidas de reparação integral a serem implementadas pela Vale S.A.



FAUNA TERRESTRE (ANIMAIS DOMÉSTICOS)

Levantamento dos estudos/testes já realizados por órgãos da vigilância/fiscalização agropecuária sobre presença de metais pesados em animais domésticos.

Durante o Campo de Escuta, vários atingidos demonstraram preocupação relativa aos prejuízos à saúde animal que a contaminação da água, solo e ar, proveniente do rompimento, pode acarretar. Além disso, alguns atingidos manifestaram não ter ciência dos resultados dos testes em animais domésticos que já foram realizados por alguns órgãos competentes (ex.: IMA), solicitando à ATI a busca e compartilhamento dessas informações, dada a importância regional na criação de animais destinados à alimentação humana (ex.: pecuária de corte e de leite e avicultura).

Avaliação toxicológica de animais domésticos.

O rompimento da barragem B1 despejou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de lama na bacia hidrográfica do rio Paraopeba, com danos para a segurança hídrica e a biodiversidade. O monitoramento independente do nível de toxicidade nos animais domésticos se faz necessário para atender a uma demanda específica apontada pelos atingidos durante o Campo de Escuta. As análises permitirão traçar um quadro de possíveis focos e níveis de contaminação animal por metais pesados, com reflexos sobre as questões de viabilidade e escoamento da produção agropecuária regional.

A periodicidade, seleção e universo amostral dessas análises devem ser estabelecidas pela consultoria externa independente a ser contratada sob orientação da equipe permanente da ATI e em atendimento às demandas dos atingidos. Os resultados dessas análises serão sistematizados pela equipe permanente da ATI e compartilhados com os atingidos em linguagem clara e objetiva. Da mesma forma que outros estudos propostos, os resultados dessas análises também poderão fornecer mais subsídios para as ações de descontaminação do rio Paraopeba.



FLORA

Levantamento e sistematização dos estudos de contaminantes provenientes do rompimento nos produtos vegetais destinados a consumo humano na Região 3.

Considerando-se os possíveis impactos advindos da percolação do material existente no rio Paraopeba para as margens e outras áreas, há que se considerar a possível contaminação dos produtos vegetais destinados a consumo humano provenientes tanto de culturas agrícolas quanto de formações nativas/naturais. Para tanto, será preciso avaliar o estado em que estas formações se encontram e buscar uma



correlação entre elas e as decorrências do impacto no rio, objeto este que será conhecido a medida que demais estudos e diagnósticos propostos acontecerem.

Os resultados dos estudos sobre esse tema serão sistematizados pela equipe permanente do NACAB e compartilhados em linguagem acessível com os atingidos.

AUDITORIAS E RELATÓRIOS PARA ACOMPANHAMENTO EXTERNO

De acordo com o Termo de Referência, as entidades responsáveis pela assessoria técnica devem prever a realização de auditorias contábil-financeira e finalística, que deverá ser exercida por entidade: (I) externa e independente em relação à entidade escolhida e à Vale; (II) legalmente habilitada no Conselho Regional de Contabilidade para exercício de auditoria externa; (III) ter atuado como auditora externa por pelo menos 05 (cinco) anos; (IV) atuar conforme os regimentos próprios das ciências contábeis. As auditorias se configuram como mecanismo de exame comprobatório relativo às atividades contábeis e financeiras de uma empresa ou instituição, bem como ferramenta de gestão por meio da qual são realizadas conferências com o objetivo de identificar se as ações e os procedimentos adotados por uma determinada empresa estão em conformidade com a legislação em vigor e em conformidade com o escopo de trabalho desenhado e aprovado para execução. Para o caso deste plano de trabalho especificamente, está sendo considerado o cenário de que as auditorias serão todas externas e que, para as auditorias contábeis/ financeiras, já há previsão de gestão pelo Juiz, com indicativo de instituição e mecanismos de realização por parte dele, a serem repassados às instituições que prestarão a assessoria técnica para organização e atendimento.

COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça, no qual serão detalhadas as respectivas atribuições. O NACAB participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.

Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico serão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor base (isto é, sem a incidência de Taxa Administrativa) de cada Plano de Trabalho, denominada “**Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico**”. Caberá ao NACAB transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O caráter multidisciplinar da equipe faz parte da definição da Assessoria Técnica Independente (ATI) conforme a Nota Técnica do Ministério Público (2018):

“uma Assessoria Técnica multidisciplinar destina-se a informar tecnicamente os membros da comunidade, realizando a “tradução” de termos e informações técnicas em linguagem adequada às características socioculturais locais, de forma ampla e qualificada, colaborando com o desenvolvimento de processos participativos na comunidade, permitindo a simetria técnica e compensando a hipossuficiência das pessoas atingidas”.

Ancorados nessa orientação, assumimos como requisito indispensável para a contratação dos profissionais da Equipe Técnica o comprometimento em atuar considerando o contexto histórico e social das famílias assessoradas e o respeito à autonomia dos atingidos e atingidas ao longo do processo de reparação.

Considerando que há um histórico pregresso ao desastre-crime que motivou a contratação dessa Assessoria Técnica Independente com a atuação de atores que se dedicam ao engajamento de públicos diversos para o desenvolvimento sustentável de territórios que fazem parte do escopo de atuação da ATI, o NACAB vislumbrou a oportunidade de somar esforços para co-construir um processo mais participativo, pautado nos interesses dos atingidos e atingidas. Dessa forma, foi construída uma aliança entre algumas entidades que possuem conhecimentos e expertises em áreas que se complementam: NACAB, Insea e Sustentar. A apresentação do NACAB já foi realizada no início deste plano de trabalho. A seguir apresentamos as demais instituições da aliança:

FUNDAÇÃO FACEV DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

A Fundação Facev, com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, instituída em 1998, tem como principal objetivo estabelecer a gestão de projetos e de planos de trabalho, com vistas ao pleno desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição com 94 anos de serviços prestados ao Brasil.



Com integridade, a Fundação objetiva facilitar a execução dos projetos de pesquisa e, principalmente, dos projetos na área de cultura e de extensão. Desde novembro de 2017, a instituição também atua como fundação de apoio à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).



Com intuito de agregar valor ao processo de gestão e aumentar a qualidade técnica da ATI, o NACAB utilizará da expertise da FACEV/UFV no processo de execução de alguns produtos, contratando profissionais e sustentará as relações trabalhistas e administrativas com as organizações do terceiro o setor, sem fins lucrativos, que comporão o corpo de gestão da ATI em parceria com o NACAB.

É importante ressaltar que a Fundação foi revitalizada e atualizada junto à Promotoria Pública no ano de 2016, numa governança colegiada em todos os níveis, permitindo a participação solidária dos colaboradores, sem pessoalidades e em plena observância legal, do Estatuto, do Regimento Interno e demais Regulamentos, especialmente para apoiar atividades institucionais da Cultura, Extensão, Ensino, Artes e Cidadania. Dessa forma, caracterizam-se como apoio para o desenvolvimento da comunidade universitária e demais órgãos autorizados, proporcionando maior interação com a área local e regional, por meio da inovação tecnológica. Com a execução de diversas atividades da UFV e da Epamig, assim como a atuação de diversos setores da Fundação, as quais contribuíram para a instalação e o funcionamento de instituições que fomentem e representem Cultura, Arte e aprimoramento da Cidadania, por meio da promoção e incentivo a festivais, conferências, seminários, cursos, simpósios, exposições e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico. patrimônio histórico e artístico.

INSTITUTO SUSTENTAR

O Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Sustentabilidade, ou Instituto Sustentar, é uma organização não governamental sem fins lucrativos e econômicos, voltada à promoção e implementação, em ambientes rurais e urbanos, do desenvolvimento sustentável e da economia solidária como alternativa econômica.



Dentre as principais ações desenvolvidas pelo Instituto Sustentar estão: planejamento e participação na gestão de espaços naturais protegidos, promovendo a integração social nessas ações, além da realização de estudos e proposição de modelos de convivência equilibrada entre ser humano e meio ambiente. Desde sua fundação em 2006, um dos projetos desenvolvidos pelo Instituto visa à sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, tendo como foco tecnologias sociais baseadas no envolvimento de trabalhadores na manutenção e fortalecimento da autogestão, trabalho coletivo e cooperativo. Esse projeto utiliza a pesquisa-ação com técnicas de participação e mobilização de atores em diagnósticos socioambientais e projetos de desenvolvimento local.

Na região de central de Minas Gerais, especialmente nos municípios de Paraopeba, Caetanópolis e na localidade de São José da Lagoa (Curvelo/MG), o Instituto Sustentar desenvolve o Projeto Minhocuçú. Dados os conflitos socioambientais e institucionais relativos à extração do minhocuçú, o Instituto, por meio de oficinas e uso de metodologias participativas com diferentes atores, têm realizado a formação coletiva do conhecimento que aponta a possibilidade de se adotar o uso sustentado do minhocuçú, diminuindo os problemas socioambientais e fortalecendo o empoderamento comunitário e manejo



adaptativo que auxiliam na implementação de políticas públicas.

Durante o desenvolvimento do Projeto Minhocuçú, foi constatada por comunitários do Quilombo da Pontinha (Paraopeba) a necessidade de alternativas de trabalho e renda no período que os minhocuçus se reproduzem e não devem ser capturados. Assim, foi feito um estudo ecológico participativo com os quilombolas sobre possíveis frutos do Cerrado dentro do território comunitário que pudessem ser utilizados como alternativa de renda. Desta forma, surge o Projeto Pequi que objetiva o extrativismo sustentável do Cerrado e que já teve como resultados a realização de oficinas de capacitação, empreendedorismo e beneficiamento de frutos, com consequente aumento da organização coletiva e renda do grupo produtivo.

Na audiência pública realizada durante o licenciamento ambiental das operações da Mina Córrego do Feijão e expansão da Mina de Jangada localizadas em Brumadinho/MG e pertencentes à Vale S.A., o Instituto apresentou sugestão para que a Vale S.A. apoiasse a realização de um diagnóstico participativo com as comunidades do entorno, objetivando a construção de alternativas de desenvolvimento, visto o caráter não renovável da extração mineral. O diagnóstico avaliaria a viabilidade do turismo sustentável, dada a existência do Inhotim e do Parque Estadual da Serra do Rola Moça que já atraem turistas para a região de Brumadinho.

As ações e metodologias de trabalho adotadas pelo Instituto Sustentar visam o protagonismo e autonomia de grupos e comunidades, sendo esse o principal caminho que acreditamos levar à real soberania de povos que lutam tanto pela transformação socioambiental de seus territórios quanto pela criação de projetos de vida que valorizam o desenvolvimento integral do ser humano.

INSEA

O Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA é uma entidade de assessoria técnica especializada, sem fins lucrativos, de atuação de âmbito nacional, criada em 2001, com sede em Belo Horizonte/MG. Tem como missão promover o desenvolvimento sustentável privilegiando a inclusão social de pessoas e a defesa dos seus direitos.



Atualmente suas ações são desenvolvidas em Minas Gerais, Espírito Santo e Amazonas. O INSEA atua com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de diversas áreas (Direito, Administração, Sociologia, Psicologia, Engenharias, Comunicação, Biologia, História, entre outras). Além da larga experiência na implementação de políticas públicas inclusivas, seu corpo técnico tem expertise em mobilização e condução de reuniões comunitárias, mediação de conflitos, utilização de técnicas lúdicas e educativas, realização de eventos públicos, capacitações e formações, produção de materiais técnicos e pedagógicos, publicações, participação em pesquisas e exposições em eventos nacionais e internacionais para disseminar sua experiência.

Desde a sua origem, o INSEA atua em parceria com universidades do Brasil e do exterior, outras insti-



tuições de pesquisa e entidades técnicas, bem como lideranças locais, buscando produzir, promover e disseminar conhecimentos, sobretudo em torno da temática de Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Economia Social solidária, Reciclagem Inclusiva, Cooperativismo e Associativismo, Tecnologias Sociais e Educação Popular. Todas as ações buscam efetivar políticas públicas específicas e modelos de desenvolvimento territorial que atendam indicadores ambientais, econômico cultural e social, elevando as condições de vida, trabalho, renda, reparação de direitos e preservação ambiental.

Nos últimos anos, O INSEA vem atuando para construir outro modelo de desenvolvimento territorial sem a dependência estrutural da mineração, buscando integrar a defesa dos direitos, as iniciativas de produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (hortas comunitárias), a geração de energias renováveis (óleo de macaúba, óleos de fritura, biogás), a recuperação de áreas degradadas e nascentes, o tratamento do lixo urbano com destinação adequada, o reuso e reaproveitamento, consumo consciente, entre outras iniciativas locais. Este modelo está centrado em novas diretrizes ecológicas, de serviços com forte protagonismo dos atores sociais e na preservação da vida humana e dos ecossistemas.

Nesta Aliança, a premissa é de que se deve aproveitar esses conhecimentos complementares e multidisciplinares de forma distribuída em todos os dez municípios que fazem parte da área de abrangência, sem que o território seja repartido entre essas entidades. A ideia é que haja um compartilhamento das responsabilidades e de compromisso com a transparência, o respeito a autonomia dos atingidos e atingidas e com a metodologia proposta de construção participativa.

A EQUIPE

Com base nesses princípios, apresentamos a seguir a composição profissional em termos da equipe transversal, que irá atender todos os municípios e ficará sediada em BH e as equipes de campo, que ficarão fixas nas bases de Paraopeba, Pará de Minas e Esmeraldas. O organograma da equipe, conforme apresentado, será construído para que a comunidade fique no centro de tomada de decisão. A integração entre áreas temáticas também será central no processo.

Os profissionais escolhidos deverão assinar termo de compromisso no qual se comprometem a atuar com isenção e independência técnica de forma a alcançar o melhor interesse dos atingidos.

Assim, não resta dúvida de que haverá total interesse dos profissionais da Equipe Técnica em corresponder às expectativas das populações da região 3, pois a elas coube o direito de escolha da organização para prestar assessoria e a elas também caberá a decisão de interromper o processo caso esta não esteja atuando conforme os interesses e direitos das pessoas atingidas.

O NACAB ressalta que os processos de seleção dos profissionais seguirão o estabelecido nas Regras de Chamamento e o Regulamento de Princípios, Compras e Contratações (RPCC). Para os cargos em que não há ainda definição do profissional, são apresentados, na tabela anterior, os requisitos necessários à contratação. Para os cargos são descritos as funções principais a serem exercidas.



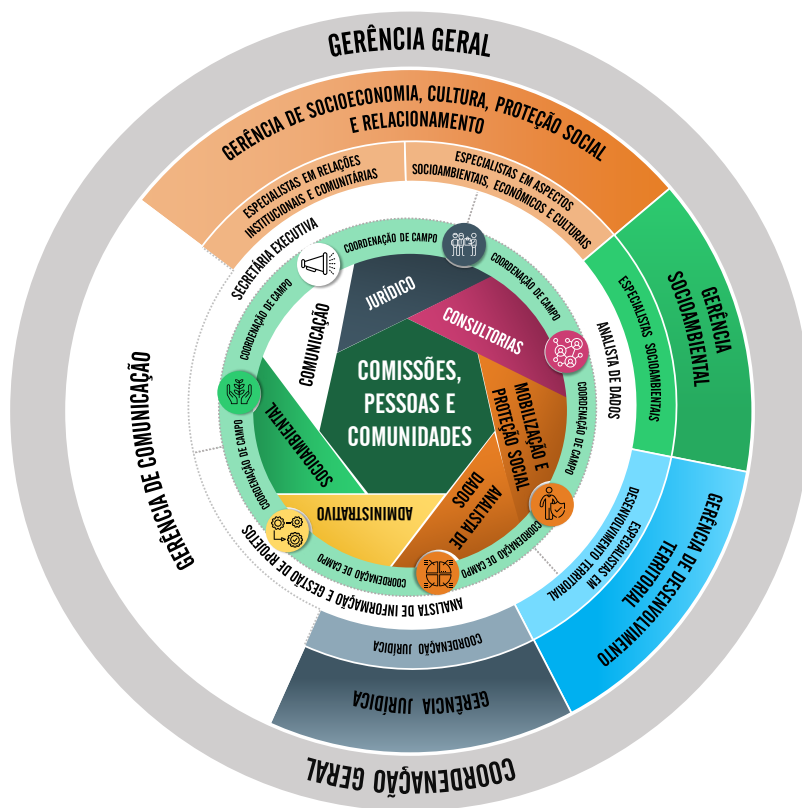


Figura 14: Estruturação Organizacional da Equipe Técnica.



DESCRIÇÃO EQUIPE			
ÁREA	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS CARGOS	FORMAÇÃO
Transversal	1	Coordenação Geral	Pós graduação com mais de 10 anos de experiência em pesquisa, gestão de equipes e projetos da área socioambiental e/ou socioeconômica
Transversal	1	Gerência Geral	
Socioambiental	1	Gerencia Socioambiental	
Socioeconomia	1	Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento	Profissional com ensino superior, desejável pós graduação e experiência de 10 anos ou mais na área de atuação.
Socioeconomia	2	Gerência Desenvolvimento Territorial	
Jurídico	2	Gerência Jurídica	Profissional com ensino superior e pós-graduação, desejável experiência de, no mínimo, 5 anos na área de atuação específica
Social	2	Especialista Sênior em Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento	
Social	2	Especialista Sênior em Relações Institucionais, Comunitárias	
Socioeconomia	2	Especialista Sênior em Desenvolvimento Territorial	
Socioambiental	2	Especialista Sênior em Meio Físico e Biótico	
Jurídico	4	Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	Profissional com ensino superior e experiência de mais de 5 anos na área de atuação específica
Socioeconomia	3	Coordenador de Campo	Profissional com 10 anos de experiência em trabalhos com: conflitos ambientais; mobilização social; coordenação de equipes.
Social	2	Analista Pleno de dados	Profissional das Ciências Sociais ou áreas afins, com 3 anos de experiência
Social	1	Analista Sênior de Gestão da Informação	Profissional das Ciências Sociais Aplicadas ou áreas afins, com 5 anos de experiência ou mais
Social	2	Analista Pleno de apoio à articulação e mobilização	Profissional das Ciências Sociais ou áreas afins, com 3 anos de experiência
Administrativo	1	Secretaria Executiva	Profissional com ensino superior em administração ou áreas afins e experiência de, no mínimo, 5 anos na área de atuação.
Operacional	3	Motorista	Nível Médio
Operacional	4	Serviços Gerais	Nível Médio
Administrativo	3	Administração	Profissional de ensino superior na área de administração ou áreas afins com mais de 5 anos de experiência.
Administrativo	3	Auxiliar Administrativo	Profissional com ensino técnico profissional na área de administração com mais de um ano de experiência.
Operacional	3	Técnico de Informática	Profissional com experiência de 3 anos na área de atuação.
Comunicação	3	Analista Júnior - Comunicação	Profissional com ensino superior e experiência de 2 anos na área de atuação.
Jurídico	25	Analista Sênior - Jurídico	Profissional com ensino superior.
Agrária	4	Analista Sênior - Agrárias	Profissional pós graduado com experiência de mais de 5 anos
Agrária	13	Analista Pleno - Agrárias	Profissional com ensino superior e experiência de mais de 3 anos na área de atuação.
Social	4	Analista Sênior - Ciências Sociais	Profissional pós graduado com experiência de mais de 5 anos
Social	21	Analista Pleno - Ciências Sociais	Profissional com ensino superior e experiência de 3 anos na área de atuação.
Social	3	Analista Júnior - Ciências Sociais	Profissional com ensino superior e experiência de 2 anos na área de atuação.
Socioeconomia	3	Analista Sênior - Socioambiental	Profissional com ensino superior e experiência de 5 anos na área de atuação.
Socioeconomia	8	Analista Pleno - Socioambiental	Profissional com ensino superior e experiência de 3 anos na área de atuação.
REF	3	Analista Júnior - Socioambiental	Profissional com ensino superior e experiência de 2 anos na área de atuação.
Proteção Social	3	Analista Sênior - Proteção Social	Profissional pós graduado com experiência de mais de 5 anos
Proeção Social	10	Analista Pleno - Proteção Social	Profissional com ensino superior e experiência de 3 anos na área de atuação.
Proteção Social	2	Analista Júnior - Proteção Social	Profissional com ensino superior e experiência de 2 anos na área de atuação.
Socioambiental	3	Analista Sênior - Ambiental	Profissional pós graduado com experiência de mais de 5 anos
Socioambiental	5	Analista Pleno - Ambiental	Profissional com ensino superior e experiência de 3 anos na área de atuação.



EQUIPE DE ATUAÇÃO TRANSVERSAL: COORDENAÇÃO GERAL E GERENTES

A equipe de atuação transversal serão executadas a partir da contratação de profissionais com expertise, também com experiência comprovada, compatível com a exigência de cada atribuição. Em decorrência da amplitude da Região 3, a gerência e comitê gestor irão trabalhar de forma articulada e transversal ao trabalho das equipes técnicas exclusivas ao campo. A complexidade do processo de reparação justifica uma equipe produtora de inteligência por temática de ação, reduzindo a demanda por consultorias especializadas para a realização do trabalho. A experiência da equipe em outros processos de reparação indica que a qualidade da assessoria técnica aumenta na medida em que se internaliza e fideliza a produção de inteligência investida nos processos de conhecimento da realidade social, de formação participativa de projetos e de programas de desenvolvimento.

A fim de garantir um acesso facilitado aos demais atores envolvidos no processo de reparação, tal como as Instituições de Justiça, a 6ª Vara da Fazenda Pública e da Vale S.A, e também de serviços de natureza diversa e recursos humanos de alta qualificação, a coordenação geral, gerentes e coordenadores e analistas ficaram sediados no Escritório Gerencial em Belo Horizonte, capital do estado que mantém uma distância de 100 Km de Paraopeba, 84 km de Pará de Minas e 57 km de Esmeraldas. Apesar da base ser em BH, atuarão de forma ativa e transversal junto à equipe de campo e comunidades, comissões e pessoas atingidas. Serão contratados em regime de CLT, em função de confiança, uma vez que as funções requerem maior flexibilidade em sua execução em relação à trânsito e horários com demanda diurnas e/ou noturnas. Os profissionais, de perfil coordenativo, devem estar em plena sintonia e trânsito com os Escritórios Centrais e territórios atingidos.

Conforme organograma apresentado, as equipes de atuação transversais serão organizadas em 2 níveis hierárquicos;

- Comitê gestor
- Gerências de área

É importante ressaltar que o modelo de governança da ATI ainda será definida em um processo de construção coletiva e contará com a contribuição das comunidades, na medida do possível.

COORDENAÇÃO E GERÊNCIA GERAL

Descrição das atividades:

- Coordenar e articular as equipes, todos os trabalhos e todas as entregas dos produtos previstos;
- Promover a articulação interinstitucional e participar de reuniões com comunidades, poder público, empreendedores, grupos e comunidades atingidas;
- Participar da capacitação, planejamento e avaliação periódica do trabalho das equipes técnicas.



Profissionais Responsáveis:

Luiz Eduardo Ferreira Fontes.

Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pró-Reitor de Administração da UFV (2001-2004); Chefe do Departamento de Solos da UFV (1992-1998) Presidente da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (1995-1997). Possui Doutorado e Mestrado em Solos também pela UFV. Especialização em Sensoriamento Remoto pela UNESP e Graduação em Agronomia pela UFV. Tem larga experiência em coordenação de projetos no setor público, privado e ONGs. Tem expertise recente (2018-2019) em duas Assessorias Técnicas Independentes a atingidos: na bacia do Rio Doce, com os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, como Consultor do Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini, e em Conceição do Mato Dentro, como Coordenador Geral da ATI 39, que o NACAB desenvolve com atingidos pela mineração da Anglo American. Entre os anos de 2008 – 2011 foi membro do COPAM-MG, Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata/MG. Entre os anos de 2008 – 2011 foi membro da Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB) do COPAM-MG. De 2007 a 2011 foi presidente do Conselho Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) de Viçosa/MG. Em 2012 atuou como Assessor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Muriaé. Fundador e Sócio Majoritário das empresas Fontes Meio Ambiente Ltda e Agromídia Software Ltda. Também fundou a ONG/OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos. Coordenou programas voltados para Educação Ambiental e projetos de plano de manejo para Unidades de Conservação. Atualmente trabalha com Gestão Ambiental Municipal como Consultor, Capacitador e Pesquisador do tema. Autor de dezenas de publicações, entre livros, cartilhas, CDs e DVDs e do livro “Manual (Prático) de Gestão Ambiental Municipal – Em Busca de Cidades Sustentáveis”.

Francisca Schaich Prates.

Mestre em Ciências da Educação pela UFMG, licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Iniciou sua trajetória profissional como consultora, em 2002, nas áreas de segurança pública, educação e cultura. Atuou como consultoria no Ministério da Educação, como Professora Substituta de Sociologia da Educação na FAE-UFMG, pesquisadora do Museu de Artes e Ofícios, Ouvidoria de Polícia, e CEDEPLAR/UFMG. Em 2007 sua trajetória se voltou ao mercado, à gestão socioambiental de grandes empresas, institutos e fundações empresariais, onde trabalhou como analista de negócios sustentáveis da PwC – Chile. Entre 2010 e 2017 trabalhou como coordenadora de projetos em consultorias, onde atuou em vários projetos de grande porte de mineração, siderurgia, energia eólica e logística. Em 2016 fundou a Troca Gestão Social, empresa onde diversificou sua atuação, assessorando OSCs no desenvolvimento de captação de recursos, monitoramento de processos e implantação de negócios de impacto. Na TROCA qualificou sua trajetória como consultora em processo de gestão de crise, gestão social em territórios atingidos por crimes ambientais e negociação de conflitos. Atuou em processo em 100% dos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão e no contexto do conflito ambiental de Conceição do Mato Dentro.

Suas principais competências: desenho e implantação de desenvolvimento socioeconômico, mapeamento e engajamento de comunidades, gestão de projetos socioambientais, desenvolvimento de me-



todologias e procedimentos de treinamentos e capacitação de pessoas, confecção de sistema de indicadores-chaves para a gestão social, desenho e implantação de política de investimento social privado, estruturação e realização de diagnósticos socioeconômicos, socioambientais e organizacionais, gestão de crise, articulação e mobilização comunitária e desenhos de estratégias para reparação integral de danos.

COMITÊ GESTOR

O Comitê gestor terá a função de coordenação geral da ATIR3 do Nacab e será composto pelos profissionais responsáveis pelas Gerências Temáticas.

Descrição das atividades:

- O Comitê Gestor terá a função de apoiar a coordenação geral e a gerência da ATIR3 do Nacab e será composto pelos profissionais responsáveis pelas Gerências Temáticas.
- Coordenar e articular as equipes, todos os trabalhos e todas as entregas dos produtos previstos;
- Promover a articulação interinstitucional e participar de reuniões com comunidades, poder público, empreendedores, grupos e comunidades atingidas;
- Participar da capacitação, planejamento e avaliação periódica do trabalho das equipes técnicas.

GERÊNCIAS TEMÁTICAS

As gerências serão subdivididas em 5 áreas temáticas e 7 profissionais. Dentre as funções que exercerão as principais, são: i) suporte técnico das equipes de analistas, tanto os locados em BH, quanto em campo.

GERÊNCIA DE SOCIOECONOMIA, CULTURA, PROTEÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Orientar as coordenações temáticas de aspectos socioambientais, proteção social e Relações Institucionais e Comunitárias.
- Acompanhar todos os produtos e entregas da área.
- Definir junto às coordenações, as estratégias de atuação e do monitoramento e avaliação das ações da área.
- Promover formações e capacitações em temáticas da área.



Profissionais Responsáveis:

Frederico Magalhães Siman

Cientista Social (PucMinas, 2011), especialista em Estudos e Avaliação de Impactos Ambientais em Mineração e Grandes Empreendimentos (PucMinas, 2015), mestre pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ, 2015), doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (UFV). Desde 2010 desenvolve pesquisas acadêmicas socioambientais, por meio de metodologias qualitativas variadas, publicando artigos e trabalhos científicos sobre as seguintes temáticas: agricultura familiar e camponesa, integração entre agricultura e indústria, conflitos socioambientais e grandes empreendimentos, povos e comunidades tradicionais, mudança agroambiental. É consultor em políticas de patrimônio cultural, em especial de natureza imaterial, desenvolvendo pesquisas e estratégias de valorização e salvaguarda para manifestações e celebrações populares diversas. Desde 2015 atua como consultor ambiental em estudos e avaliação de impactos ambientais de grandes empreendimentos, planejamento e gestão socioambiental e análises de conflitos ambientais. Nos últimos anos tem se dedicado a consultorias para o terceiro setor focadas em denúncias de violações de direitos humanos e ambientais pelas atividades minerárias e em processos de reparação que envolvem Assessorias Técnicas Independentes. Coautor do “Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero Aquífero de Minas Gerais”, publicado pelo MovSam em 2018, e co-coordenador do Dossiê “Conflitos ambientais e violações dos direitos humanos em contexto de grandes empreendimentos”, publicado pela Rever/UFV. Atualmente é consultor parceiro da Troca Gestão Social.

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - 2 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Coordenar e elaborar as estratégias de intervenção nos territórios visando construir com as comunidades atingidas novas estratégias para promover a transição econômica;
- Capacitar as equipes técnicas locais quanto às estratégias de atuação, com construção do planejamento estratégico, monitoramento das ações desenvolvidas, resultados e prognósticos de intervenção local;
- Promover o diálogo interinstitucional articulando diferentes atores locais, gestores públicos, centros de pesquisa, instituições de fomento, entre outros, para construção de proposições e cooperação junto às comissões e comunidades atingidas;
- Realizar a coordenação do trabalho de campo relacionada às ações de desenvolvimento territorial nos municípios do território 03.
- Subsidiar com informações técnicas do território o trabalho das diferentes comissões e equipes de intervenção local sustentável dos territórios.



- Produzir informações acerca das iniciativas locais e do andamento do projeto.

Profissionais Responsáveis:

Luciano Marcos Pereira da Silva

Graduado em comunicação social/jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH, possui especializações de “Desenvolvimento local territorial com ênfase em gênero, gestão de organizações sociais, mobilização social, economia solidária e cooperativismo, antropologia aplicada”. Atua como consultor técnico das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Brasil, consultor técnico de projetos de desenvolvimento da Agência de cooperação Internacional DKA-Áustria no Brasil e América Latina, pesquisador do tema da economia da funcionalidade e cooperação em colaboração com o Laboratório ATEMIS da Escola de Economia Paris I da França. Como educador social, atua há mais de 25 anos junto às Comunidades indígenas, Grupos comunitários, juventude, comunidades atingidas por desastres ambientais ou perda territorial. É um dos criadores do ORIS – Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária, atuando na promoção da cooperação acadêmica com entidades de assessoria técnica. Participa como delegado convidado do Fórum Mundial de Responsabilidade da Região Hauss Der France, responsável coordenação da transição econômica. Junto ao INSEA atua na como coordenador de projetos e equipes.

Irla Paula Stopa Rodrigues

Bióloga, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Consultora e pesquisadora nas áreas de Sustentabilidade, Economia Solidária, Tecnologias Sociais e da metodologia da Pesquisa-Ação. Atua em projetos de desenvolvimento local sustentável, particularmente no apoio da sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários relacionados ao extrativismo e manejo de recursos naturais. Pesquisadora do “Projeto Minhocucu”, realizado em parceria entre Instituto Sustentar e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nas linhas de diagnóstico socioeconômico, socioambiental e pesquisas ecológicas. Consultora nas diversas linhas do “Projeto Pequi”, realizado pelo Instituto Sustentar em parceria com o laboratório de Sistemas Socioecológicos da UFMG, o Instituto, Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM), realizando atividades de pesquisa ecológica, pesquisa na área socioambiental, facilitação de reuniões, moderação de conflitos, captação de recursos, mobilização comunitária e construção de metodologias participativas de pesquisa. Assessoria técnica da ONG Casa de Gentil Cultura & Convívios no projeto “Construindo o Futuro” atuando na busca por alternativa de renda por meio da oferta de cursos de capacitação para jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Atuação em projetos de educação ambiental formal e não formal prestando consultorias para a UFMG e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio - Floresta Nacional de Paraopeba), incluindo a produção de materiais visuais. Apresenta experiências em ações relacionadas à gestão de áreas protegidas, sistemas socioecológicos, manejo e gestão adaptativa e participativa de recursos naturais, ferramentas participativas e outras áreas relacionadas à conservação da natureza. Consultora da empresa Bicho do Mato Meio Ambiente na construção da elaboração do “Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Ter-



restre do rio Doce”. Consultora da Fundação Biodiversitas no projeto “Planejamento Sistemático da Conservação e da Restauração da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos dos Biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica em Minas Gerais”, desenvolvido pelo consórcio denominado “Consórcio Áreas Prioritárias Minas Gerais” e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

GERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Propor, planejar e acompanhar os estudos e diagnósticos ambientais a serem realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho;
- Coordenar e orientar a Coordenação Temática de Meio Físico e Biótico;
- Orientar a Coordenação Temática de Meio Físico e Biótico quanto à capacitação da equipe técnica da área socioambiental;
- Elaborar relatórios técnicos finais das atividades realizadas pela Coordenação Temática de Meio Físico e Biótico e equipe técnica da área socioambiental;
- Articular junto a órgãos ambientais, instituições de justiça e Vale S.A. a proposição e execução de medidas de reparação socioambiental;
- Analisar os estudos ambientais relativos à Região 3 a serem realizados por outras instituições, tais como aqueles oriundos do Comitê Técnico Científico da UFMG;
- Planejar, juntamente com a equipe de campo, a metodologia de compartilhamento com os atingidos dos resultados de estudos do meio físico e biótico e propostas de reparação ambiental apresentadas pela Vale S.A.;
- Articular, com outras coordenações de eixos deste Plano de Trabalho, ações e propostas em prol dos atingidos, tendo em vista a reparação integral dos danos;
- Participar, de reuniões com a Vale S.A. e instituições de justiça, cujas pautas estejam direcionadas à reparação ambiental.

Profissional Responsável

Adriana Assunção de Carvalho.

Formada em Ciências Biológicas/Licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela mesma universidade. Atualmente é analista ambiental no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, atuando em atividades de mobilização social e educação ambiental. Foi professora-formadora do pro-



grama “Escola da Terra” de formação continuada de professores de classes multisseriadas de escolas do campo e orientadora de aprendizagem da turma de Ciências da Vida e da Natureza da Licenciatura em Educação do Campo - FAE/UFMG. Coordenou o subprojeto “Manuelzão vai à escola” do Projeto Manuelzão/UFMG que desenvolve atividades de educação ambiental na bacia do rio das velhas. Coordenou o projeto “Água Limpa para Todos” que promove ações de conservação de nascentes, educação ambiental e saúde coletiva no bairro Água Limpa - Itabirito/MG. Foi coordenadora do projeto “Construindo o Futuro” que visava à geração de alternativas de renda para jovens em condição de vulnerabilidade socioeconômica no município de Raposos/MG. Possui experiência em trabalhos de cunho socioambiental, atuando pelo Instituto Sustentar no Projeto Pequi que tem como proposta o extrativismo sustentável do Cerrado na comunidade quilombola de Pontinha (Paraopeba/MG).

GERÊNCIA JURÍDICA - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Exercer a Coordenação Jurídica dos trabalhos da ATI;
- Elaborar pareceres quando necessário;
- Liderar as interlocuções com os órgãos e representantes do Ministério Público, Instituições de Justiça e área Jurídica da Vale;
- Coordenar a equipe que vai realizar o acompanhamento de atingidos em processos de negociação, estipulando as diretrizes dos atendimentos;
- Coordenar e orientar o trabalho do gerente jurídico e do coordenador jurídico de campo;
- Definir as soluções e forma de atuação para as demandas coletivas e difusas;
- Definir estratégias internas de atuação da equipe jurídica no acompanhamento das negociações individuais dos atingidos;
- Definir, juntamente com as demais coordenações, estratégias gerais de atuação para a ATI na busca de reparação integral aos danos individuais, coletivos e difusos.

Profissionais Responsáveis:

Leonardo Pereira Rezende

Advogado, Mestre em Extensão Rural pela UFV e Professor da Pós-Graduação do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Viçosa e da Fadileste no curso Direito e Política Ambiental. Entre os anos de 2003 a 2008 foi Professor de Direito Ambiental da UNIPAC (Campus Ubá). Tem expertise recente (2018-2019) em duas Assessorias Técnicas Independentes a atingidos: na bacia do Rio Doce, com os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, como Assessor Jurídico do Centro Rosa Fortini e em Conceição do Mato Dentro, como Coordenador Jurídico da ATI 39, que o NACAB desenvolve



com atingidos pela mineração da Anglo American. Atuou como assessor jurídico do Deputado Federal César Medeiros de janeiro de 2003 a janeiro de 2007 e do Deputado Estadual Padre João Carlos Siqueira de fevereiro de 2007 a agosto de 2007. Possui larga experiência como assessor jurídico de diferentes municípios. Atua como advogado em licenciamentos ambientais de barragens hidrelétricas na defesa das populações e municípios impactados. Entre os casos de atuação podem ser citados: UHE Risoleta Neves (Candonga), PCH Fumaça, Cachoeira Escura, PCH Cachoeira Grande, PCH Aiuruoca dentre outras.

José Ignácio

José Ignácio Esperança Fonseca, também assessor jurídico do Nacab, é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa e inscrito na OAB/MG, sob o nº 158.690. É pós-graduando em Direito Processual Civil e especialista em Direito Ambiental, atuando na assessoria de comunidades atingidas por empreendimentos ambientais. Atualmente presta assessoria jurídica a atingidos por mineração em Teixeira-MG e Conceição do Mato Dentro-MG, ambas através do NACAB, atuando judicial e extrajudicialmente para combater os danos individuais, coletivos e difusos nestas comunidades.

ESPECIALISTAS, ANALISTAS E COORDENAÇÕES

Como apoio às gerências serão contratados especialistas, analistas e coordenadores para cada uma das áreas temáticas. Estes profissionais serão locados em Belo Horizonte, contudo atuarão de forma ativa e transversal junto à equipe de campo e comunidades, comissões e pessoas atingidas. Serão contratados em regime de CLT, em função de confiança, , uma vez que as funções requerem maior flexibilidade em sua execução em relação á trânsito e horários com demanda diurnas e/ou noturnas. A seguir descrevemos a quantidade de profissionais e a descrição de suas atividades:

ESPECIALISTA EM COMUNICAÇÃO - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Cuidar da uniformidade da identidade visual e de imagem da ATI.
- Definir os modelos gráficos e de linguagem dos produtos a fim de garantir a qualidade.
- Elaborar, junto à equipe, as estratégias de comunicação comunitária, prezando sempre pela importância da compreensão dos atingidos e atingidas de tudo o que for produzido pela ATI
- Criar tecnologias sociais que possam facilitar as relações de comunicação entre todos os atores envolvidos.



ESPECIALISTA SÊNIOR DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS — 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Acompanhar e dialogar com a equipe técnica envolvida em levantamento de dados primários e secundários sobre danos e aspectos socioambientais, econômicos e culturais dos grupos e comunidades atingidas.
- Elaboração de pareceres técnicos e outros produtos estratégicos que possam subsidiar as negociações e atendimentos dos atingidos e atingidas.
- Dialogar com o Comitê Técnico-Científico da UFMG em matéria de estudos e relatórios técnicos das áreas socioambiental, econômica e cultural.
- Propor e realizar formações em matéria de aspectos socioambientais, econômicos e culturais.

ESPECIALISTA SÊNIOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIAS – 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Elaborar as estratégias de abordagem dos atores institucionais.
- Orientar os coordenadores das equipes de campo e analistas responsáveis pela interação com atores institucionais.
- Articular as comissões de atingidos e outros atores institucionais em encontros de construção de estratégias de negociação e pleitos.
- Apoiar a gerência de comunicação na supervisão dos técnicos de comunicação dos escritórios de campo.

ESPECIALISTA SÊNIOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL — 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Construir instrumentais metodológicos de abordagem, estudos e pesquisas para intervenção local para promoção de desenvolvimento econômico;
- Desenvolver estudos e pesquisas de viabilidade econômica de diferentes cadeias produtivas das comunidades, com proposição de novas alternativas econômicas de geração de trabalho e renda, preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas, melhoria das condições de vida dos atingidos;



- Promover iniciativas locais que despertem a capacidade dos indivíduos e comunidades para tornar efetivos o uso dos recursos a eles destinados.
- Construção de projetos de desenvolvimento local, com estudos de viabilidade econômica das iniciativas, estratégias de implementação e de fortalecimento do empreendedorismo;
- Promover estudos de proposições e integração de políticas públicas que garantam o desenvolvimento local territorial a partir dos eixos de intervenção.
- Construir de forma participativa propostas de projetos locais de desenvolvimento econômico e de mitigação dos danos ambientais na bacia hidrográfica do rio Paraopeba.



ESPECIALISTA SÊNIOR EM MEIO FÍSICO E BIÓTICO - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Compilar os estudos e diagnósticos ambientais a serem realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho;
- Orientar equipe de campo da área socioambiental;
- Elaborar relatórios técnicos parciais das atividades realizadas pela equipe técnica da área socioambiental;
- Planejar ações de campo a serem executadas pela equipe da área socioambiental;
- Capacitar a equipe técnica da área socioambiental quanto às estratégias de atuação, com construção do planejamento estratégico e monitoramento das ações desenvolvidas e resultados;
- Acompanhar os estudos ambientais relativos à Região 3 a serem realizados por outras instituições;
- Compartilhar periodicamente com os atingidos os resultados dos estudos e diagnósticos ambientais e propostas de reparação ambiental apresentadas pela Vale S.A.





ANALISTA SÊNIOR DE GESTÃO DE PROJETOS E DA INFORMAÇÃO — 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Gerenciar o processo de gestão de informação intra-equipe, com a finalidade de garantir a transparência, equidade e uniformidade do processo e do tratamento das informações.
- Definir formas de gerenciamento de dados.
- Elaborar treinamentos para desenvolver as habilidades de gestão de dados e informações pela equipe, em forma de manuais e treinamentos presenciais.



ANALISTAS PLENO DE APOIO À ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Apoiar a Gerência de Socioeconomia, Cultura, proteção Social e Relacionamento na criação e aperfeiçoamento de metodologias de mobilização social.
- Desenvolver facilitações de reuniões
- Atuar no relacionamento com a Vale em campo.
- Estabelecer relacionamento com instituições OSCs e Instituições públicas.
- Apoiar coleta e tratamento de dados.



ANALISTAS PLENO DE DADOS — 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades :

- Coordenar a equipe de analistas de dados de campo, desenvolvendo metodologias e ferramentas para levantamento de dados primários e secundários.
- Compilar e analisar dados primários e secundários produzindo banco de dados;
- Elaborar relatórios analíticos de forma a subsidiar as demais equipes na definição de ações.





COORDENAÇÃO JURÍDICA - 4 PROFISSIONAIS

- Analista diretamente, sob orientação da coordenação jurídica geral, o trabalho dos analistas jurídicos de campo;
- Elaborar pareceres quando necessário;
- Comparecer em reuniões com representantes do Ministério Público, Instituições de Justiça e área Jurídica da Vale quando solicitado pela Coordenação Jurídica Geral;
- Estar presente diretamente, nos três núcleos de atuação da ATI, para supervisão dos trabalhos e repassar todos os andamentos para a Coordenação Jurídica Geral;
- Centralizar e organizar as demandas jurídicas individuais e coletivas advindas dos 03 núcleos de atuação de ATI;
- Definir, em conjunto com os a equipe de campo, as soluções e forma de atuação para as demandas individuais;
- Fazer relatórios periódicos de suas atividades e repassar para a Coordenação Jurídica Geral.
- Coordenar e supervisionar, sob orientação da gerência, o trabalho dos advogados que farão os atendimentos jurídicos em campo;
- Definir, em conjunto com o Gerente Jurídico, as soluções e forma de atuação para as demandas individuais;
- Repassar as estratégias e orientações do Gerente Jurídico para os advogados sob sua supervisão;
- Fazer relatórios periódicos de suas atividades e das atividades dos advogados a ele vinculados, e repassar para o Gerente Jurídico.



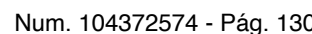
APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA

O cronograma apresentado foi organizado de acordo por produtos que serão entregues pela assessoria em cada uma das etapas previstas para o trabalho: ações preparatórias, ações emergenciais, ações permanentes e ações transversais. O formato de entrega destes produtos pode variar, o que também será descrito na planilha abaixo. Ressaltamos que os cronogramas de alguns produtos são estimados e poderão ser revistos ao longo do processo, de acordo com as negociações realizadas, principalmente os produtos de comunicação, estudos e pesquisas.

Vale ressaltar que os produtos apresentados estão classificados por responsável, ou seja, quando são internos significam que serão produzidos exclusivamente pela equipe interna da assessoria. Quando são mistos, significa que serão produzidos pela equipe técnica interna com apoio de consultores externos e, quando são externos, significa que serão produzidos exclusivamente por equipes de consultores externos e a equipe interna fará o gerenciamento do processo de construção.



Tabela 12 : Cronograma dos produtos a serem entregues pela ATI em cada uma das etapas de trabalho previstas.

[illegible]

[illegible]



APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

Conforme apresentado no corpo do texto deste Plano de Trabalho, o orçamento foi dimensionado e projetado a partir de três elementos que o justificam e sustentam:

Número de pessoas a serem atendidas pela ATI. A equipe construiu modelagens para estimar o número de pessoas a serem atendidas. Os estudos foram construídos a partir de imagens de satélite para levantamento de edificações e estudos qualitativos junto às comissões de atingidos, ambos descritos no corpo do PTr.

Resultado: 14.410 pessoas

População da Região 3: 260 mil pessoas.

Dimensão e complexidade do território de abrangência. Estudos espaciais e demográficos embasaram as escolhas relacionadas à infraestrutura e logística. Os dados podem ser lidos no corpo do plano de trabalho, mas ressaltamos alguns:

Extensão da Região 3: 3.895.477 Km²

Extensão Considerada da Calha do Rio Paraopeba: 180km

Diversidade e quantidade de danos mapeados na Região 3. Estudos diagnósticos junto às comunidades revelaram a complexidade e diversidade dos danos causados pelo rompimento da barragem no modo de vida das pessoas, famílias, comunidades, visto ser esta uma região que possui uma variedade considerável de públicos, perfis econômicos e uso da terra.

Equipe necessária para um atendimento de qualidade. Com base em experiências em projetos de assessoria técnica anteriores, e diante da multidisciplinaridade das frentes de trabalho, entende-se que faz necessário um corpo técnico quantitativamente robusto e altamente qualificado.

SUGESTÕES PARA NEGOCIAÇÃO (GATILHOS)

Embora a equipe tenha tido contato com o território em três ocasiões e estudado o território multidisciplinarmente, entendemos que podem existir erros de dimensionamento, principalmente no que concerne à demanda de RH, logística, materiais e estudos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da ATI. Devido a dificuldades de definição do público-alvo, embora a previsão orçamentária esteja estruturada para atender 14.410 pessoas inicialmente, a contratação da equipe fixa se dará de forma gradual do 1º a 6º mês de atuação do NACAB, quando se pretende chegar próximo à integralidade do atendimento, a ATI possa realizar as ações emergenciais e, concomitantemente, redimensionar suas demandas de RH, materiais e infraestrutura, o que possibilitará um ajuste do orçamento, seja para mais ou para menos.



Sugerimos que ajustes possam ser realizados caso se identifique um aumento no número de pessoas atendidas inicialmente estimadas. É provável que a quantidade de atendidos na Região 3 aumente ao longo do processo de reparação. Para projeção desta ampliação optou-se por trazer dados reportados ao Nacab de uma experiência recente de ATI na bacia do rio Doce, especificamente, o caso do Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini, que atende os municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Distrito de Ponte Nova) desde outubro de 2018. Na experiência desta assessoria, a previsão estabelecida em contrato com a Fundação Renova era de atendimento a 650 famílias. Todavia, atualmente, o atendimento é exercido a aproximadamente 2.000 famílias, o que representa um acréscimo de 200,7% à previsão inicial.

Compreendemos que existem ressalvas importantes quanto à comparação do processo de reparação no desastre da Samarco, na bacia do rio Doce, e do que irá se desenvolver no contexto do desastre da Vale, na bacia do Paraopeba, no entanto, os dados relativos ao trabalho do Centro Rosa Fortini evidenciam a provável ampliação do público alvo, o que nos imputa a responsabilidade de considerá-lo para efeito de ajustes orçamentários ao longo do trabalho de assessoria.

Desta forma, sugerimos que, se ao longo do trabalho, acontecer um aumento de 15% no número de pessoas atendidas, as partes deverão redimensionar o escopo e orçamento.

Outro ponto de negociação possível são os estudos técnicos específicos, que deverão ser escolhidos e validados pelas partes que governam a reparação. Apresentamos aqueles que consideramos fundamentais ao desenvolvimento do escopo da ATI que sustentarão a construção de conhecimento sobre os danos e suas consequências sociais, culturais, políticas e ambientais.

ORÇAMENTO

O orçamento proposto para o Plano de Trabalho está apresentado de acordo com as diretrizes e modelos indicados pelas Instituições de Justiça.

- 1. Orçamento Global.**
- 2. Custo Global Resumido por Município.**
- 3. Custos com Recursos Humanos**
- 4. Produtos e Consultorias.**
- 5. Valores de Infraestrutura e Custeios**
- 6. Custos com Comunicação.**
- 7. Composição da Taxa de Administração**
- 8. Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico**
- 9. Desembolso Semestral**

As planilhas estão apresentadas a seguir:



ORÇAMENTO GLOBAL

O valor total da Assessoria Técnica a ser realizada pelo Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens à população do território 3 é de R\$ 119.307.556,15 (Cento e dezenove milhões, trezentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).

R\$ 8.279,50 (Oito mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) é o custo da assessoria técnica por cada um dos 14.410 atingido pessoas atingidas (estimativa.)

O valor inclui as despesas com pessoal técnico e administrativo, equipamentos e material de consumo, bem como todos os encargos previdenciários, trabalhistas, tributários incidentes sobre a prestação dos serviços e toda a logística da viagem a ser realizada, incluindo deslocamentos, alimentação e hospedagem.

ORÇAMENTO - TOTAL GERAL	
	VALOR GERAL
Total	R\$ 102.322.089,32
Taxa de Administração (10%)	R\$ 10.232.208,93
Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	R\$ 6.753.257,90
Total Geral	R\$ 119.307.556,15

Conforme orientação das Instituições de Justiça, os quantitativos e seus respectivos custos unitários e globais são estimativas, uma vez que a demanda e dinâmica do processo de reparação não são 100% previsíveis. Sendo assim, ressaltamos que o cronograma de desembolso dos valores apresentados devem ser respeitados de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado em anexo.



QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO GLOBAL				
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIA, REUNIÕES ASSEMBLEIAS				3.117.600,00
1. Reuniões Comunitárias e Assembleias	Atividade	1.350	2.309,33	3.117.600,00
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS				12.915.619,70
Diagnósticos Socioeconomia Emergencial	Mês	1	490.000,00	490.000,00
Coordenação Acadêmica Ambiental	Mês	30	18.000,00	540.000,00
Diagnóstico Institucional	Estudo	1	30.000,00	30.000,00
Gestão Administrativa FACEV/UFV	Mês	48	44.440,00	2.133.120,00
Diagnóstico Socioeconomia - Censo 5.000 edificações (valor complementar à equipe interna)	Estudo	1	1.815.000,00	1.815.000,00
Diagnóstico Componente Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural da Região 3	Estudo	1	230.000,00	230.000,00
Diagnóstico de Viabilidade de Projetos de Desenvolvimento Territorial	Estudo	30	50.000,00	1.500.000,00
Construção de Alternativas Socioeconômicas para os Territórios	Plano de Desenvolvimento Territorial	10	60.000,00	600.000,00
Avaliação toxicológica de animais domésticos	Und.	7	44.642,86	312.500,00
Análise de parâmetros físico-químicos e biológicos de qualidade de água e de sedimentos	Und.	12	208.333,33	2.500.000,00
Valoração de danos individuais e coletivos	Und.	21	20.000,00	420.000,00
Programa Territorial de Segurança Alimentar	Und.	4	20.000,00	80.000,00
Programa Territorial de Gestão e Segurança Hídrica	Und.	10	40.000,00	400.000,00
Programa de Fortalecimento Local da Identidade Territorial	Workshop	315	952,38	299.999,70
Monitoramento de Ictiofauna	Und.	5	125.000,00	625.000,00
Sistema de Gestão Informação	Und.	1	250.000,00	250.000,00
Capacitação da Equipe	Und.	30	4.000,00	120.000,00
Consultoria em Proteção Social	Consultoria - mês	30	5.000,00	150.000,00
Formação Comunidades - Comissões	Formação	630	666,67	420.000,00
3 - RECURSOS HUMANOS				70.813.951,60
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Descrição em Planilha Específica			70.813.951,60
4 - CUSTEIO E INFRAESTRUTURA				11.628.918,02
4.1 - Custo Operacional	Mês	30	328.354,98	9.850.649,42
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	Descrição em Planilha Específica			1.778.268,60
5 - COMUNICAÇÃO				3.846.000,00
Comunicação - Agência, produção de materiais e mídias.	Descrição em Planilha Específica			3.846.000,00
6 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	6% do custo total sem incidir na taxa de administração			6.753.257,90
7 - GESTÃO				10.232.208,93
Taxa administrativa (10%)	%	10,00%	102.322.089,32	10.232.208,93
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				119.307.556,15



CUSTO POR ATINGIDO	R\$ 8.279,50
Número atingidos (estimado)	14.410
Municípios/áreas	10
Habitantes	250.000
Extensão território (km²)	3.895.477

CARACTERÍSTICA DA ASSESSORIA TÉCNICA	
Número de Sedes	4
Equipe gestão	17
Equipe de campo	117
Equipe de apoio	22
Equipe total	156
Produtos - consultoria (nº)	22
Atingidos / técnico (geral)	92
Atingidos / técnico de campo	123

CUSTO GLOBAL RESUMIDO POR MUNICÍPIO DA REGIÃO 3

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MUNICÍPIO					
MUNICÍPIO	ATENDIDOS	ADICIONAL DE 15%	TOTAL	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO	VALOR TOTAL DA AT13
Pará de Minas	790	43,292	833,292	5,78%	R\$ 6.508.886,29
Pequi	637	34,9076	671,9076	4,66%	R\$ 5.248.304,52
Florestal	1472	80,6656	1552,6656	10,78%	R\$ 12.127.950,15
São José da Varginha	598	32,7704	630,7704	4,38%	R\$ 4.926.979,75
Maravilhas	167	9,1516	176,1516	1,22%	R\$ 1.375.929,13
Papagaios	310	16,988	326,988	2,27%	R\$ 2.554.119,94
Fortuna de Minas	1194	65,4312	1259,4312	8,74%	R\$ 9.837.481,31
Paraopeba	2435	133,438	2568,438	17,82%	R\$ 20.062.200,15
Caetanópolis/Shopping da Minhoca	116	6,3568	122,3568	0,85%	R\$ 955.735,20
Esmeraldas	5942	325,6216	6267,6216	43,50%	R\$ 48.956.711,82
TOTAL	13661	2049	15710	100 %	R\$ 112.554.298,25
				COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO E FINALÍSTICO	R\$ 6.753.257,90
				TOTAL	R\$ 119.307.556,15



CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS

As planilhas a seguir apresentam a relação de profissionais que serão necessários para a execução da Assessoria Técnica Independente durante os 3 anos, assim como o valor das respectivas remunerações. Os cálculos levaram em consideração os seguintes referências de encargos e benefícios:

ENCARGOS FOLHA	
FGTS	8,00%
INSS Patronal	20,00%
INSS Terceiros	5,80%
INSS 13º + Férias	7,93%
FGTS Rescisório	4,00%
Férias + 1/3	11,11%
PIS sem Folha	8,33%
Despesas Extras (Atestados, Licenças, outros)	1,00%
BENEFÍCIOS	
Vale Transporte	0,00%
Vale Alimentação	0,00%
TOTAL	67,17%



PRIMEIRA ETAPA - 30 MESES

DESCRIÇÃO	UNID.		SALÁRIO BASE	ENCARGOS SOCIAIS (67,17%)	DESCONTO (VALE TRANSPORTE + VALE ALIMENTAÇÃO)	SEGURO DE VIDA	TOTAL MENSAL	TOTAL 30 MESES
Bolsista FACEV/UFV	1		R\$23.905,27				R\$23.905,27	R\$717.158,12
Gerência Geral FACEV/UFV	1		R\$21.092,89				R\$21.092,89	R\$632.786,58
Gerencia Socioambiental FACEV/UFV	1		R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$506.229,26
Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	1		R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$506.229,26
Gerência Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	2		R\$16.874,31				R\$33.748,62	R\$1.012.458,53
Gerência Jurídica FACEV/UFV	2		R\$16.874,31				R\$33.748,62	R\$1.012.458,53
Especialista Sênior em Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	2		R\$11.249,54				R\$22.499,08	R\$674.972,35
Especialista Sênior em Relações Institucionais, Comunitária FACEV/UFV	2		R\$11.249,54				R\$22.499,08	R\$674.972,35
Especialista Sênior em Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	2		R\$11.249,54				R\$22.499,08	R\$674.972,35
Especialista Sênior em Meio Físico e Biótico FACEV/UFV	2		R\$11.249,54				R\$22.499,08	R\$674.972,35
Especialista em Comunicação FACEV/UFV	1		R\$11.249,54				R\$11.249,54	R\$337.486,18
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	4	R\$8.000,00	R\$10.689,51	R\$7.587,36	R\$638,00	R\$38,26	R\$65.054,48	R\$1.951.634,40
Coordenador de Campo	3	R\$8.000,00	R\$10.689,51	R\$7.587,36	R\$638,00	R\$38,26	R\$48.790,86	R\$1.463.725,80
Analista Pleno de dados	2	R\$6.000,00	R\$8.264,00	R\$5.550,93	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.454,38	R\$733.631,33
Analista Sênior de Gestão da Informação	1	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$14.366,94	R\$431.008,20
Analista Pleno de apoio à articulação e mobilização	2	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.940,44	R\$748.213,20
Secretaria Executiva	1	R\$5.000,00	R\$6.551,58	R\$4.897,26	R\$638,00	R\$38,26	R\$10.573,52	R\$317.205,60
Estagiário	2	R\$1.200,00	R\$1.200,00		R\$638,00	R\$38,26	R\$3.752,52	R\$112.575,60
Motorista	3	R\$2.500,00	R\$2.895,82	R\$2.520,61	R\$638,00	R\$38,26	R\$17.090,61	R\$512.718,30
Serviços Gerais	4	R\$2.000,00	R\$2.281,57	R\$2.121,27	R\$638,00	R\$38,26	R\$19.190,14	R\$575.704,08
Administração	3	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$37.410,66	R\$1.122.319,80
Auxiliar Administrativo	3	R\$1.000,00	R\$1.098,90	R\$1.352,42	R\$638,00	R\$38,26	R\$9.086,04	R\$272.581,20
Técnico de Informática	3	R\$2.500,00	R\$2.895,82	R\$2.520,61	R\$638,00	R\$38,26	R\$17.090,61	R\$512.718,30
Analista Júnior - Comunicação	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.919,14	R\$638,00	R\$38,26	R\$25.786,20	R\$722.013,60
Analista Sênior - Jurídico	25	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$359.173,50	R\$10.775.205,00
Analista Sênior - Agrárias	4	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$57.467,76	R\$1.724.032,80
Analista Pleno - Agrárias	13	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$162.112,86	R\$4.539.160,08
Analista Sênior - Ciências Sociais	4	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$57.467,76	R\$1.724.032,80
Analista Pleno - Ciências Sociais	21	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$261.874,62	R\$7.332.489,36
Analista Júnior - Ciências Sociais	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.919,14	R\$638,00	R\$38,26	R\$25.786,20	R\$722.013,60
Analista Sênior - Socioambiental	3	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$43.100,82	R\$1.293.024,60
Analista Pleno - Socioambiental	8	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$99.761,76	R\$2.793.329,28
Analista Júnior - Socioambiental	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.919,14	R\$638,00	R\$38,26	R\$25.786,20	R\$722.013,60
Analista Sênior - Proteção Social	0	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Pleno - Proteção Social	3	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$37.410,66	R\$1.047.498,48
Analista Sênior - Ambiental	3	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.690,68	R\$638,00	R\$38,26	R\$43.100,82	R\$1.293.024,60
Analista Pleno - Ambiental	5	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.793,96	R\$638,00	R\$38,26	R\$62.351,10	R\$1.745.830,80
TOTAL	156						R\$1.858.617,96	R\$54.150.509,98



SEGUNDA ETAPA - 18 MESES

DESCRIÇÃO	UNID.		SALÁRIO BASE	ENCARGOS SOCIAIS (67,17%)	DESCONTO (VALE TRANSPORTE + VALE ALIMENTAÇÃO)	SEGURO DE VIDA	TOTAL MENSAL	TOTAL 18 MESES
Bolsista FACEV/UFV	1		R\$23.905,27				R\$23.905,27	R\$430.294,87
Gerência Geral FACEV/UFV	1		R\$21.092,89				R\$21.092,89	R\$379.671,95
Gerencia Socioambiental FACEV/UFV	1	R\$0,00	R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$303.737,56
Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	1	R\$0,00	R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$303.737,56
Gerência Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	1	R\$0,00	R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$303.737,56
Gerência Jurídica FACEV/UFV	1	R\$0,00	R\$16.874,31				R\$16.874,31	R\$303.737,56
Especialista Sênior em Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	0	R\$0,00	R\$11.249,54				R\$0,00	R\$0,00
Especialista Sênior em Relações Institucionais, Comunitária FACEV/UFV	0	R\$0,00	R\$11.249,54				R\$0,00	R\$0,00
Especialista Sênior em Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	0	R\$0,00	R\$11.249,54				R\$0,00	R\$0,00
Especialista Sênior em Meio Físico e Biótico FACEV/UFV	0	R\$0,00	R\$11.249,54				R\$0,00	R\$0,00
Especialista em Comunicação FACEV/UFV	0		R\$11.249,54				R\$0,00	R\$0,00
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	4	R\$8.000,00	R\$10.689,51	R\$7.180,14	R\$638,00	R\$38,26	R\$63.425,62	R\$1.141.661,08
Coordenador de Campo	3	R\$8.000,00	R\$10.689,51	R\$7.180,14	R\$638,00	R\$38,26	R\$47.569,21	R\$856.245,81
Analista Pleno de dados	2	R\$6.000,00	R\$8.264,00	R\$5.550,93	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.454,38	R\$440.178,80
Analista Sênior de Gestão da Informação	1	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$13.929,92	R\$250.738,58
Analista Pleno de apoio à articulação e mobilização	0	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Secretaria Executiva	1	R\$5.000,00	R\$6.551,58	R\$4.400,70	R\$638,00	R\$38,26	R\$10.076,96	R\$181.385,21
Estagiário	0	R\$1.200,00	R\$1.200,00		R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Motorista	3	R\$2.500,00	R\$2.895,82	R\$1.945,12	R\$638,00	R\$38,26	R\$15.364,15	R\$276.554,64
Serviços Gerais	4	R\$2.000,00	R\$2.281,57	R\$2.121,27	R\$638,00	R\$38,26	R\$19.190,14	R\$345.422,45
Administração	3	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$36.010,34	R\$648.186,06
Auxiliar Administrativo	3	R\$1.000,00	R\$1.098,90	R\$738,13	R\$638,00	R\$38,26	R\$7.243,17	R\$130.377,12
Técnico de Informática	1	R\$2.500,00	R\$2.895,82	R\$1.945,12	R\$638,00	R\$38,26	R\$5.121,38	R\$92.184,88
Analista Júnior - Comunicação	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.390,11	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.199,11	R\$435.583,99
Analista Sênior - Jurídico	25	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$348.248,03	R\$6.268.464,60
Analista Sênior - Agrárias	4	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$55.719,69	R\$1.002.954,34
Analista Pleno - Agrárias	0	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Sênior - Ciências Sociais	4	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$55.719,69	R\$1.002.954,34
Analista Pleno - Ciências Sociais	0	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Júnior - Ciências Sociais	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.390,11	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.199,11	R\$435.583,99
Analista Sênior - Socioambiental	3	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$41.789,76	R\$752.215,75
Analista Pleno - Socioambiental	0	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Júnior - Socioambiental	3	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.390,11	R\$638,00	R\$38,26	R\$24.199,11	R\$435.583,99
Analista Sênior - Proteção Social	0	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Pleno - Proteção Social	0	R\$6.000,00	R\$7.930,90	R\$5.327,19	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Sênior - Ambiental	0	R\$4.000,00	R\$5.047,06	R\$3.390,11	R\$638,00	R\$38,26	R\$0,00	R\$0,00
Analista Pleno - Ambiental	3	R\$7.000,00	R\$9.310,20	R\$6.253,66	R\$638,00	R\$38,26	R\$41.789,76	R\$752.215,75
TOTAL	77						R\$925.746,76	R\$16.663.441,62



TABELA HORA/HOMEM

CARGO	Quant.	Valor Salário + Encargos	Carga horária (ref)	Custo H/H (Total salários líquido / carga horária)	Custo H/H (Total salários / carga horária)
Bolsista FACEV/UFV	1	R\$23.905,27	172		R\$138,98
Gerência Geral FACEV/UFV	1	R\$21.092,89	172		R\$122,63
Gerencia Socioambiental FACEV/UFV	1	R\$16.874,31	172		R\$98,11
Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	1	R\$16.874,31	172		R\$98,11
Gerência Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	2	R\$16.874,31	129		R\$130,81
Gerência Jurídica FACEV/UFV	2	R\$16.874,31	172		R\$98,11
Especialista Sênior em Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento FACEV/UFV	2	R\$11.249,54	172		R\$65,40
Especialista Sênior em Relações Institucionais, Comunitária FACEV/UFV	2	R\$11.249,54	172		R\$65,40
Especialista Sênior em Desenvolvimento Territorial FACEV/UFV	2	R\$11.249,54	172		R\$65,40
Especialista Sênior em Meio Físico e Biótico FACEV/UFV	2	R\$11.249,54	172		R\$65,40
Especialista em Comunicação FACEV/UFV	1	R\$11.249,54	172		R\$65,40
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	4	R\$10.689,51	172	R\$46,51	R\$62,15
Coordenador de Campo	3	R\$10.689,51	172	R\$46,51	R\$62,15
Analista Pleno de dados	2	R\$8.264,00	172	R\$34,88	R\$48,05
Analista Sênior de Gestão da Informação	1	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Pleno de apoio à articulação e mobilização	2	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Secretaria Executiva	1	R\$6.551,58	172	R\$29,07	R\$38,09
Estagiário	2	R\$1.200,00	172	R\$6,98	R\$6,98
Motorista	3	R\$2.895,82	172	R\$14,53	R\$16,84
Serviços Gerais	4	R\$2.281,57	172	R\$11,63	R\$13,26
Administração	3	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Auxiliar Administrativo	3	R\$1.098,90	172	R\$5,81	R\$6,39
Técnico de Informática	3	R\$2.895,82	172	R\$14,53	R\$16,84
Analista Júnior - Comunicação	3	R\$5.047,06	172	R\$23,26	R\$29,34
Analista Sênior - Jurídico	25	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Sênior - Agrárias	4	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Pleno - Agrárias	13	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Analista Sênior - Ciências Sociais	4	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Pleno - Ciências Sociais	21	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Analista Júnior - Ciências Sociais	3	R\$5.047,06	172	R\$23,26	R\$29,34
Analista Sênior - Socioambiental	3	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Pleno - Socioambiental	8	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Analista Júnior - Socioambiental	3	R\$5.047,06	172	R\$23,26	R\$29,34
Analista Sênior - Proteção Social	0	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
Analista Pleno - Proteção Social	3	R\$7.930,90	172	R\$34,88	R\$46,11
Analista Sênior - Ambiental	12	R\$5.047,06	172	R\$23,26	R\$29,34
Analista Pleno - Ambiental	3	R\$9.310,20	172	R\$40,70	R\$54,13
TOTAL	156				



PRODUTOS E CONSULTORIAS

A seguir estão apresentados os custos para a realização de serviços temporários e/ou específicos e que não configuram como ações cotidianas dos trabalhos da assessoria técnica, mas que são considerados necessários. Serão apresentados na tabela abaixo os tipos de serviço e seus respectivos valores estimados de realização. Considera-se que a realização desses serviços poderá ser eventualmente objeto de discussão entre as partes envolvidas na gestão das ações. Porém todas as possibilidades estão descritas e seus custos já estimados para efeito de previsão orçamentária.

PRODUTOS							
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	EXECUÇÃO	ÁREA	DURAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Diagnósticos Socioeconomia Emergencial	Produto Misto	Socioeconômica	4 meses	1	490.000,00	490.000,00
2	Coordenação Acadêmica Ambiental	Consultoria Especializada	Socioambiental	30 meses	30	18.000,00	540.000,00
3	Diagnóstico Institucional	Produto Misto	Socioeconômica	2 meses	1	30.000,00	30.000,00
4	Gestão Administrativa FACEV/UFV	Consultoria Especializada	Administração	48 meses	48	44.440,00	2.133.120,00
5	Diagnóstico Socioeconomia - Censo 5.000 edificações (valor complementar à equipe interna)	Produto Misto	Socioeconômica	9 meses	1	1.815.000,00	1.815.000,00
6	Diagnóstico Componente Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural da Região 3	Produto Misto	Ciências Sociais	9 meses	1	230.000,00	230.000,00
7	Diagnóstico de Viabilidade de Projetos de Desenvolvimento Territorial	Produto Misto	Socioeconômica	12 meses	30	50.000,00	1.500.000,00
8	Construção de Alternativas Socioeconômicas para os Territórios	Produto Misto	Socioeconômica	30 meses	10	60.000,00	600.000,00
9	Avaliação toxicológica de animais domésticos	Consultoria Especializada	Socioambiental	30 meses	7	44.642,86	312.500,00
10	Análise de parâmetros físico-químicos e biológicos de qualidade de água e de sedimentos	Consultoria Especializada	Socioambiental	30 meses	12	208.333,33	2.500.000,00
11	Valoração de danos individuais e coletivos	Produto Misto	Socioeconômica	12 meses	21	20.000,00	420.000,00
12	Programa Territorial de Segurança Alimentar	Consultoria Especializada	Proteção Social	12 meses	4	20.000,00	80.000,00
13	Programa Territorial de Gestão e Segurança Hídrica	Produto Misto	Socioambiental	12 meses	10	40.000,00	400.000,00
14	Programa de Fortalecimento Local da Identidade Territorial	Produto Misto	Ciências Sociais	18 meses	315	952,38	299.999,70
15	Monitoramento de Ictiofauna	Consultoria Especializada	Socioambiental	30 meses	5	125.000,00	625.000,00
16	Sistema de Gestão Informação	Produto Misto	Administrativo	3 meses	1	250.000,00	250.000,00
17	Capacitação da Equipe	Produto Misto	Treinamento	3 meses	30	4.000,00	120.000,00
18	Consultoria em Proteção Social	Consultoria Especializada	Proteção Social	30 meses	30	5.000,00	150.000,00
19	Formação Comunidades - Comissões	Produto Misto	Transversal	30 meses	630	666,67	420.000,00
VALOR TOTAL							12.915.619,70



VALORES DE INFRAESTRUTURA E CUSTEIOS GERAIS

Ao todo serão organizadas 04 sedes administrativas para o desenvolvimento dos trabalhos da ATI, sendo 03 escritórios centrais no território (Pará de Minas, Esmeraldas e Paraopeba) e 01 Escritório Gerencial em Belo Horizonte. Para cada sede, foram calculados custos referentes a organização estrutural de logística. Além disso, foram calculados os custos de aquisição de escritórios móveis, estratégia a ser utilizada para atendimento da assessoria técnica a comunidades localizadas em áreas mais remotas e com restrição de transporte e acesso às bases de apoio das comissões.

INFRAESTRUTURA				
DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Aparelhos telefônicos	Unidade	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
Armário de aço	Unidade	28	R\$ 550,00	R\$ 15.400,00
Bebedouro	Unidade	5	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00
Cadeiras de escritório	Unidade	153	R\$ 170,00	R\$ 26.010,00
Cadeiras de reunião	Unidade	48	R\$ 170,00	R\$ 8.160,00
Cadeiras plásticas	Unidade	840	R\$ 28,00	R\$ 23.520,00
Central PABX 6 linhas e 12 ramais	Unidade	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Central PABX Orçar específico	Unidade	3	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
Computadores	Unidade	153	R\$ 3.169,90	R\$ 484.994,70
Computadores Gráficos	Unidade	41	R\$ 3.169,90	R\$ 129.965,90
Ecobrisa para condicionamento de ar	Unidade	2	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
Ecobrisa para condicionamento de ar	Unidade	2	R\$ 4.300,00	R\$ 8.600,00
Equipamento para videoconferência	Unidade	4	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
Utensílios básicos de cozinha	Unidade	153	R\$ 26,00	R\$ 3.978,00
Fogão	Unidade	4	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
Geladeira	Unidade	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
GPS	Unidade	24	R\$ 2.200,00	R\$ 52.800,00
Impressora toner/xerografia	Unidade	5	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
Mesa de reunião	Unidade	6	R\$ 800,00	R\$ 4.800,00
Mesa de reunião comunidade	Unidade	0	R\$ 400,00	R\$ 0,00
Mesas de escritório	Unidade	153	R\$ 400,00	R\$ 61.200,00
Microondas	Unidade	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
Misteira	Unidade	17	R\$ 40,00	R\$ 680,00
Obras de adequação do espaço	Unidade	0	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00
Projektor/tela	Unidade	5	R\$ 1.300,00	R\$ 6.500,00
Scanner	Unidade	4	R\$ 1.600,00	R\$ 6.400,00
Sonorização (caixa amplificada/microfone)	Unidade	7	R\$ 630,00	R\$ 4.410,00
Tablet	Unidade	136	R\$ 850,00	R\$ 115.600,00
Telefone celular	Unidade	153	R\$ 1.000,00	R\$ 153.000,00
Van adaptada	Unidade	3	R\$ 200.000,00	R\$ 600.000,00
			CUSTO TOTAL	1.778.268,60



CUSTEIO				
DESPESAS OPERACIONAIS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
EPI e uniformes	162	unidade	2000,00	324.000,00
Material de Escritório	6276	mês	30,00	188.280,00
Aluguel de carro (dia)	147	mês	1440,00	211.680,00
Combustível (dia)	2121	Dia de campo	450,00	954.450,00
Aluguel de espaço Esmeraldas	48	mês	4800,00	230.400,00
Aluguel de espaço Pará de Minas	48	mês	5600,00	268.800,00
Aluguel de espaço Paraopeba	48	mês	2600,00	124.800,00
Aluguel de espaço Belo Horizonte	48	mês	5000,00	240.000,00
Aluguel de Base de Comissões	720	mês	1000,00	720.000,00
Seguro Imóvel	282	mês	200,00	56.400,00
Diária de campo (hospedagem e alimentação)	2953	diária	220,00	649.660,00
ArcGIS	150	mês	875,88	131.382,00
Office	4860	mês	40,00	194.400,00
Pacote Adobe	5	Unidade	1181,22	5.906,10
Windows	194	Unidade	909,38	176.419,72
Infraestrutura de Tecnologia	30	Serviço mensal	8100,00	243.000,00
Lanches Escritórios	307680	unidade	3,00	923.040,00
IPVA - Escritórios Móveis	12	ano	8000,00	96.000,00
Pedágio	144	unidade	42,40	6.105,60
Conservação de veículo Escritório Móvel	144	mês	1400,00	201.600,00
Conservação de veículo 4x4	279	mês	1400,00	390.000,00
Conservação de veículo sem tração	719	mês	800,00	575.400,00
Veículo (veículo 4x4 com GPS)	279	mês	3500,00	975.000,00
Veículo sem tração	700	mês	1440,00	1.008.000,00
Produto de limpeza	5082	mês	15,00	76.230,00
Conta de Água	48	mês	2022,00	97.056,00
Conta de celular	6066	mês	80,00	485.280,00
Conta de Luz	48	mês	5055,00	242.640,00
Conta de Telefone e internet	48	mês	1140,00	54.720,00
CUSTO TOTAL				9.850.649,42



CUSTOS COM COMUNICAÇÃO

A implementação das ações de comunicação previstas no plano de trabalho da NACAB demandará um investimento significativo, que se justifica tecnicamente por uma série de fatores. Em primeiro lugar, há que se considerar a grande abrangência territorial onde as comunidades a serem atendidas se distribuem. Isso torna necessária a utilização das mídias de maior cobertura disponíveis nessas regiões, a fim de se garantir agilidade nos comunicados a serem transmitidos à população. Em paralelo, para uma efetiva penetração da comunicação, será preciso realizar ações junto às comunidades estimulando a sua participação. O trabalho deverá contar com a coordenação de campo e com o suporte especializado de uma série de profissionais de reconhecida experiência no segmento de comunicação. A contratação dessa equipe multidisciplinar para traçar estratégias e acompanhar a sua implementação em favor das comunidades permite que elas se apresentem ao diálogo com maior segurança. Para os responsáveis pelos danos causados, sabemos que não faltam recursos nem profissionais capacitados para defenderem seus próprios interesses, portanto, a assessoria técnica independente deve garantir às populações afetadas uma capacidade equivalente de articulação e resposta.

É importante ressaltar que os gastos referentes à produção de matérias e mídias são uma estimativa, podendo, assim variar para mais ou para menos.

COMUNICAÇÃO – ETAPA 1 / 30 MESES				
DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Diretor de criação	20	mês	7000,00	140000,00
Planejamento senior	20	mês	5000,00	100000,00
Executivo de conta	30	mês	2500,00	75000,00
Redator	30	mês	2500,00	75000,00
Diretor de arte / Designer	30	mês	3000,00	90000,00
Mídia	20		2000,00	40000,00
Arte finalista	30	mês	2000,00	60000,00
Revisor	30	mês	1500,00	45000,00
Editor de vídeo / Motion designer	30	mês	2500,00	75000,00
Produtor gráfico RTV	20	mês	2500,00	50000,00
Planner digital	20	mês	3000,00	60000,00
Gestor social media	30	mês	2500,00	75000,00
webdesigner	20	mês	3000,00	60000,00
Assessoria de imprensa	30	mês	5000,00	150000,00
Veiculação de mídia	20		31500,00	630000,00
Produção audiovisual	30		25000,00	750000,00
Produção gráfica e fotográfica	20		51000,00	1020000,00
			TOTAL	R\$ 3.495.000,00



COMUNICAÇÃO – ETAPA 2 / 18 MESES				
DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Executivo de conta	18	mês	2500,00	45000,00
Redator	18	mês	2500,00	45000,00
Mídia	18	mês	2000,00	36000,00
Revisor	18	mês	1500,00	27000,00
Editor de vídeo / Motion designer	18	mês	2500,00	45000,00
Planner digital	18	mês	3000,00	54000,00
Gestor social media	18	mês	2500,00	45000,00
Webdesigner	18	mês	3000,00	54000,00
TOTAL				351.000,00

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Quanto à taxa de administração proposta pelo NACAB, tal prática é comum nos trabalhos prestados pelas organizações do terceiro setor, inclusive quando celebram parcerias com órgãos públicos. O pagamento de uma taxa de administração, no contexto de parcerias, consiste em um instrumento de fomento indispensável para que a entidade privada sem fins lucrativos possa organizar-se satisfatoriamente para bem cumprir suas tarefas. Se para recursos públicos a cobrança de taxa de administração encontra respaldo jurídico, mais tranquila pode ser considerada sua aplicação no caso de parcerias com a iniciativa privada. Para recursos públicos, tal instrumento legal é contemplado no parágrafo único do artigo 52 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, que estabelece o limite de 15% do do valor do objeto, desde que expressamente autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho.”

Desta forma, a taxa de administração de 10% proposta pelo NACAB é rigorosamente plausível, legal e até comedida. **A taxa administrativa incide apenas sobre o valor base do plano de trabalho, não incidindo sobre o valor de Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico.**

COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça, no qual serão detalhadas as respectivas atribuições.

O *Núcleo de Assessoria à comunidades Atingidas por Barragens* participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.



Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico serão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor base (isto é, sem a incidência de Taxa Administrativa) de cada Plano de Trabalho, denominada “**Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico**”. Caberá ao *Núcleo de Assessoria à comunidades Atingidas por Barragens* transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.

DESEMBOLSO SEMESTRAL

PERÍODO	DESEMBOLSO SEMESTRAL
SEMESTRE 1	R\$ 19.110.822,82
SEMESTRE 2	R\$ 18.000.946,82
SEMESTRE 3	R\$ 18.328.866,82
SEMESTRE 4	R\$ 17.618.866,82
SEMESTRE 5	R\$ 16.178.866,82
SEMESTRE 6	R\$ 10.023.062,01
SEMESTRE 7	R\$ 10.023.062,01
SEMESTRE 8	R\$ 10.023.062,01



CONTA BANCÁRIA

BANCO: SICOOB COOPEMATA.

AGÊNCIA: 4149-1

CONTA CORRENTE: 18.273.001-8

NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES Atingidas por Barragens.

CNPJ: 05.438.306/0001-48



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. Disponível em :<https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

ATLAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA. Disponível em> <http://atlasagropecuario.imaflora.org/pesquisa-agropecuaria>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.(2010) Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>. Acesso em 08 de agosto 2019.

BRANDT MEIO AMBIENTE. (2010). Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente.

BRANDT MEIO AMBIENTE. (2014). Mina da Jangada e Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente.

BRASIL. (1988). Artigo nº68. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição Federal. BRASIL, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF.

BRASIL. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/location>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acessado em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP. Disponível em: , Acesso em 13 de ago de 2019.

BUENO, W. DA C (2018). Gestão da Comunicação em Desastres Ambientais: conflitos de interesse, de práticas e de discursos. Revista Observatório, v. 4, n. 2, p. 539-569, 1 abr.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2019). CPI apura que pode faltar água em BH se captação do Paraopeba não for retomada. Disponível em: <<http://bit.ly/2kqbDET>>. Acesso em 25 ago. 2019.

COSTA FILHO, A. (2015). Os povos e comunidades tradicionais no Brasil. In: Edmilton Cerqueira et



al. (Orgs) Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar. Brasília: MDA. (p. 77-98)

DRUMMOND, G. M. et al. (2005) Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação. 2. ed. – Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 222 p.

DRUMOND, M. A.(2008) Proteção para as minhocas gigantes. Ciência Hoje, v.42, p.69 - 71.

DRUMOND, M. A. et al. (2008) Uso e conservação do minhocuçu *Rhinodrilus alatus*. MG. Biota. , v.1, p.5 - 23.

DRUMOND, M. A. et al. (2015). The Role of Local Knowledge and Traditional Extraction Practices in the Management of Giant Earthworms in Brazil. Plos One, v.10, p.e0123913.

DURÃES, M. F. (2010). Caracterização e avaliação do estresse hidrológico da Bacia do Rio Paraopeba, por meio de simulação chuva-vazão de cenários atuais e prospectivos de ocupação e uso do solo utilizando um modelo hidrológico distribuído. 147f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Belo Horizonte.

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS DE MINAS GERAIS .FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/Agro/> Acesso em 12 de agosto de 2019.

FEAM. (2019, 08 Fev). Gestão de barragens. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Acessado em: 07 Mar 2019, Disponível em: <http://www.feam.br/monitoramento/gestao-de-barragens>.

FEAM. (2011). Plano para incremento do percentual de tratamento de esgotos sanitários na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba. Fundação Estadual do Meio Ambiente. 515 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

IGAM. Portal dos Comitês. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Disponível em: <<http://comites.igam.mg.gov.br/conheca-a-bacia-sf3>>. Acesso em 25 ago. 2019.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS (2019), “ Desastre da Vale em Brumadinho e a luta dos moradores de Casa Branca”. Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Disponível em: <http://bit.ly/2lZQnWF>. Acessado em: 01. set. 2019

MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Ação Civil Pública. Belo Horizonte, 29 abr.

MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Edital de Chamamento Público. Belo Horizonte, 08 abr



MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Termo de Referência. Belo Horizonte.

MILANEZ, B. et al. (2019) Minas não há mais: Avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 3(1), 1-114.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2010). Mina Córrego do Feijão recuperação de pellet feed da barragem I e VI e estruturas associadas - Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Brumadinho.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2013). Mina da Jangada: Continuidade das operações da cava da Jangada, da Pilha de Estéril Jacó III e da Pilha de Estéril Menezes. Estudo de Impacto Ambiental e Plano de Controle Ambiental - EIA / PCA. Belo Horizonte.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2014). Mina da Jangada - continuidade das operações da mina da Jangada - Estudo de Impacto Ambiental e Plano de Controle Ambiental EIA/PCA Tomo I. Belo Horizonte.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2015). Projeto de continuidade das operações da mina da Jangada de Córrego do Feijão - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Belo Horizonte.

PEREIRA, S. B. et al (2007). Estudo do comportamento hidrológico do Rio São Francisco e seus principais afluentes. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v. 11, n. 6, p. 615-622.

OIT. (1989). Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

SEBRAE MINAS (2017). Anuário de dados socioeconômicos 2017. Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. disponível em: <https://anuário+de+Dados+Socioeconômicos+de+Minas+Gerais+-+2017>.

SNAS (2017). Vigilância Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>. Acessado em: 07 ago. 2019.

SUPRAM. (2011). Parecer Único 046/2011. Belo Horizonte: Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

TÜV SÜD. (2018). Revisão periódica de segurança de barragem mina Córrego Feijão - Barragem I - Relatório técnico.

VALE. (2016). Mina da Jangada e Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA. Belo Horizonte: Vale S.A.



SABARÁ, R. (2001). Comunidade Negra Rural de Pontinha: agonia de um modo de produção. Belo Horizonte, 2001. (mimeo)

SILVA, R.H.P. (2016). Efeitos das mudanças climáticas sobre o minhocaçu *Rhinodrilus alatus* e seus impactos na atividade extrativista. Dissertação (Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SUS (2011). Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/mapas.html>. Acessado em 08 ago. 2019.



ANEXO: CONSULTORIAS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Assessoria administrativa visa apoiar o Comitê Gestor da ATIR3 no intuito de otimizar, em termos administrativos e gerenciais, os processos e resultados relativos à gestão financeira e de pessoal. A contratação será via Fundação FACEV/UFC - Concessão de Bolsa, e terá como principais atividades:

- Assessoramento para a execução administrativa e financeira da ATI.
- Acompanhamento da execução e desenvolvimento da ATI em todas as etapas.
- Supervisão e acompanhamento das prestações de contas da ATI.
- Acompanhamento dos processos seletivos e de contratação de pessoal.
- Acompanhamento dos processos seletivos de compras.

CONSULTORIA ACADÊMICA E AMBIENTAL

A Consultoria Acadêmica Ambiental visa desenvolver, através de disponibilização de profissional especialista e *know how* em assessoria acadêmica e ambiental, mecanismos e estratégias para a atuação do Comitê Gestor da ATIR3 acerca do desenvolvendo e acompanhamento de pesquisas ambientais. A sua contratação será via Fundação FACEV/UFC - Concessão de Bolsa, e terá como principais atividades:

- Assessorar a equipe da Gerência Socioambiental na realização de estudos e diagnósticos ambientais.
- Realizar leitura crítica, sistemática e comparativa dos estudos ambientais do Comitê Técnico-Científico UFMG.
- Promover articulação institucional com centros de pesquisa acadêmicos.



CONSULTORIA EM PROTEÇÃO SOCIAL

A Consultoria em Proteção Social tem como objetivo potencializar e qualificar, através de disponibilização de profissional especialista e know how em proteção social em contextos de desastre, a atuação da Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades.

- Acompanhar e dialogar com a equipe técnica que vai conduzir as atividades de assessoria sobre os aspectos psicoemocionais e psicossociais.
- Coordenar e supervisionar a elaboração de pareceres técnicos e outros produtos estratégicos que possam subsidiar as negociações e atendimentos dos atingidos e atingidas, observando a priorização das pessoas atingidas que estão em situação de extrema vulnerabilidade.



ANEXO: FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Dada a potência criativa da arte, o NACAB lançará mão ainda do teatro como instrumento de empoderamento das comunidades atingidas. Por meio do espetáculo “Assembleia Comun” buscar-se-á o encontro, pela partilha, pela ativação de um espaço comum onde as diferenças possam conviver e, quem sabe, confluir. O espetáculo promove um encontro em que o jogo cênico favorece a participação das pessoas e o debate público, tomando como pressupostos os princípios da educação popular.

Trata-se de dispositivo cênico que pode ser ressignificado de acordo com a realidade local onde será apresentada e que pode se desdobrar numa experimentação cartográfica coletiva, no sentido de mapeamento de desejos e demandas, produção de subjetividades, agenciamentos afetivos e livre expressão das singularidades. Combinando as linguagens do teatro, da performance e da culinária, trata-se de uma assembleia horizontal, espaço dialógico aberto e permeável ao encontro estabelecido pela obra e pela interação estimulada ao público, no qual o jogo cênico entre alegorias-personagens busca estimular a participação crítica do público em torno de questões contemporâneas. Ao final da Assembleia, é compartilhada com todos uma refeição preparada ao longo da execução da peça, afinal “o comum começa na cozinha, onde produção e reprodução se encontram, onde as energias cotidianas entre gêneros e gerações são permanentemente negociados”. A ATI irá se utilizar desse espetáculo teatral para promover encontros entre os atingidos por meio da arte, com objetivo de favorecer um espaço de compartilhamento e discussão, bem como criar um ambiente lúdico favorável à produção de afetos e partilha do sensível. “Assembleia Comun” consiste ainda em uma poderosa ferramenta de mobilização comunitária, sobretudo nesse momento de grande dispersão e desesperança das pessoas que foram afetadas pelo rompimento da barragem B1.

Nesse cenário, a ATI entende de suma importância lançar mão da arte-educação, sobretudo da linguagem do teatro de rua, para minimizar a dor e o sofrimento, bem como, no caso desse espetáculo, permitir a livre expressão e manifestação das pessoas já que nessa obra o público participa, não é mero espectador. A abertura do texto dramático permitirá levantar ainda questões afetas à realidade das comunidades atingidas, permitindo às pessoas levantarem os problemas locais, trocarem informações e buscarem soluções coletivas.

FORMAÇÕES EM ALIMENTAÇÃO ANCESTRAL

Um ponto crucial que será constante durante a implementação deste Plano de Trabalho diz respeito à contaminação do rio Paraopeba que repercutirá sobre a saúde das populações. Mesmo havendo a necessidade de análises toxicológicas em humanos para confirmação desse problema, é inegável o fato que muitas pessoas, de forma direta ou indireta, fizeram ou continuam fazendo uso e/ou tendo contato com as águas contaminadas do rio Paraopeba. Nesse sentido, tendo em vista o potencial de cura e desintoxicação de alguns alimentos, o NACAB trará centralidade para a discussão do campo alimentar e suas diversas variedades de utilização com seus respectivos produtos e subprodutos, além



de difundir a cultura alimentar saudável, retomando os vínculos dos sujeitos com a natureza e sua diversidade, sem, porém, se apartar dos processos de produção e da origem da comida que o alimenta. Para tanto, será necessário considerar sobretudo o quesito dos alimentos que estão ou não contaminados, os quais deverão ser avaliados juntamente com os atingidos. Essa proposta buscará o diálogo com as tradições alimentares vindas de comunidades originárias ou não, propiciando trocas de mestras e mestres de saberes tradicionais com o público jovem. Para a consecução dessa proposta de formação, serão desenvolvidas oficinas sobre questões relativas ao processo da agroecologia, além da difusão de técnicas culinárias originárias de comunidades tradicionais, sejam elas quilombos ou indígenas, portuguesas ou de outros caminhos das tradições.

CAPACITAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O NACAB reafirma a necessidade de atividades de Educação Ambiental voltadas à educação formal, tendo como foco conceitos relacionados a meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Aliado a isso, por meio da ênfase na inter-relação entre o ser humano e o ambiente, buscar-se-á o desenvolvimento de ações cooperativas, engajadas e proativas. Considerando-se a realidade imposta às comunidades pelo rompimento da barragem B1, ações/atividades/projetos de Educação Ambiental focadas em questões relacionadas à água, aos recursos hídricos e ao conhecimento da bacia hidrográfica são fundamentais. Os programas implementados deverão seguir um dos princípios universais da Educação Ambiental: “Pensar Globalmente, Agir Localmente...”. A partir de abordagens holísticas, espera-se contribuir para a formação de cidadãos críticos, aumentando as práticas sustentáveis e reduzindo os danos ambientais. Ademais, por meio de atividades de Educação Ambiental, o NACAB abordará as questões relativas à contextualização, origens, causas e consequências socioambientais do rompimento da barragem B1. Durante a execução deste Plano de Trabalho, a equipe do NACAB estabelecerá contatos com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios da Região 3 e com as(s) Superintendência(s) Regional(ais) de Educação, com a finalidade de discutir propostas de ações amplas de Educação Ambiental. As formações serão direcionadas a professores dos Ensinos Fundamental e Médio, de todas as áreas do conhecimento interessados pelos conteúdos a serem desenvolvidos, sendo essencial uma atenção especial para os professores de escolas onde já existem comissões de atingidos. Ressalta-se que a equipe do NACAB analisará previamente a realidade de cada escola, para que as abordagens sejam direcionadas e adequadas aos diferentes Planos Políticos Pedagógicos. O NACAB se valerá ainda da experiência prévia que a equipe do Instituto Sustentar apresenta com o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental com professores e alunos da rede pública de ensino dos municípios de Paraopeba e Caetanópolis e a equipe do INSEA em atividades com resíduos sólidos.



ANEXO: PESQUISAS DIAGNÓSTICAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICO DE SOCIOECONOMIA

Cadeia do turismo

Levantamento e sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas; principais atrativos e modalidades turísticas da região; temporalidade da atividade; avaliação do fluxo de pessoas atraídas para a região com fins de turismo e lazer; avaliação da geração de divisas; levantamento de setores diretamente dependentes da atividade; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc.

Cadeia de atividades agrossilvipastoris

Sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas; principais produtos da região; temporalidade da atividade (ex.: plantio, safra); levantamento do número de pessoas empregadas no ramo e/ou contratadas temporariamente; avaliação da geração de divisas e comércio regional de insumos usados na atividade; repercussões da atividade sobre outros setores da economia local; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc.

Cadeia da pesca

Levantamento e sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas, principais localidades de pesca; temporalidade da atividade; avaliação do fluxo de pessoas atraídas para a região para a atividade; avaliação da geração de divisas; comércio regional de insumos usados na atividade; repercussões da atividade sobre outros setores da economia local; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc. De forma mais específica, o diagnóstico da pesca ocorrerá em três esferas:

- **Pescador:** quem são, de onde vem, por onde passam, o que consomem, frequência da atividade. A busca por esses pescadores terá início a partir de contatos fornecidos pelos comerciantes do Shopping da Minhoca. A partir desses contatos, outros pescadores serão encontrados por meio da metodologia do snowball.
- **Pescado:** avaliar a quantidade, qualidade e diversidade de peixes no rio.
- **Isca:** avaliar impactos na extração e comércio de minhocoçu (fauna nativa endêmica da região), entender a variedade de iscas comercializadas na região e toda cadeia relacionada a ela, incluindo os produtores de minhoquinha, costureiras de capangas, dentre outros.



Diagnóstico de Elementos Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural da Região 3

Trata-se da realização de estudo etnográfico do processo de afetação por danos sociais e culturais, considerando alguns grupos sociais específicos: comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, territórios familiares, territórios de pesca e ritos religiosos. Para a realização do estudo serão realizadas técnicas de pesquisa qualitativas com os grupos já identificados e os que ainda serão identificados nas pesquisas emergenciais. Não se define a priori as metodologias a serem utilizadas. No entanto, pressupõe-se a utilização de métodos de ordem qualitativa de pesquisa, incluindo o uso de grupos focais e outras técnicas como a cartografia social, diagnósticos rápidos participativos, entrevistas em profundidade, entre outras. A proposta desses estudos objetiva a compreensão das redes de sociabilidades, dos patrimônios culturais, das relações de parentesco, das dimensões do sagrado e das relações com o rio Paraopeba e outros elementos da natureza.

Político-institucional

O diagnóstico político-institucional visa identificar e compreender a estrutura de gestão e de serviços públicos existentes nos 10 municípios da Região 3, em específico sobre as áreas atingidas pelo desastre-crime. Esse diagnóstico se faz necessário, tanto para conhecimento e análise dos programas e políticas públicas locais no território, bem como identificar possíveis oportunidades e lacunas que necessitam de ações de fortalecimento sob a perspectiva da reparação e do desenvolvimento das localidades. Para isto, deverão ser realizadas entrevistas com representantes do poder executivo e também do legislativo de cada município. Após a elaboração desse diagnóstico, a assessoria técnica apresentará o produto para o poder público de cada localidade e iniciará uma etapa de diálogo e de proposição para uma melhor efetivação de programas e políticas públicas alinhados ao processo de reparação de danos e promoção do desenvolvimento das localidades.

Dinâmica político-cultural das comissões de atingidos

Os diagnósticos sobre a dinâmica política-cultural atrelada às comissões de atingidos tem como objetivo caracterizar a estrutura de organização política e de relacionamento socioinstitucional das comissões de atingidos. A partir destes estudos, serão identificadas as redes de relacionamento sociais, políticas e institucionais das comissões, além de estratégias para desenvolvimento da comunicação institucional do processo, assim como a caracterização de demandas e oportunidades de qualificação da atuação das comissões. A identificação destes elementos é fator crucial para o estabelecimento de estratégias assertivas para o desenvolvimento das ações tanto de reparação quanto de promoção do desenvolvimento territorial.

Vocações econômicas e ativos locais

Os diagnósticos de vocações econômicas e ativos locais têm como objetivo a identificação preliminar de possibilidades de desenvolvimento de alternativas econômicas a partir do perfil socioeconômico cultural das localidades. Considera-se, para isto, não apenas a identificação de desejos e anseios comu-



nitários, mas também a rede de instituições e iniciativas já existentes e potenciais nos territórios que podem suportar e legitimar o desenvolvimento de ações e projetos de alternativas de geração de renda.

Viabilidade de alternativas econômicas

Os estudos de viabilidade de alternativas econômicas são os instrumentos de pesquisa que deverão ser realizados a fim de garantir que as possibilidades de desenvolvimento locais identificadas sejam traduzidas em propostas de projetos de desenvolvimento econômico efetivas. A viabilidade econômica das alternativas é a condição sine qua non para que investimentos sejam realizados de forma responsável e que de fato possam gerar resultados. Neste diagnóstico, deverão ser analisadas não apenas os anseios e desejos comunitários e os ativos, mas sobretudo a capacidade local de organização e gestão de negócios, assim como as premissas das condições de mercado locais e regionais para inserção de alternativas econômicas

